



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Renan De Vita Alves de Brito

**JOVENS, ARTE E CIDADE:
A VIA DE MÃO TRIPLA**

Florianópolis
2016

Renan De Vita Alves de Brito

**JOVENS, ARTE E CIDADE:
A VIA DE MÃO TRIPLA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Área de Concentração “Práticas Culturais e Processos de subjetivação”, Linha de Pesquisa “Relações éticas, estéticas e processos de criação”. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

Orientadora: Prof. Dra. Andréa Vieira Zanella.

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Brito, Renan De Vita Alves de

Jovens, arte e cidade : a via de mão tripla / Renan De Vita Alves de Brito ; orientadora, Andréa Vieira Zanella - Florianópolis, SC, 2016.

128 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui referências.

1. Cidade. 2. Arte urbana. 3. Jovens. 4. Cartografia. 5. Oficinas estéticas. I. Zanella, Andréa Vieira. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

Renan de Vita Alves de Brito

Jovens, Artes e Cidade: a via de mão tripla

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

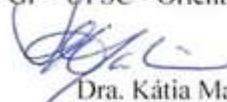
Florianópolis, 29 de janeiro de 2016.



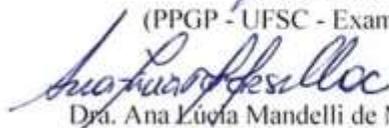
Dra. Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré
(Coordenadora - PPGP/UFSC)



Dra. Andrea Vieira Zanella
(PPGP - UFSC - Orientadora)



Dra. Kátia Maheirie
(PPGP - UFSC - Examinadora)



Dra. Ana Lucia Mandelli de Marsillac
(PPGP - UFSC - Examinadora)



Dr. Luis Artur Costa
(PPGPSI - UFRGS - Examinador)

Dra. Tania Mara Galli Fonseca
(PPGPSI - UFRGS - Suplente)

AGRADECIMENTOS

À minha família, um rizoma que não se resume ao tipo sanguíneo.

Aos que caminharam lado a lado nos últimos tempos, Júnior, De Paula, Minogão, Gba, Akira Kamikasi, Martô, Franchesco, Jotagê (eterno Samuca), Euge, Dantera, Alma, Ric, CAPES.

Ao professor Marquito, que me inseriu na levada esquizo e, apesar de “não participar de bancas”, colaborou bastante com orientações imanentes.

À (m)Ana Raquel e Tatinha Rozenfeld, pelas eternas marcas.

Ao Alex, que além de emprestar seus olhares aos registros visuais, compareceu com a alma inteira nas oficinas.

À Maria Paula, que segurou a onda com o seu Darcy (velho pássaro) enquanto eu estive afastado.

Ao velho pássaro.

A todos os companheiros da pós, em especial, Mari, Mônica, Letícia, Nícolas, Raquel e Titon.

Aos aliados do Centro Cultural Escrava Anastácia.

À minha orientadora Andréa Zanella, que soube me mostrar que a dimensão do “entre” é mais ampla do que eu imaginava e que a vida é mais prazerosa quando perguntamos.

Ao Rubens e à Maurina, que somaram suas forças às minhas e me mostraram a beleza das coisas simples.

Ao Axel, que aos 90 é a pessoa mais jovem que eu conheci nos últimos anos.

Aos poetas-alimentos, em especial os compositores do RAP; sem eles o meu trabalho teria sido mais capenga.

À Júlia Starke, que me nutriu de energias nos momentos mais pesados (e nos mais leves), não mediu esforços para tornar o mestrado mais doce, me ensinou o significado da palavra companheirismo e se tornou bem mais do que uma namorada.

Às minhas irmãs Iris e Luísa, pelos poucos, porém intensos momentos juntos.

Aos agregados Soraya Villa e Walter Lisboa, muito bem vindos à minha caminhada.

Ao meu pai e minha mãe, Wolmer Brito e Tânia Lúcia, que me colocaram nesta função indecifrável e, não raro, angustiante, mas cheia de vias de escape e de possibilidades de devir, chamada vida.

E por último, a essa força inexplicável que faz com que eu me levante todos os dias e prossiga mesmo sem saber pra onde estou indo. Agradeço!

E não me esquecer, ao começar o trabalho, de me preparar para errar. Não esquecer que o erro muitas vezes se havia tornado o meu caminho. Todas as vezes em que não dava certo o que eu pensava ou sentia – é que se fazia enfim uma brecha, e, se antes eu tivesse tido coragem, já teria entrado por ela. Mas eu sempre tivera medo de delírio e erro. Meu erro, no entanto, devia ser o caminho de uma verdade: pois só quando erro é que saio do que conheço e do que entendo.

(Clarice Lispector em Paixão Segundo G.H)

RESUMO

Esta pesquisa apresenta uma cartografia que teve a cidade como espaço de sua composição. Foram problematizados os modos como jovens transitam e se relacionam na/com a urbe a partir de intervenções estéticas. Engendrar novos olhares às tensões que irromperam nas intervenções dos e com os jovens a partir de relações que se pretenderam éticas, estéticas e políticas foi objetivo da pesquisa, que teve na interlocução entre jovens, arte e cidade as vias de sua efetivação. Entende-se que conceber a cidade como lugar inventivo e forjar nos seus espaços olhares outros é dar vazão a processos de criação que, ao reinventar a urbe, reinventam os modos de existir das pessoas implicadas no processo. Como dispositivo para as incursões na urbe foram ministradas, para jovens que frequentavam a ONG *Centro Cultural Escrava Anastácia*, localizada no bairro do Estreito, região continental de Florianópolis/SC, oficinas estéticas mediadas por linguagens da arte urbana. A partir dos acontecimentos que emergiram no decorrer das atividades foi possível problematizar o funcionamento da urbe e tecer novas percepções e modos de existir nos seus espaços. Os norteadores das análises compreenderam pressupostos da filosofia da diferença assim como autores que o antecedem, como Spinoza e Nietzsche. Foram importantes norteadores, também, análises de Michel Foucault a respeito dos mecanismos de poder do estado, além de autores contemporâneos implicados em discussões a respeito da cidade e pesquisa-intervenção. A análise de 4 acontecimentos possibilitou compreender as tensões que emergem do encontro dos jovens com a cidade, bem como a complexidade do trabalho de "educadores sociais" comprometidos com a formação ética, estética e política. Foi possível depreender que os desafios que caracterizam o trabalho dos educadores com jovens demandam uma formação que problematize e, portanto, reinvente os olhares aos acontecimentos e aos estatutos que costumam balizar e organizar o cotidiano das instituições, para que se possa engendrar abordagens pautadas em sensibilidades outras. A pesquisa possibilitou, portanto, visibilizar possibilidades de ruptura e reinvenção das práticas dominantes e dar vazão a processos de criação que abrem vias ao devir na cidade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade. Arte urbana. Jovens. Cartografia. Oficinas estéticas. Relações éticas estéticas e políticas.

ABSTRACT

This research presents a cartography that has had the city as its scenario. Through aesthetic interventions, the ways in which young people move through the city and relate to it were discussed. The aim of this research was engendering a new perspective to the tensions that emerged during the interventions with youngsters, from relationships that were intended to be ethical, aesthetical and political. The dialogue between young people, art and the city has been the path to achieve the goals. It is considered that understanding the city as an inventive place and forging other perspectives in its space is giving a flow to the creation process that reinvent not only the city but also the ways of existence of the ones involved in this process. As a dispositive to the urban incursion aesthetical workshops, mediated by street art language, were delivered to youngsters that attend the Non-governmental organization “Centro Cultural Escrava Anastácia”, in “Estreito” Neighborhood, mainland region of Florianópolis/SC. From the events that have emerged in the course of the activities it was possible to discuss the way the city works and develop new perspectives and ways of life in it. The guiding analysis were based on Philosophy of Difference as others authors before it as well as Spinoza and Nietzsche. Other important guiding analysis were the ideas of Michel Foucault about the state power mechanisms, as well as contemporary authors involved in discussions about the city and intervention-research. The analysis of the four events enabled us to understand the tensions that emerge from the meeting between young people and the city, as well as the complexity of the social educators’ work committed to ethical, aesthetic and political formation. It was possible to conclude that the challenges which characterize the educators’ work with young people require training that enquire and reinvent the perspectives on the events and the statutes that often mark out and organize the daily life of the institutions, so that it can engender guided approaches in other sensitivities. In conclusion, the research enabled the perception of breaking opportunities and reinvention of the instituting giving vent to creative processes that open up becoming roads in the contemporary city.

KEYWORDS: City. Street art. Youngsters. Cartography. Aesthetics workshops. Political ethical and aesthetics relations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cinco jovens colando lambe-lambe em frente ao posto policial.....	63
Figura 2 - Fotografia da abordagem policial no momento que o pesquisador redigia suas observações no relato	71
Figura 3 - Fotografia que retrata as observações redigidas pelo pesquisador no relato policial.....	72
Figura 4 - Fotografia que retrata o momento em que as pessoas do grupo discutiam, no ponto de ônibus em frente à Marinha, se pintariam o muro.....	87
Figura 5 - Fotografia que retrata o momento em que o rapaz se dirigiu ao grupo	89
Figura 6 - Fotografia que retrata o molde da bicicleta pronto para ser pintado no muro	93
Figura 7 - Fotografia que retrata o desenho que seria colado. Ao fundo, o segurança já notava o movimento	98
Figura 8 - Fotografia do lambe lambe colado por Edilene na porta do Aderbal.....	103
Figura 9 - Fotografia tirada na porta de um comércio fechado; um dos locais em que o pesquisador escolheu para escrever o diário	110
Figura 10 - Fotografia do registro do pesquisador no relato policial ..	116

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	19
1	INTRODUÇÃO	21
2	CORPO E CIDADE: ENCADEAMENTOS	31
3	O DESENHO DA PESQUISA.....	37
3.1	AS OFICINAS E SEUS PARTICIPANTES	39
3.2	OS ESPAÇOS E AS ATIVIDADES	40
3.3	A ARTE URBANA E AS LINGUAGENS ARTÍSTICAS EM QUESTÃO	43
3.4	OS REGISTROS	49
4	VIAS POR VIR.....	51
4.1	OUTRAS VIAS AO JUÍZO	55
5	OS ACONTECIMENTOS.....	59
5.1	PERÍMETRO URBANO: CÍRCULO, INTERDIÇÃO E VAZÃO	61
5.1.1	Prenúncios	62
5.1.2	(Des)praça	65
5.1.3	Bancamos: o grupo e a ética; os bancos e a estética.....	73
5.1.4	O que ficou... ..	78
5.2	TENSIONANDO O PANÓPTICO: A VIA NADA	80
5.2.1	Mar à vista.....	85
5.2.2	Ópticas.....	93
5.3	AS TRÊS VIAS DA ESCOLHA	96
5.3.1	Não é (im)preciso	100
5.3.2	Assim falava Edilene	101
5.3.3	Os lugares e as danças	104
6	DIÁRIO DE CAMPO: UMA PASSAGEM.....	109
6.1	ESCUTANDO VOZES	112
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
	REFERENCIAS	125

APRESENTAÇÃO

É interessante que o leitor que está entrando em contato com este trabalho pela primeira vez saiba de algumas informações a respeito dele.

A começar pelo processo vivido por mim no decorrer da escrita. O texto se apresenta bastante ensaístico em seu início (para ser mais preciso até o ponto em que iniciam as análises dos acontecimentos). Não que tenha deixado de ser conforme evoluiu. O texto continuou sendo uma tentativa, portanto um ensaio, de relação estética com o ato de escrever. Porém, a partir do momento em que o tempo (e a caneta) corriam, eu percebia sintomas nas páginas passadas, o que optei por respeitar.

Escolhi não mexer naquilo que já havia sido feito, visto que se constituem enquanto evidências do processo, não só da escrita em si, mas das transformações vividas ao logo do mestrado.

Outro ponto interessante de frisar é a cara que a dissertação tomou depois de concluída. Uma importante intervenção de um dos membros da banca, Luís Artur Costa, evidenciou o fluxo que a escrita assumiu.

Ou seja, o leitor que se encorajar a encarar a leitura destas páginas que tem à frente, não irá se deparar (principalmente) com uma discussão muito criativa a respeito de arte urbana, cidade e jovens. O tema principal dessa leitura, eu não escolhi, emergiu: é a constituição de um corpo pesquisador. É, principalmente, os processos de (de)formação vividos pelo pesquisador enquanto se deparava com os acontecimentos do campo; esse sim, constituído a partir da tríade: cidade, jovens e arte urbana.

Eis o meu corpo.
Boa viagem!

1 INTRODUÇÃO

Pensemos estratégias possíveis para abalar o estatuto espacial contemporâneo, permitindo novos devires-cidade. (COSTA; MIZOGUCHI; FONSECA, 2004, p.188)

Ao longo dos últimos anos, a partir das incursões que realizei, e ainda realizo, pelos espaços urbanos, seja como pesquisador, seja como grafiteiro – atividade que preenche minha rotina de ócio/devir – minhas caminhadas me inclinaram cada vez mais a pensar a cidade como corpo vivo e tradutor dos corpos que por ela transitam, sobretudo como espaço inventivo, palco propício para atuação e intervenção em Psicologia.

Seu emaranhado de ruas, avenidas, nomeadas a cada esquina, conduz o imaginário a pensá-la como veias e artérias que se ligam e se comunicam por nomes e normas, informes e pessoas mortas, ressuscitadas e banalizadas nas línguas dos que passam. São vias cruas, quentes, um vai e vem de gente movida por ambiguidades que ora gritam e outrora calam, ora falam, outrora desmentem.

Na mesma calçada um duplo fluxo: um coro convicto, ainda que tímido, parece buscar saída, quase um grito de socorro, um pedido de alforria; atravessado por uma ordem velada que adestra qualquer tipo de canção que transgrida os acordos perpetuados, que recuse a herança do estado.

Ambos os fluxos se flertam, habitam o mesmo barco, são pontos opostos no perímetro do mesmo arco. Provocam-se, seduzem e se entrelaçam, por fim se beijam ou se matam, sempre ressuscitam e raramente se casam. Feito gato e rato, resistência e sujeição, se atraem, se repelem e se aperfeiçoam. Os corpos que renunciam instigam os dispositivos coercitivos, mas o estado que adestra é o mesmo que apresenta as brechas: toda opressão oferece o contragolpe como opção e vice versa. A rebeldia e a tirania são formas distintas de violência e raramente representam alternativas profícuas de enfrentamento dos desafios da vida. Entre uma e outra, no calor e na frieza da cidade, tateio o que chamo neste trabalho de terceira via ou via de mão tripla: o endereço que não consta nos guias.

Aflito e sereno entrego meu olhar à urbe: muda e contínua a rotina segue viva e a levada, sem presságio, ao mesmo tempo bruta e complacente revela-se seminua, a rua me insinua: em qual cruzamento (des)acordarão esses corpos dormentes? Até quando esse eterno ensaio que não renuncia, mas não vai pra frente? Até que se interponha um

ruído desconhecido, um calor que nos desordene e nos coloque frente a frente. Há de haver alguma via secreta nas quais,

(...) os corpos se encontrem, para permitir que se sinta o corpo da cidade em uma relação que não a da indiferença e da impessoalidade do passante em direção à sua prisão domiciliar. Existem tais linhas de fuga em nossos centros urbanos? (COSTA; MIZOGUCHI; FONSECA, 2004, p. 188).

Esta pergunta em meu corpo habita e, como uma pista, acrescenta à minha caminhada uma escuta e uma pausa: respiro a rua, não volto pra casa, e da mesquinhez de vias que eu timidamente degustava, hoje abro asas à embriaguez. Uma possível queda? Talvez. Mas entre a repetição ou o eterno ensaio, escolho o imensurável, as mínimas brechas ao oculto, minoritárias: eis onde mora o mais puro sabor dos fatos e a suposta proibição do fruto, nem doce nem amargo, nem completo nem defasado, apenas o neutro, irredutível e inquestionável. daquelas poucas vias que consigo ver, posso nenhuma escolher? Cegar-me, aguçar outros sentidos, caminhar como errante e assertivo, peregrino e vivo, redigir a errata, extraviar as cartas marcadas? De quem depende a ousadia de fazer da cidade, poesia?

A pesquisa a que me lancei foi arquitetada para além das minhas andanças pelas ruas da cidade. Ganhou corpo a partir das atividades desenvolvidas no projeto *ArteUrbe: oficinas estéticas com jovens na cidade*, coordenado por Andréa Vieira Zanella, em que participei como bolsista de iniciação científica durante o período de março de 2010 a novembro de 2013; projeto este que se insere no conjunto de pesquisas desenvolvidas no NUPRA - Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais: relações éticas, estéticas e processos de criação¹ – do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

O *ArteUrbe*, que tinha por objetivo principal problematizar as relações dos jovens com a cidade e as possibilidades de sua (re)invenção por meio da arte, fez despertar em mim, em meio a seus contextos de oficinas estéticas e das experiências que vivenciei no decorrer de suas atividades, o desejo de conciliar o trabalho de pesquisador com as

¹ O NUPRA é coordenado pelas professoras Kátia Maheire e Andréa Vieira Zanella e vem desenvolvendo pesquisas em Psicologia Social na interface com a arte. Teses e dissertações defendidas pelos pesquisadores vinculados ao NUPRA estão disponíveis em: www.ppgp.ufsc.br

provações que a cidade me oferecia no dia a dia. O resultado da composição foi um emaranhado de linhas embaraçadas ao qual eu desejava percorrer. Um novelo que pulsava como pistas ocultas em meu corpo e no vai e vem urbano encontravam indícios dos seus reflexos.

Quanto mais eu vivia a cidade, tanto mais ela me convidava a penetrar seus subúrbios, tão similares e obscuros quanto os meus. As cenas se alternavam e se confundiam de fora pra dentro, uma espécie de sintonia que anunciava que a cidade em meu corpo corria, eu sentia, éramos reféns do peso de nosso nome, partilhávamos uma busca, uma fuga, nutríamos a mesma fome. Mas como tudo que é vivo, num instante sumia; não é possível permanecer muito tempo no lance, sem cerimônia a cidade consumia e de todas as pistas que estavam ao meu alcance, restavam apenas nuances.

Sem anúncio, nem renúncia, a cidade me emaranhava em suas teias. Eu não via pouco mais do que o brilho opaco de uma rede de captura que se intercalava discreta entre permissão e censura. Apesar de prisioneiro voluntário de um cárcere do qual sou cúmplice, a vontade de potência reivindicava o mínimo de autoria na história que se escrevia repetidamente nas páginas urbanas. Desviar protocolo reproduzido em larga escala e inscrever a micro história do meu infinito singular seria o único jeito, não seria um imenso feito, mas o melhor que eu poderia fazer na minha (in)significante existência.

Eu queria desembaraçar as linhas que me percorriam. Eu queria reinventar a cidade, ao menos alguns detalhes. Eu queria renascer. O caminho talvez fosse a morte e o enterro das velhas rotas, dos antigos nomes.

As linhas a que me refiro - arte, cidade, jovens, política, e uma pitada de criatividade - são linhas embaraçadas dos dispositivos que me capturam. Ao menos as que eu posso reconhecer no momento, dentre outras tantas obscuras. No meio, como uma presa, na manha, eu percebo que não há reza que alivie o peso. Os males gerados dentro de um campo só podem ser exorcizados dentro do próprio campo, transferir só causa enganos. As vias de escape são respiros para quem reencontra na própria teia as possibilidades de reinvenção.

As vitrines e os *outdoors* prometem a felicidade enquanto ponto de chegada, um paraíso absoluto e de preço elevado, as promessas nunca cessam, o paraíso nunca chega, mas a cidade, como rebanho que segue, corre atrás do pote de ouro, encontrando entradas, procurando saídas. Renuncio ao ouro, mas não renuncio ao mapa. O enigma é meu aliado, não procuro desvendá-lo, desejo percorrê-lo. As linhas que me

capturam, na impossibilidade de ser a receita, são os ingredientes que compõem o caldeirão que ferve e alimenta a urbe. Um emaranhado etéreo e terrestre, um nó igualmente interno e externo. Um caminho e um mistério: percorrê-los sem manifesto a reinventar o tédio, cúmplice de tanto remédio. Alargar os corpos e estreitar as avenidas. É a vida.

A pesquisa como continuidade dessa busca antiga e contínua, me captou: desenvolver oficinas de arte urbana com os jovens do *Rito de Passagem*² na ONG *Centro Cultural Escrava Anastácia*³ (CCEA), fundada em 1998 no bairro do estreito em Florianópolis-SC, com atuação nas áreas de assistência social, direitos humanos, atividades culturais e esportivas.

A partir das oficinas, tatear outras possibilidades de viver a cidade e sua gente. Um fio condutor a cruzar vidas e leis, esgoto e açaúde, desmistificar o contragolpe que empobrece a alma da urbe, com ou sem contratempo cruzar espaço e tempo, para desatar as amarras que nos enlaçam a uma mesmi-cidade.

Em consonância com o trabalho desenvolvido no projeto *ArteUrbe*, as atividades da presente pesquisa foram estruturadas com base nos temas: arte, jovens, política e cidade. A cidade como espaço principal das atividades, ainda que não o único; os jovens, público a quem são dirigidas as oficinas estéticas; a política como forma de reorganização sensível dos espaços urbanos e dos universos subjetivos; e a arte como linha de fuga aos dispositivos capitalísticos, sobretudo suas linguagens oriundas da arte urbana, a saber: grafite, estêncil e lambe-lambe.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram realizados encontros, em formato de oficinas, com jovens de idades entre 14 e 17 anos que frequentaram o CCEA durante o ano de 2014, nas turmas denominadas *Rito de Passagem*.

² Rito de Passagem é o nome dado aos grupos dos jovens que estão iniciando sua trajetória na ONG e que passam por um período de preparação (o grupo *Rito de Passagem*) para ingressarem no mercado de trabalho na condição de *Jovem Aprendiz*. Os jovens do *Rito* constituíram os grupos com os quais desenvolvi as oficinas da pesquisa.

³ O CCEA atende anualmente mais de 2 mil crianças, jovens, adultos e idosos em projetos e programas como Jovem Aprendiz, Incubadora Popular de Empreendimentos Solidários, Casa de Acolhimento do Monte Serrat, Procurando Caminho, Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito, Centro de Referência em Direitos Humanos, entre outros. Para mais informações, visitar: <http://www2.ccea.org.br/>.

As oficinas estenderam seu território aos espaços urbanos, onde foi possível junto com os jovens, realizar intervenções estéticas e, a partir dos acontecimentos que emergiram, perceber e problematizar os modos pelos quais as relações se estabelecem na e com a cidade, reinventando, na medida do possível, as instituições que a regulam.

Viver as afetações da cidade como um meio para experimentar devires e rupturas, ou seja, vivê-la como espaço de criação e convívio, é um processo que repercute e revela o vivido no próprio corpo. Perceber a cidade é perceber a si próprio; é implicar-se com os possíveis processos de criação de um e de outro, sabendo que são inseparáveis. Tanto os processos, quanto a implicação antecederam a pesquisa.

Fui conduzido por uma escolha anterior: reinventar o cotidiano. Há algum tempo, a cidade é o principal veículo nessa via. Sigo as pistas do dia-a-dia, às vezes adio; retorno. A cidade é mapa da investigação; a implicação é um acontecimento sem pretensão, um acidente desejado. A pesquisa foi consequência da vida.

Deformar os limites que separam corpo e cidade até que se possa sentir o corpo-cidade é proposta da pesquisa. Os acontecimentos permitiram problematizar as fronteiras que dividem prática e teoria, pesquisador e sujeito de pesquisa. Não há sujeito oculto, nem voz passiva. Aquilo que recebemos de fora faz despertar o que adormecia. Uma vez que o fluxo engendrava, as fronteiras deram passagem à sintonia. No mutirão da cena viva não interessava se era noite ou se era dia.

Segundo Costa e Coimbra (2008, p. 131) é necessário praticar na pesquisa o exercício de perceber os processos em suas dimensões constitutivas, mútuas “em que o pesquisador e o pesquisado, sujeito e “objeto” do conhecimento, se constituem no mesmo tempo”.

Sendo assim, quando busquei reescrever, junto com a cidade, o roteiro da pesquisa, reconheci o mesmo processo em meu próprio corpo. Só foi possível conceber as diretrizes da investigação a partir das pistas que a urbe propôs. O lugar do saber foi deslocado na medida em que só consegui me aproximar dos objetivos e engendrar as intervenções a partir do saber que a cidade ofereceu.

Os objetivos foram previamente definidos, mas a urbe os reinventou. A cidade propôs uma nova pesquisa e em troca lhe propusemos outra cidade. O caos urbano nos desnudou, peça por peça, retirou as roupas e revelou a porosidade dos corpos e a continuidade entre dentro e fora. Depois movimento reverteu: peça por peça as roupas foram devolvidas, mas quem vestia já não eram as mesmas pessoas. Era

o processo de despersonalização proposto por Deleuze (1992) que ganhava forma. A cidade ofereceu as pistas da despersonalização; as pistas da pesquisa. Para escapar da ordem lógica, tivemos que ler de trás pra frente. Desfazer a leitura instituída nos permitiu ler as nuances da alma.

As cidades e as relações reinventadas no processo não tardaram a retomar a trivialidade das relações; mas a importância esteve no próprio processo, na experimentação, na criação do olhar que agora sabe que o tédio é rompível. O que ficou arquivado foram relances das novas perguntas que tocaram os corpos, não as respostas. Permaneceram lembranças de que é possível forjar novas respostas a cada acidente que a vida oferece. Neste sentido, temos em Fonseca e Regis (2012, p. 273) que “não se trata de uma preocupação com origens ou fins, mas de dar passagem às intensidades que, por todos os lados, buscam meios de expressão e de estabilização”. Não aprendemos explicar a dinâmica da cidade, mas provamos um pouco de seus mistérios. O produto desse processo é menos um manual do que um dialeto.

Em meio à obscuridade e à imprevisibilidade dos encontros vivenciados na pesquisa, foi necessário recorrer ao corpo para além dos sentidos cotidianos. Na escuridão os nomes não puderam ser lidos. Os modos de leitura tiveram que se ampliados,

(...) como se víssemos o mundo a partir de cada ponto de nossa pele; como se a consciência fosse coextensiva à sua superfície, de maneira que a vista ou os ouvidos deixassem de ser órgãos privilegiados da percepção, tornando-se o corpo inteiro, com a pele que o cobre e o traz ao exterior, com seu movimento, os seus membros e articulações que contribuem diretamente para a percepção do mundo, como que um órgão único perceptivo. O corpo inteiro vê, ou melhor, “percepção”. (GIL, 2004, p. 25)

As vivências a que se propôs a pesquisa buscaram produzir novos sentidos. Uma proposta de devir-cidade que, muitas vezes, deu vazão a linguagens e sentidos outros; foi preciso experimentar outras formas de viver o espaço urbano e as forças que lhe compõem.

Foi necessário desapegar de velhos nomes, velhas formas e destituir o corpo no sentido proposto por Pelbart (2004).

No texto *O corpo do Injune*, o autor traz uma reflexão a partir de duas figuras literárias: o jejuador “magro e pálido” de Kafka e o

estranho e esfarrapado Bartleby de um conto de Melville. Tanto um quanto o outro guardam em comum algo além da imagem trôpega que lhes marcam. Justamente dessa aparente fraqueza revelam-se suas forças: a permeabilidade de seus corpos. A “fragilidade desses corpos, próximos do inumano, em posturas que tangenciam a morte e que, no entanto, encarnam uma estranha obstinação, uma recusa inabalável” (PELBART, 2004, p. 41).

Recusam os modelos de saúde dominantes; reinventam seus modos de existir. Provavelmente mais próximos de devir - visto que, segundo Deleuze (1992), o devir é um processo daqueles que se reconhecem frágeis - do que aqueles que possuem as marcas da saúde e da força produzidas e comercializadas pelos dispositivos de controle capitalísticos.

Entende-se que a abundância tanto material quanto representativa, ao passo que elevam a um status de poder, transformam-se em barreiras que reduzem as possibilidades de contato, verdadeiras armaduras. São fronteiras que dificultam o toque. Consequentemente, para que um corpo possa se agregar a possíveis estados de devir deve enfraquecer-se, despersonalizar-se.

A escassez material e a aparente fraqueza, evidentes nas figuras literárias trazidas por Pelbart, é o que faz deles receptores em potencial; encontram-se mais suscetíveis a receber os afetos alheios ao invés de rebatê-los. Reconhecer a falta é reconhecer os poros, as brechas, as vias. Reconhecer a falta é reconhecer os outros.

As diversas proteções que impedem as pessoas de estabelecerem trocas com a cidade – ou fazem com que as trocas sejam limitadas - reproduzem um modo de organização fastidioso que espalha a penumbra e a solidão como uma enorme mancha que ordena e retrai os corpos que por ali passam.

Uma vez destituídas as barreiras do corpo, é possível encontrar novas vias para os afetos e reconectar o devir e as multiplícidades que escapam do funcionamento habitual para explorar novos caminhos para a existência.

A partir das intervenções artísticas dos jovens na/com a cidade, pretendeu-se problematizar, tensionar e reinventar algumas instituições que conduzem e ordenam os espaços públicos. Buscou-se a partir dos acontecimentos que atravessaram as oficinas, praticar o “mais severo exercício de despersonalização” e abrir-se “[...] às multiplicidades que nos atravessam de ponta a ponta” (Deleuze, 1992, p. 115), reconhecendo

a permeabilidade do corpo para “dar passagem a outras forças que um corpo *blindado* não permitiria” (PELBART, 2004, p. 43).

Em decorrência do estranhamento, discordância ou até por simples curiosidade, as pessoas que transitavam nas ruas, algumas vezes tentaram impedir ou questionar as intervenções. No entanto, por mais que, na maioria das vezes, tenham apresentado argumentos plausíveis do ponto de vista racional, não era a coerência ou os “porquês” o que interessava nas conversas. Apesar dos diálogos terem sido conduzidos pelas vias da razão, o objetivo era constituir fissuras para que aquilo que justamente não era de ordem lógica pudesse emergir, como por exemplo, novas percepções, olhares, sorrisos, deslizos, enfim, todo tipo de afeto que, por limitações da linguagem, somos impelidos a reduzi-los aos substantivos.

Na medida em que os acontecimentos se desenrolaram, foram revelados aos participantes nuances dos desejos e suas possibilidades, detalhes da cidade. Pelas vias dos encontros as intervenções ganharam forma.

O que emergiu do primeiro choque em diante foram passos não ensaiados; reinvenções das relações convencionais, pretexto para novos olhares. Porém, os desdobramentos nem sempre foram agradáveis ou simples de lhe dar, momentos estes em que as pessoas do grupo tiveram que se responsabilizar pelas intervenções, escutar as vozes da cidade e inventar saídas aos desafios emergentes.

Os jovens foram, diversas vezes, intimados a responder pelos atos que não estavam previstos na rotina da urbe. Emergiu, então, o jogo de olhares, tropeços, questionamentos; os enigmas urbanos voltavam a se pronunciar. O trabalho de tradução recomeçava. A tentativa foi sempre encontrar o que, ou quem, se escondia por trás das condutas de controle, para que algo novo emergisse para além das diretrizes ou respostas institucionais. E os integrantes da pesquisa, um coágulo de mistérios e contradições, ao passo que tentava traduzir, era pela cidade traduzido.

Houve, também, talvez na maioria das vezes, dias de oficina na cidade em que nada distinto ou grandioso ocorreu; nos quais as intervenções não suscitaram sequer uma palavra daqueles que transitavam na urbe ou, então, vezes em que apenas comentários corriqueiros surgiram. Porém, independente de intervenções ruidosas ou discretas, as marcas ou as rupturas a que se propuseram independia da dimensão; mesmo em acontecimentos aparentemente irrelevantes, a potência pode ter ocorrido de maneira sensível e tomado rumos silenciosos. Mesmo quando a cidade não se pronunciou, dançaram entre si, dançaram com o silêncio.

O que prosseguiu ao final de cada intervenção não foi um fim, não foi um começo, tão pouco uma tradução literal. Ao contrário disso, o que se seguiu, foi o próprio enigma ainda mais contundente e decidido, a ponto de nos fazer desistir por alguns instantes do cansativo exercício de tentar traduzi-lo; no coágulo urbano repentino já não se podia negar a incompletude do corpo nem esconder a cisão entre o saber e o fazer. Os participantes, na medida em que se implicavam com os acontecimentos, eram impelidos inventar; e desistir por alguns instantes da cripta soberana da razão. A cidade aos poucos revelava que a “tradução do enigma é o próprio enigma” (Lispector, 2009).

Assim, as intervenções pretenderam romper com as lógicas sedimentadas no corpo da cidade, espaço em que impera a “centralização de práticas, construções sólidas que ordenam os corpos no seu deslocamento” (COSTA; MIZOGUCHI; FONSECA, 2004, p. 181) a partir de intervenções artísticas com jovens. A intenção foi se instalar nas intensidades urbanas. Eis as perguntas que me mobilizaram, com a pesquisa, a responder:

No cenário urbano, que desdobramentos podem emergir quando - a partir de intervenções artísticas realizadas por um grupo de jovens - é provocada uma interrupção em seu funcionamento habitual?

As trocas estabelecidas com os outros que na cidade transitavam e foram afetados pelas intervenções estéticas da pesquisa potencializaram os objetivos a que ela se propunha?

Para enveredar os possíveis percursos a que estas perguntas conduziram, foram objetivos da pesquisa: produzir espaços de tensão no concreto da cidade contemporânea transversalizado pela interlocução na tríade: jovens, arte e cidade; problematizar os modos triviais das relações que se estabelecem na cidade e suas instituições; problematizar junto com os jovens, as relações entre cidade, arte e política.

2 CORPO E CIDADE: ENCADEAMENTOS

O corpo experimenta a cidade. A cidade vive por meio do corpo dos sujeitos. A cidade é a cidade corpo. (HISSA e NOGUEIRA, 2013, p. 56)

Se assim como propõem Hissa e Nogueira (2013), nos permitirmos sentir a cidade e olhá-la como um corpo e, ainda, pensar os corpos que por ela transitam como a própria cidade em si - considerando a imanência entre cenário e atores - veremos uma grande substância em movimento contínuo, passivo e abatido. Se não nos entediarmos, nos intrigaríamos: parece que as cenas se repetem.

A cidade moderna é tomada pela indiferença; caminhar nas ruas raramente é uma aventura. Os espaços urbanos estão saturados pela vigília que atua silenciosa e constante. Ela se pulveriza, habita e é habitada por quem a transita, dos monumentos às escritas, dos outdoors às capas de revista. Na cidade,

nega-se a passagem do tempo, da alteridade, do risco: são corpos-subjetividade, cartões postais de fragmentos de modernidade presentes na contemporaneidade. Subjetividades-corpo que se recusam ao perigo, à diferença, à abertura. (HISSA e NOGUEIRA, 2013, p. 65).

Os passos são controlados; a maioria das pessoas funciona por força dos hábitos premeditados, fabricados, reproduzidos; o espírito da cidade é previsível. Esses corpos habituados formam um grande espaço concreto e impessoal conhecido como cidade: sua alma e seu corpo são acinzentados.

A matéria da urbe é também entediante, a começar pelos corpos que transitam e formam um grande rebanho de movimentos premeditados, continuando nas construções que tem suas formas similares e semelhantemente descoloridas. A matéria da cidade reproduz os hábitos e por eles é reproduzida, em um movimento de retroalimentação que faz lembrar uma máquina, uma indústria. Quem come cinza vomita cinza.

Visto a relação intrínseca entre os habitantes e o espaço físico da cidade, a imobilidade criativa e a velocidade com que escoo o fluxo na cidade moderna - romper a trivialidade da cidade requer, concomitantemente, romper a habitual intimidade de seus habitantes.

Porém, conforme ressalta Hissa e Nogueira (2013), os corpos se apresentam cada vez mais protegidos, enclausurados, reclusos ao contato.

As possibilidades de criação são pouco lembradas em meio à correria, mas ainda pulsam. Pois mesmo a maquinaria que guia a esteira nossa de cada dia, não é capaz de “impedir as potências disruptivas do corpo. Ambos, corpo e paisagem, ou mesmo um corpo-paisagem, são tocados pelos olhos dos outros e pelo poder de transformação que esse contato carrega” (HISSA e NOGUEIRA, 2013, p.64).

As intervenções artísticas das oficinas buscaram ser disruptivas, porém em consonância com o rompimento que a cidade permitiu: os cortes pretenderam-se conectivos. Estar junto com a cidade não significou estar subordinado a ela, e sim, no enveredar de suas tramas, escutar a parte mais viva das suas e das nossas demandas. Pretendeu-se caminhar,

Interposto entre o caos e o mundo empírico, este é o plano das dimensões intensivas das multiplicidades – das afetações moleculares, dos agenciamentos, dos contágios, das ressonâncias -, que a cartografia busca acessar mapear e agitar. (FONSECA et al., 2010, p. 174)

Entende-se que o plano do acontecimento é abismo que se abre entre o acaso e o presságio, onde as individualidades dão lugar às singularidades e tornam-se pouco consistentes as vontades de disputa. Flerta com o novo, com o fluxo; mais com o nomadismo do que com as terras, menos com as certezas e mais com os furos. Acontecimento é o intempetivo.

Para que as intervenções na cidade fossem levadas pelas sutilezas e perspicácia do acontecimento, foi preciso um mínimo de planejamento – o que compreendia algumas técnicas artísticas e recomendações/advertências a respeito da cidade - e outro tanto de prontidão.

A prontidão foi pensada como estado do corpo em que a regulação funciona em relação à abertura ou fechamento aos afetos da cidade. Por afeto, entendem-se as afecções do corpo, para além da soberania da razão. A razão é um tipo de afeto que, ainda que seja o principal, deve ser problematizado para que não se sobreponha aos demais (SPINOZA, 2014). O corpo em sua potência de afetar e ser afetado torna-se infinito. Acreditar na soberania da razão, como fez

Descartes, é reduzir o corpo. A potência dos afetos está no corpo como um todo e podem aumentar ou diminuir conforme os encontros com outros afetos. Ou seja, os encontros podem ser bons ou maus dependendo das particularidades dos acontecimentos.

A prontidão, então, condição de vitalidade do corpo, em que ele se ativa e se instala nos acontecimentos de forma a abrir ou fechar os canais às afecções, apesar de não ser uma escolha racional, não está livre dela; a razão participa do processo, porém o corpo atua por inteiro; pensa além dos limites racional.

Nas oficinas da pesquisa, a tentativa de potencializar esse processo foi a partir de possíveis desconstruções de atributos da razão nos momentos em que se pronunciavam a fim de impedir a circulação de outros afetos. Foram várias as oportunidades, tanto nos espaços da ONG quanto fora dela, porém a aposta da pesquisa foi na cidade enquanto local propício e favorável a intervenções dessa ordem; já que os espaços urbanos são constituídos por pluralidade e polifonia. (CANEVACCI, 2010)

As técnicas e o preparo, por sua vez, apesar de necessários, não bastavam para que bons encontros ou boas intervenções ocorressem, ou seja, não eram os “especialismos” que proporcionariam possibilidades de criação, acontecimentos.

Alguma técnica e saber teóricos foram importantes, pois possibilitaram que os participantes do grupo fossem reconhecidos e escutados como quem tivesse implicado/envolvido com as intervenções artísticas que imprimiam à urbe. Ou seja, o mínimo de técnica, apesar de não ter garantido um lugar de reconhecimento na cidade, remeteu à implicação; o que podia ser o início de um possível diálogo.

Em relação à articulação entre o saber e o fazer, é possível pensá-los em conexão; nos momentos em que se vinculam, o fluxo do rio emerge. Assim como uma moeda que, supostamente possui duas faces independentes: cara e coroa. Porém, quando lançada ao alto, a velocidade de seu movimento no ar não permite que sejam distinguidas as duas metades. Quando a moeda volta a estacionar é que podemos reconhecer seus duplos. Porém, uma vez estacionada a graça do jogo acaba. O acontecimento é efêmero e reside no movimento, no mistério. Enquanto dançam na atmosfera o relógio capital parece estacionado, ou melhor, irrelevante. O clímax ocorre justamente no momento em que não se pode distinguir cara e coroa. Torna-se único o que antes parecia oposto. A existência das faces só ganha importância quando indistinguíveis, ou seja, no momento em que se tornam um só corpo em

relação de movimento. Quando voam ganham vida. Uma face só existe na existência da outra, sim. Mas existir é muito pouco. As faces se potencializam quando se atravessam e tornam-se indistinguíveis suas faces. Quando a moeda cai, elas se separam. E findam.

Quando as intervenções atingiram o ápice – o acontecimento – já não era necessário, talvez nem fosse possível, discernir a teoria da prática, a técnica da prontidão; eram as duas faces da mesma moeda em movimento. As intervenções, então, pretenderam-se um resgate às relações.

Harmonizar os passos, porém, não foi sempre fácil, afinal estabelecer contato com outras pessoas, muitas vezes é delicado; o inferno humano. Os outros muitas vezes são tidos como supostos monstros que podem revelar nossos furos, nossos segredos. Teme-se não exatamente o outro, e sim que ele revele um suposto fracasso, um furo na imagem idealizada. O humano teme a si mesmo.

Porém, quanto mais permeáveis estiveram os corpos aos fluxos alheios, menos hostis foram os encontros, menos bruto foi o choque. Entende-se que abrir o corpo/torná-lo mais permeável, não é uma escolha isolada ou uma finalidade; e sim um processo. Nas atividades da pesquisa foi tentado a partir das oficinas estéticas, das trocas de olhares, da circulação dos afetos.

Sendo mais preciso em relação ao processo de abertura, é possível afirmar que é necessário ajustar o corpo ao ponto do encontro. Foi utilizada a expressão “abrir o corpo” porque os dispositivos da modernidade produziram modos de vida em que a ordem vigente induz as pessoas a evitarem as relações que não sejam corriqueiras, práticas, utilitárias, previsíveis. A dinâmica da indiferença e da reclusão da cidade moderna sugere a necessidade de abertura.

Se vivêssemos uma sociedade em que os corpos estivessem demasiadamente abertos às trocas, seria plausível pensar em estratégias para fechá-los, até encontrar o ponto. Se os corpos fechados reconhecem pouca energia de fora, os corpos totalmente abertos, por sua vez, não filtram o indesejado. Isso significa que caminhar no sentido de “abrir o corpo” reside num ponto singular; ora mais aberto, ora mais fechado. O ponto é a dimensão do contato. É a oscilação.

Os dispositivos de controle do estado segregam e tornam nebuloso o que pareceria óbvio: relação/comunicação/contato. A perversidade da maquinaria funciona com maior eficácia quanto menor for a articulação e a conexão entre as pessoas. A rua, então, é hostilizada e pintada como lugar de ameaças. Provavelmente muitos já nem sabem o que temem. As supostas proteções ou clausuras que aceitamos nos

tornariam, segundo as promessas da razão, menos suscetíveis às ameaças externas: “sonha-se, no corpo e na cidade, a ausência do risco” (HISSA e NOGUEIRA, 2013, p. 62). A ausência do risco, porém, permanece como “sonho”, visto que é uma condição inviável, desnecessária e falaciosa.

Mas mesmo esquecido, o desejo permanece vivo, escondido. Percorrê-lo é a nossa arte. Insistir, no entanto, é tão imprudente quanto insensato. É preciso, além de abertura para trocas, discernimento e sensibilidade, inclusive se fechando ou deixando de agir quando necessário. O ponto aparece para quem não procura. A dimensão do entre é um acidente. Um tanto de acaso, outro tanto premeditado. Ademais, abrir o corpo em demasia resultaria em prejuízos ou até mesmo em morte.

As cidades modernas podem ser previsíveis, mas guardam perigos indizíveis; a cidade enfurecida pode ser devastadora. A cautela - guia da viagem - procura aproximar os olhares que caminham distantes; eles nos oferecem o ponto, a corda bamba. Vemos que,

Para continuar a ser afetado, mais e melhor, o sujeito afetado precisa ficar atento às excitações que o afetam, e filtrá-las, rejeitando aquelas que o ameaçam. A aptidão de um ser vivo em permanecer aberto à alteridade, ao novo, ao estrangeiro, também depende da capacidade de evitar a violência que o destruiria. (PELBART, 2004, p. 45).

Nesse sentido coube aos integrantes do grupo intervir em articulação com as reverberações e possibilidades da urbe; para que ninguém se sentisse ferido, invadido, insultado. Os jovens e a cidade: uma moeda lançada ao alto

3 O DESENHO DA PESQUISA

Na presente pesquisa trabalhou-se a partir da pesquisa-intervenção, considerando seus pressupostos como caminho para tangenciar os objetivos propostos.

Nessa perspectiva, temos que as propostas da pesquisa, assim como as práticas e instituições problematizadas, devem ser tomadas enquanto possibilidade de transformação no exercício de sua prática, enquanto atividade conjunta que envolve seus participantes. Sendo assim, o conjunto das práticas e as pessoas envolvidas no contexto de pesquisa,

(...) funcionam como catalisadores de sentido, expõem o saber e o não saber de uma sociedade sobre si mesma e, poderíamos dizer, desnaturalizam o existente, suas condições, e, ao realizar análise, desestabilizam a cena natural de um cotidiano que nos parece estático. (AGUIAR e ROCHA, 2007, p. 656).

Vemos que o pesquisar é prática social implicada, “considerando a sua implicação com as condições históricas em que se vive e com a história que se quer (re)produzir”. Trata-se “de uma ação ética, estética e política.” (ZANELLA E SAIS, 2008, p. 686), consoante com o referencial que se apresenta como um dos princípios norteadores da pesquisa-intervenção.

A ética na pesquisa é o comprometimento com a “visão de mundo, com os valores, conhecimentos e crenças que (re)(de)formam o olhar do pesquisador e constituem seu projeto de vida” (ZANELLA E SAIS, 2008, p. 686). Assim, a ética difere do sentido moral do regimento das normas regulamentadas em um plano macro de organização. Nesse sentido diz respeito à fidelidade do pesquisador em relação ao projeto de sociedade que ele almeja e às atitudes empreendidas por ele em direção a esse projeto. O projeto tal como almejo enquanto pesquisador é embasado em concepções, críticas e problematizações específicas a respeito da sociedade e suas vicissitudes, sendo assim as ações empreendidas no decorrer da pesquisa devem ser igualmente críticas e coerentes com o projeto e os autores em que me pauto.

O conceito de estética se funda em “relações sensíveis em que é possível reconhecer a potência criadora que afirma o ser humano

enquanto humanidade” (ZANELLA e SAIS, 2008, p. 686). A estética se refere a modos de relações que diferem dos triviais, visando contato, criações e reflexões que se pautam em vivências e olhares outros, que não são comumente praticados, daí ditos sensíveis.

Ainda com esses autores vemos que a pesquisa é uma ação política “na medida em que, como toda e qualquer ação humana, necessariamente se engaja em um projeto de sociedade que se quer (re)produzir.” (ZANELLA e SAIS, 2008, p. 686). Assim, a política se refere à responsabilização, ao engajamento e análise das consequências e dos desdobramentos que podem emergir no decorrer das atividades da pesquisa, já que as intervenções nem sempre se organizam por si só. Se a ética diz respeito à coerência com que o pesquisador age em relação ao projeto de sociedade proposto e à escuta dos outros que participam do processo, a política, por sua vez, diz respeito ao engajamento na construção e constante elaboração desse projeto, seja nos momentos anteriores ou posteriores às intervenções.

A responsabilização aos desdobramentos das atividades se constrói na medida em que as intervenções exigem do pesquisador tal atitude, e o grupo como um todo é impelido a responder pelos seus atos. São os momentos em que são verificadas (in)coerências, defasagens e (im)possibilidades de efetivação de tal projeto. A partir daí deve ser iniciada uma proposta de problematização e (re)construção dele. A responsabilização é, então, momento crucial na pesquisa, já que é indissociável ao projeto de sociedade que se propõe. Assim, “no cotidiano das práticas, a realidade se constitui como campo de problematização, de intensificação da vida, de experimentação do pensamento” (AGUIAR e ROCHA, 2007, p. 653).

O conceito de implicação é outro importante norteador. A implicação das pessoas envolvidas no processo, assim como a do pesquisador, foi fator indispensável na elaboração e concretização dos objetivos a que se propuseram as atividades.

Há nesse sentido, uma recusa à neutralidade e à tentativa de afastamento. A aproximação do pesquisador, em pesquisa-intervenção, significa que ele deve agir na febre dos fatos, colocar e construir a teoria no calor da prática. A implicação é importante material de análise, pois revela em seu imediatismo a coerência de seu trabalho e os pontos em que devem ser empreendidas possíveis mudanças.

A maneira como se desdobra a implicação do pesquisador revela e alimenta os projetos que ele se envolve em suas práticas diárias, por isso antes de ser uma escolha, é um acontecimento, uma escuta, um reflexo do desejo. A implicação e as ações a serem engendradas são

conduzidas pelo corpo do pesquisador em sua integralidade. O intelecto, apenas uma das partes que constituem o corpo, apesar de indispensável ao processo, não predomina nas reflexões e escolhas relacionadas à implicação. Implicação é o conjunto do corpo funcionando em sintonia. A implicação é inteira. A pesquisa, por sua vez, é extensão da vida do pesquisador em seu projeto maior. Um dos pilares que o fortalecem na elaboração de sua ética. Segundo Aguiar e Rocha,

Poderíamos afirmar que a implicação não é uma questão de decisão consciente de ligar-se a um processo de trabalho. Ela inclui uma análise do sistema de lugares ocupados ou que se busca ocupar ou, ainda, do que lhe é designado, pelo coletivo, a ocupar, e os riscos decorrentes dos caminhos em construção. A análise das implicações com as instituições em jogo nas intervenções abre caminhos à ruptura com as barreiras entre sujeito que conhece e objeto a ser conhecido. (AGUIAR e ROCHA, 2007, p 656).

Romper com as normas que imprimem uma distância entre pesquisador e objeto de pesquisa é proposta da pesquisa intervenção. A partir da análise de implicação busca-se analisar, considerar e criticar possíveis relações de saber-poder que podem emergir e representar obstáculos à pesquisa.

Os processos são constituídos a partir dos possíveis atravessamentos e multiplicidades, no exercício das escolhas que oscilam entre cada um e o coletivo, proporcionando que se estabeleça “um processo autogestionário, entendendo que autonomia é um exercício permanente de análise e compreensão das condições em que se realiza a ação”. (ROCHA, 2006, p. 171). Ainda em Rocha (ibid) vemos que “estar implicado (realizar ou aceitar a análise de minhas próprias implicações) é, ao fim de tudo, admitir que sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar”.

3.1 AS OFICINAS E SEUS PARTICIPANTES

As atividades de campo da pesquisa – as oficinas estéticas - ocorreram durante os dois semestres de 2014 com quatro grupos diferentes, sendo que dois foram contemplados de março a junho e os outros dois de agosto a novembro. Os encontros eram realizados uma

vez por semana. No período matutino as atividades eram desenvolvidas com um grupo e no vespertino com o outro, totalizando em cada semestre 16 encontros com cada um dos dois grupos.

Os participantes foram jovens de 14 a 17 anos, encaminhados à ONG Escrava Anastácia por diferentes razões. Há os que chegaram por medidas de proteção; por programas de inclusão social do governo; através de casas de abrigo; por escolha dos pais que procuraram a instituição espontaneamente.

Havia, porém, uma busca evidentemente comum a todos: estavam (ou talvez ainda estejam) à espera de uma vaga de trabalho no Programa Jovem Aprendiz do Governo Federal, que tem por objetivo inserir jovens no mercado de trabalho na condição de aprendizes. Existem algumas instituições parceiras do programa, responsáveis pelo encaminhamento e apoio pedagógico aos jovens; o Escrava Anastácia é uma delas.

Os jovens eram, em sua grande maioria, moradores das periferias de Florianópolis e a procura pela vaga de emprego oscilava entre desejo e necessidade.

Ao ingressarem na ONG passam por um período inicial de adaptação, aprendizagens e vivências, um grupo denominado *Rito de Passagem*, no qual são ofertadas oficinas de segunda a quinta-feira no contraturno escolar, abrangendo diferentes temáticas: “Informática”; “Mundo do Trabalho”; “Mundo do Esporte”; “Arte e Cultura”.

Após o primeiro semestre de atividades, eles vão sendo encaminhados ao mercado de trabalho conforme o surgimento das vagas e, mesmo quando inseridos, continuam a frequentar a ONG uma vez por semana em outro grupo de formação específica às atividades da empresa contratante. As oficinas da presente pesquisa se inseriram na temática “Arte e Cultura” do *Rito de Passagem*. As terças-feiras do ano de 2014 foram os dias de arte urbana no Centro Cultural Escrava Anastácia.

3.2 OS ESPAÇOS E AS ATIVIDADES

As vias e desobstruções evitam os coágulos, não apenas em prol da “circulação saudável”, mas também temendo a articulação subversiva da multidão em movimento, fazendo com que esta escorra sempre. (COSTA; MIZOGUCHI; FONSECA, 2004, p. 181).

As oficinas foram organizadas em dois vieses que marcaram momentos distintos das atividades, porém complementares.

O primeiro viés comportou as atividades realizadas em espaços fechados, geralmente salas de aula da ONG, onde foram apresentados, discutidos e balizados vários assuntos, dentre eles: as diversas práticas da arte urbana e da arte em geral, suas manifestações ao longo da história, seus principais expoentes, seus múltiplos discursos políticos, artísticos, éticos; a cidade e as diversas possibilidades de transitá-la e de concebê-la, seus potenciais políticos e estéticos.

Além das discussões a respeito dos temas acima citados, ocorreram momentos em que a vida/cotidiano das pessoas que participaram da pesquisa tornou-se o principal assunto. Foram momentos em que as pessoas aproximaram ou tensionaram suas histórias, seus trajetos pessoais; todos foram convidados a apresentar um pouco de si e refletir a respeito de suas práticas diárias, suas rotinas, suas escolhas, seus olhares. Nesses episódios escorregava ao grupo um pouco da intimidade de cada um. Foram as sutilezas e as riquezas dos detalhes que compuseram o ritmo das atividades.

Ainda nos espaços da ONG, foram passadas algumas técnicas básicas das linguagens artísticas abordadas. As produções de algumas delas que necessitam de preparação prévia, como no caso do recorte das chapas utilizadas no estêncil e a produção dos cartazes do lambe-lambe, também foram realizadas nos espaços da instituição.

O segundo viés compreendeu as atividades realizadas na rua, geralmente nas adjacências do próprio bairro do Estreito, onde os jovens experimentaram o fazer-devir da arte urbana. Inseriram-se na urbe de maneira diferente das triviais: seus olhares procuravam muros, postes e lixeiras que podiam vir a acolher suas manifestações artísticas, na medida do possível se lançaram ao desconhecido e puderam viver a cidade a partir de outros lugares.

Nos encontros realizados na rua, o processo desenvolvido nas oficinas geralmente ganha mais potência; as conversas a respeito da (des)construção do espaço urbano e de si entram em relação. Os jovens experimentaram em ato a reinvenção da cidade e de seus costumes, praticaram o exercício da autonomia e - como muitas vezes somos questionados pelos transeuntes da urbe - tiveram que responder pelas intervenções.

A imprevisibilidade da cidade fez com que o grupo se tornasse mais desterritorializado do que de costume e, portanto, mais suscetível ao novo. Nos momentos de tensão, em que são convocados olhares e

escutas que se pretendiam éticos, a própria reinvenção inerente a esse tipo de relação, exigiu que se posicionassem a partir de lugares não convencionais.

Com frequência – em decorrência dos que se afetaram com o *coágulo* formado - foram travados momentos de diálogo, debate, conflito com as pessoas que pela cidade *escorriam*. Nesses momentos de afeto, cada um do grupo era impelido a se apresentar, justificar suas obras, argumentar, podar as sobras, escutar e, com aquilo que se dobrou, construir junto com (des)conhecidos uma cidade diferente, uma cidade possível, para além do plano diretivo.

Nem sempre as trocas terminaram em aperto de mãos, porém mesmo quando não fizemos acordos, tivemos ruídos; outros acordos. Valeu pelo “coágulo” criado no corpo-cidade e pelas trocas estabelecidas, pelos olhares, pelas marcas, pelas avenidas, pois,

Na era da aceleração, o olhar se distancia e ficamos sempre na presença de um mesmo tipo de experiência. Olhos que não percebem nada além do mesmo. A aceleração habita a casa dos tempos, da qual parece desejar-se única proprietária. A cidade contemporânea contém maior efemeridade, movendo-se em alta velocidade, registrando e apagando rapidamente o que passou. (HISSA; NOGUEIRA, 2013, p. 71)

Eis que do contato dos corpos que se chocaram, algo se conservou além dos vultos que costumam correr as ruas. Olhares, afetos, vazão, reinvenção, denotaram os principais objetivos da pesquisa que via na intervenção artística com/no espaço urbano, as vias para sua concretização.

Como alternativa à constante aceleração urbana denunciada por Hissa e Nogueira (2013), pretendíamos criar com a própria cidade uma rota de fuga à efemeridade, à impessoalidade e à alta velocidade. A rota de fuga foi uma parada, um breque. Uma fuga à fuga.

À arte urbana em ação, que dificilmente passa despercebida, acrescenta-se o fato das oficinas da pesquisa serem praticadas por um grupo de 12 a 25 pessoas, em sua maioria adolescentes moradores de periferias.

Dos que transitavam a cidade, houve os que ignoraram, os que se indignaram e os que apenas olharam. Alguns pararam, observaram, acenaram, sorriram, desaprovaram. Houve os que mostraram suas vozes,

interrogaram, questionaram, elogiaram. E os que aparentemente nem viram.

Independentemente dos que se entocaram ou dos que foram tocados, dos passos dos desaparecidos à indiferença dos desavisados, uma parte da cidade, aquela que se permitiu migrar do tédio ao afeto, desacelerou. No cenário perpetuado foi efetuado um descompasso; um movimento de resistência à aceleração das máquinas, fundado a partir da invenção, como propõem Hissa e Nogueira (2013).

Em intensidades diferentes o calor do contato reverberou. Dos agrados aos confrontos, dos que fitaram aos que palpitarão, dos que correram aos que ficaram; produziram-se abalos. Quanto maior a intensidade do toque, do olhar, das palavras; mais potentes se fizeram os efeitos éticos, estéticos, políticos a que se propunha o trabalho.

Independente das pessoas que intervíram e das linguagens artísticas que nos acompanharam nos giros urbanos da pesquisa houve um detalhe sempre presente. Detalhe fundamental (ou desprezível) dependendo do grafiteiro que fala. Refiro-me à subversão. Minúcia que acende a faísca, mas pode apagar a brasa. A rua foi nossa casa. Uma casa engraçada, onde éramos visitantes e, ao mesmo tempo, visitados. Entre o esquecimento e o convite, o silêncio e o palpite; todos os muros que grafitamos nas oficinas foram feitos sem autorização. A dimensão do risco e da ética inerente às escolhas é necessária aos objetivos a que se propunha a pesquisa.

O eterno mistério da lanterna, que apesar de reluzir pode também ofuscar. Os últimos nem sempre serão os primeiros, talvez nem todos percorram o entremeio. O fogo que aquece é o mesmo que mata. Nunca se sabe. Subverter com prudência foi a lei da pesquisa; é a lei da mata. Lei que às vezes falhou, mas foram justamente dos erros que perfuramos a malha que antes nos enforcava.

Pintamos sempre sem autorização, mas nunca desautorizados; à luz do dia, com as mãos frias e o corpo quente, aos olhos de toda gente. A princípio, ninguém corre, ninguém destrói, ninguém se esconde, assim caminhou nosso bonde.

3.3 A ARTE URBANA E AS LINGUAGENS ARTÍSTICAS EM QUESTÃO

Por questões de praticidade escolhi, na pesquisa, discernir as três linguagens artísticas utilizadas nas oficinas em: grafite, estêncil e lambe-lambe, porém seria possível afirmar que os dois últimos são suportes

técnicos que ampliam as possibilidades do grafite, e não práticas isoladas em si.

Essas três linguagens artísticas e suas diversas possibilidades de reinvenção política, social e estética, são os dispositivos que encabeçam as atividades desenvolvidas com os jovens nos encontros.

No cenário global da arte urbana, o grafite se destaca como uma das principais linguagens estéticas. Com certeza a mais difundida. Podemos pensar o grafite - de modo geral, pois sua definição provoca discussões e conflitos semânticos inesgotáveis – como inscrição em vias públicas feitas com tinta (geralmente spray) e na maior parte das vezes sem a autorização do proprietário do local em que é realizada a inscrição.

Porém, existem hoje muitas formas de praticá-lo. Para acrescentarmos reticências e não um ponto final à sua definição, podemos pensar que o grafite é uma experiência estética da cidade moderna. É um desvio da engrenagem urbana, produto e produtor da cidade. O grafite não pertence à cidade, ele é parte dela. Nas palavras do poeta curitibano, “o grafite é o limite” (Leminsky, 2013, p. 153), em entrevista o poeta acrescenta: “está pra o texto, assim com o grito está para voz”⁴.

Por sua amplitude e trajetória histórica consistente, o grafite pode ser pensado não apenas como pertencente às culturas em que está inserido, mas também como uma cultura em si. Possui as próprias regras, que variam conforme o contexto; conta com praticantes espalhados pelo mundo todo; possui fundamentos, conceitos e discursos que abarcam, implícita e explicitamente, diversas problemáticas sociais, políticas, éticas e estéticas, como por exemplo, o direito aos espaços públicos, a exclusão e o anonimato nas grandes cidades, acesso ao lazer e entretenimento, limites e possibilidades da liberdade de expressão, entre tantas outras.

Uma das vertentes da cultura *Hip Hop*, o grafite é hoje, dos quatro elementos⁵ que compõem o movimento, se não o mais disseminado, o mais evidente; está nas ruas. Apesar de ter sido apropriado e transformado conforme as culturas pelas quais ele passa, cresce a cada dia.

⁴ A fala pertence a uma mesa que ocorreu aparentemente na reitoria da UFPR, cuja data não foi mencionada no vídeo. Disponível em <https://youtu.be/cXdKmKUcXAk>.

⁵ São quatro os elementos que compõe a cultura Hip Hop: Break, Mc, Dj e Grafite (BUENO, 2013).

Rabiscar paredes não é novidade na história da humanidade. Ainda que não fosse o grafite como conhecemos hoje, vemos em Ganz (2004) que as escrituras rupestres datam das cavernas, grafadas com ossos e pedras.

Historicamente prisioneiro da linguagem, os humanos, ao que contam os livros, sempre teve a parede e as superfícies rígidas como interlocutoras do silêncio; daquilo que não podia ser dito ou traduzido.

Na modernidade, a escrita em muros ganha forças. Em 1942 na Alemanha, foi apropriada pelo grupo Rosa Branca, que se manifestava contra Hitler e o regime nazista através de slogans pintados em muros; na década de 60 e 70 na França durante as revoltas estudantis os estudantes manifestavam suas ideias com pôsteres e palavras pintadas (Ganz, 2004). No final da década de 70 no Brasil, nos manifestos contra a ditadura (Bueno, 2013).

Esses são apenas alguns exemplos que revelam que o escrever em paredes é um movimento presente no desenvolvimento da humanidade e que ganha forças conforme as sociedades ganham muros. Apesar das tentativas de controle, a cidade grande, com seus inúmeros prédios, viadutos, monumentos, escadarias, é o cenário ideal para a grafia no concreto.

Os exemplos citados denotam manifestações de cunho explicitamente político e facilmente legíveis por qualquer pessoa alfabetizada. Conforme mencionado no início do capítulo, o presente trabalho não tem a pretensão de definir se são formas de grafite ou apenas manifestações com spray. Porém, o grafite enquanto linguagem desenvolvida e compartilhada segundo uma estética que lhe é própria, ou seja, o grafite como é conhecido hoje, irrompe na década de 70 na combustão do movimento *Hip Hop* nos subúrbios de Nova York (CASTLEMAN, 1982).

Inicialmente surge como forma de lazer e distração das classes economicamente desfavorecidas, pois estas não tinham acesso a outras formas de entretenimento na cidade (BUENO, 2013). Seus fundamentos não eram explicitamente políticos, como na França e Alemanha, por exemplo, apesar de suas manifestações engendrarem uma potência política bruta; desviante, reinventiva; uma micro potência às possibilidades políticas atravessadas pelo desejo.

No Brasil em 60, as manifestações realizadas com tinta nos muros da cidade estampavam frases cujos conteúdos diziam respeito a um embate político explícito e direto, realizados em sua maioria por

intelectuais em caligrafia legíveis, como por exemplo, “Abaixo a Ditadura”.

O grafite de nova York, por sua vez, representava uma linguagem criada pela periferia. Cunhado com letras ilegíveis à maioria da população, o grafite norte americano fundou uma cultura que, apesar das inevitáveis transformações históricas, vigora até hoje na maioria dos centros urbanos.

O grafite, quase sem querer, desconstrói a imagem asséptica e organizada das grandes cidades. Ele não está na cidade, é a cidade. O grafite não pede passagem, acontece.

Na cidade moderna, o grafite se torna um dos maiores portavozes das ruas, principalmente no que diz respeito à expressão das periferias. A arte urbana, por assim dizer, apresenta ao público uma das manifestações estéticas mais cruas que a urbe pode oferecer. Mas não está dado, deve ser traduzido conforme os atravessamentos e as linguagens de cada leitor. À parte dos projetos políticos dominantes da cidade, o grafite surge como um código que veio contar o que as entrelinhas dos ideários escondem. Sem planejamentos, o grafite é um acidente.

O tempo passa e as escritas permanecem. Quando silenciadas ou apagadas, retornam em alguma outra parte, são erupções inevitáveis na pele da cidade. Muitas vezes efêmeras, mas sempre presentes. Longe de serem meros rabiscos, são as histórias que os livros não contam. É possível pensar o grafite como um desvio à história “para construir algo novo” (DELEUZE, 1992, p. 211). O inapreensível e inevitável devir urbano.

No Brasil, após as primeiras manifestações durante a ditadura, as escritas nas ruas tiveram continuidade nos movimentos de intelectuais e artistas plásticos, como Paulo Leminsky e Alex Vallauri em meados dos anos 1980 (BUENO, 2013; PAIXÃO, 2012; RAMOS, 1994), porém foram os habitantes das margens que carimbaram de maneira irreversível o grafite enquanto elemento implacável no cenário urbano. A periferia foi a principal responsável pela apropriação de qualquer tipo de superfície como espaços (im)possíveis a serem grafitados ou pichados.

Mas o grafite não se manteve restrito às classes economicamente desfavorecidas. Conforme as políticas de gestão das cidades foram se apropriando dele enquanto elemento embelezador da urbe, o grafite foi se transformando em atividade cada vez mais institucionalizada. Algumas formas de grafite hoje estão inseridas em meios artísticos e políticos dominantes, como galerias, museus, propagandas; não é apenas

a periferia que o pratica e que produz seus discursos, porém, é possível pensar que ainda se constitui como uma maneira marginalizada e inventiva de viver e intervir na cidade.

Vemos que inicialmente, e até pouco tempo atrás, nenhuma forma de grafite possuía o glamour dos dias de hoje (Bueno, 2013). Era perseguido e encarado exclusivamente como ato de vandalismo ou tido como elemento insignificante da paisagem urbana. Tentativas de bani-lo não faltaram. Mas ao contrário disso, as escritas cresceram e sua linguagem se expandiu para o resto do mundo como um surto. Hoje, uma cultura presente, que oscila e resignifica seus costumes entre as tradições do Bronx e as ousadias da contemporaneidade.

Vemos em Ganz (2004) que o grafite praticado ao redor do mundo costuma apresentar as evidências de seu berço, de suas origens. As marcas do estilo norte americano costumam comparecer nos traços das escritas e desenhos urbanos em diferentes países. O Brasil não escapa dessa tendência, porém aqui irrompeu o estilo que se diferencia das manifestações artísticas de qualquer outro centro urbano do planeta. Em entrevista cedida ao documentário que retrata a *pixação*⁶ de São Paulo, intitulado “Pixo”, Barry Mcgee, grafiteiro norte americano consagrado na cultura de rua, afirma que nunca havia visto manifestação como essa em lugar algum do mundo⁷.

A cidade de São Paulo deu vazão ao intempestivo: a famigerada *pixação*. Aparentemente não guarda traços que remetam às escritas contemporâneas de nenhum outro centro urbano. É uma prática que conserva em silêncio e em incógnita as raízes da arte urbana; mantém a resignação e resiliência própria das minorias.

Apesar da *pixação* não haver sido um tema específico de oficina, foi abordada em diversas ocasiões, pois as discussões que giram em torno dela permitem problematizar e enriquecer discussões a respeito da cidade, arte, política entre outras. Nas oficinas em que a temática foi o grafite, discussões a respeito da *pixação* emergiam com frequência.

As ditas “oficinas de grafite”, então, fizeram referência aos dias em que pintamos com spray de tinta à mão livre; as “oficinas de estêncil” aos dias em que saímos munidos dos moldes vazados; e as de “lambe-lambe” aos dias que saímos para colar os cartazes com cola e

⁶ A escrita do termo *pixação* com “X” é uma escolha em respeito ao movimento. Os *pixadores* se apropriaram e modificaram a escrita da palavra para se diferenciar do sentido recorrente e estigmatizado do termo.

⁷ Trecho extraído do documentário “PIXO”, disponível em <https://vimeo.com/29691112>.

pincéis. Mas é possível afirmar que o que praticamos nas três oficinas é grafite.

As ditas oficinas de estêncil, dizem respeito a uma linguagem da arte urbana que pode ser resumida a uma prática em que chapas de radiografia ou outros materiais rígidos são cortados com auxílio de um estilete a fim de obter-se um molde vazado que, encostado a uma superfície – no caso da arte urbana, superfícies da cidade – e aplicada tinta, registra com rigor a ilustração anteriormente recortada na chapa. Se conservados, os moldes podem ser utilizados por longo tempo.

Não é comum os grafiteiros utilizarem o estêncil em suas artes. Primeiro porque é trabalhoso, segundo porque é mais efêmero. Porém, na década de 1990 o estêncil veio a se consagrar através das mãos de um dos artistas urbanos mais famosos do planeta. *Banksy* é o nome do “fora da lei” que escolheu permanecer no anonimato (ELLSWORTH-JONES, 2013). Suas obras, no entanto, são famosas no mundo todo. O artista britânico é uma das maiores referências no cenário da arte urbana e das artes em geral. Apesar de variar nas técnicas, o estêncil é o principal instrumento com que realiza seus trabalhos.

Propicia riqueza de detalhes e exatidão nos traços mesmo às pessoas que não possuem aptidão para desenhar, pois é possível utilizar-se de figuras impressas para produzir as chapas. O estêncil requer tempo e paciência para o preparo, dependendo da quantidade de detalhes do desenho pode levar horas ou até dias. Porém, uma vez concluído o recorte das chapas, a aplicação na rua é extremamente rápida. Desenhos bem detalhados levam segundos para serem grafados na parede. Talvez seja a velocidade da aplicação o motivo pelo qual um artista que preza pelo anonimato, como *Banksy*, se apropriar do estêncil como suporte de suas aparições quase instantâneas pela cidade. Ou talvez ele não tenha aptidão para o desenho. Não importa.

Por fim, o lambe-lambe, outra linguagem desenvolvida nas oficinas, consiste em produção de cartazes com a utilização de recortes, desenhos impressos e/ou desenhos próprios, que são colados, com o auxílio de um pincel, nas superfícies da cidade, utilizando-se de cola caseira preparada com a mistura de polvilho doce e água levados ao fogo até que se obtenha a textura desejada.

Assim como o estêncil não é comum a sua utilização no universo do grafite. É uma linguagem ainda mais efêmera, pois os cartazes podem ser removidos com maior facilidade em relação à tinta. Podem ser retirados com relativa facilidade antes que a cole seque, porém depois de seca pode durar dias, meses e em alguns casos anos.

3.4 OS REGISTROS

A produção e registro do material analisado na pesquisa teve sua realização de duas maneiras. Uma delas compreendeu as anotações feitas em diário de campo, em que foram registrados os acontecimentos dos dias de oficinas e os fatos que o pesquisador considerou mais marcantes, pertinentes para posteriores análises. Os registros em diário consistiram em anotações em que o pesquisador se permitiu exercício da fluidez; o devir como fio condutor.

Assim, a escrita como fluxo refletiu e faz parte da prática de despersonalização pretendida, fluiu como ligação elétrica conforme as afetações, as intensidades, as experiências na cidade.

Para que as anotações fluíssem conforme as afetações despertadas nas andanças das oficinas, a escrita era realizada logo após o término das atividades, quando a distância dos acontecimentos e do registro fosse mínima, insuficiente para refrigerar os fluxos atravessados ou enquanto as impressões ainda não tivessem sido domesticadas. As anotações foram vomitadas. Vemos que “esse é o modo de não haver defasagem entre o instante e eu: ajo no âmago do próprio instante” (LINS, 2004, p. 153). O diário deixou pistas que sugeriram trajetos a serem percorridos nas análises dos acontecimentos.

A outra forma de registro compreendeu as filmagens. Estas foram realizadas apenas nos dias das oficinas externas, já que as intervenções na cidade eram o foco principal da pesquisa. As filmagens foram realizadas por Alex Ribeiro, um amigo graduado no curso de cinema na UFSC, que posteriormente realizou junto com o pesquisador a decupagem e edição do material. As gravações, assim como os relatos no diário de campo, constituíram materiais em que as discussões da pesquisa se fundamentaram.

4 VIAS POR VIR

Tememos uma posição hostil no próximo porque temos medo que, por essa disposição penetre em nossos segredos. (NIETZSCH E, 2006, p. 211)

Conceber a polifonia urbana como espaço para pesquisa e a arte urbana e sua dimensão subversiva como mapa despertava em mim algumas inquietações que viam no desenvolvimento da pesquisa possibilidades de vazão.

Por um lado, me provocava medo; o desafio de percorrer o imprevisível. Circular, intervir, provocar a cidade poderia ser insensato; os acontecimentos poderiam ser caóticos e a ideia de um suposta falta de controle me assustava.

Por outro lado, o desejo pulsava e sugeria esquadrihar na própria cidade-acontecimento as vias de vazão perguntas que me moviam e nela experimentar a circulação dos afetos e das inquietações. A minha cidade queria atravessar a pele. Render-se à imprevisibilidade parecia a opção mais sensata, ainda que temível.

Eis que entre o medo e o desejo emergiu a prudência. Intervir na urbe exigia um tanto de desapego, quase que um esquecimento do estatuto urbano diariamente reproduzido. Porém, o desapego, para ser ético não devia ser total. O esquecimento deveria ser uma reinvenção.

A cidade pronunciada e cumprida dia após dia por cada um de seus habitantes é sólida o bastante para não resignar-se por qualquer aventura. As possibilidades de tensionamento da marcha diária ganham potência quando são assumidos lugares de comunicação entre as pessoas envolvidas com/nas intervenções. Ou seja, as linguagens da cidade – verbais ou não verbais, seus transeuntes, seus estatutos, suas exigências, suas aflições – deveriam, na medida possível, ser escutadas.

Os processos de subjetivação e decisões precisariam incluir as pessoas que se pronunciassem. A criação só é quando compartilhada. Pois “um está sempre errado: mas com dois começa a verdade – Um não pode provar a si mesmo: mas dois já não podem ser refutados” (Nietzsche, 2001, p. 184).

Não pretendíamos nos lançar às ruas para insultar ou invadir as rotas alheias. Disse o poeta que “invadir a individualidade alheia é, além de contrário ao princípio fundamental, contrário a nós mesmo, pois invadir é sair de si, e ficamos sempre onde ganhamos” (PESSOA, 2009, p. 152). Fizemos juntos; não de nós (o grupo de pesquisa) para a cidade, nem da cidade para conosco, e sim uma criação que foi nossa com a

cidade. Aceitamos os convites e convidamos ao convívio. Mesmo que não se efetivasse, houve tentativas.

As intervenções, por vezes, tensionaram de maneira conflituosa as relações na urbe. Mas o principal é que abrissem espaço à vazão, aos afetos, à escuta. As intervenções “podem parecer antes sabotadoras da cidade do que possibilitadoras de novas fruições, mas são exatamente essas práticas de ruptura que produzem movimento” (COSTA; MIZOGUCHI; FONSECA, 2004, p. 188).

Contestar as práticas sedimentadas na urbe a partir da arte urbana é uma tentativa de perceber as possíveis conexões entre devir e cidade, ofuscadas pela correria civilizatória. O espaço urbano é aqui entendido como produto e produtor das pessoas que o transitam e o constroem, ou seja, as pessoas refletem a cidade e são nela refletidas. Por conseguinte, os tensionamentos a que se pretendem as intervenções buscam nas instituições da razão e da consciência civilizatória/higienizadora as brechas ao intempestivo. Temos que,

Este homem tem outros nomes também: “sujeito”, “ego”, “consciência”. De qualquer maneira, foram todos esses “nomes” os responsáveis, segundo os críticos da modernidade, pela progressiva decadência da civilização moderna. Não porque eles fossem as causas, mas porque eles estiveram no centro de toda essa “construção histórica”. (FONSECA e TRINDADE, 2009, p. 237)

Entende-se que reinventar a ordem vigente nos acontecimentos do cotidiano é restituir os fluxos obstruídos pelas exigências da razão. O apego demasiado ao nome é contrário ao desejo. Porém, protege do buraco negro. A reinvenção é sensível e delicada e, se engendrada com sensatez, pode encontrar nos espaços públicos ambientes propícios para tanto.

Não coube, nas oficinas da pesquisa, nem olhar a instituição – nesse caso, a cidade e suas diversas instituições – como um conjunto de leis inquestionáveis; nem conceder ao *instituinte*⁸ o direito narcísico de

⁸ Refiro-me ao termo instituinte baseado no entendimento de que instituições são resultado da combinação de forças instituídas (aquilo que já está dado) e as forças instituintes (aquilo que subverte para transformar). Esse conceito foi proposto pela análise institucional, movimento teórico/prático, do final da década de 60, que se propôs a pensar os grupos, as instituições e as organizações. Movimento este que ganha corpo na França em meio aos

agir conforme qualquer um de seus impulsos. Entre o primeiro e o segundo “nem”, subsiste o “e” forjado por Deleuze (1992), onde as forças *instituintes* e instituídas se atravessam e se (re)fazem em comunicação e alternância.

É uma relação de transa, aonde os impulsos subversivos encontram nas próprias leis as vias para emergir; conseqüentemente ambas se reformam. Na interlocução entre uma e outra, uma nova configuração estética pode ser experimentada. Assim segue em Aguiar e Rocha (2007) quando ressaltam que se deve transitar “não para oscilar de uma a outra, nem para constituir a média, mas para ser atravessado, pois é no entre que a produção ganha consistência”. (AGUIAR E ROCHA, 2007, p. 661).

É aí que o processo de criação insurgiu. A dimensão do entre não estava dada, não estava escrita; foi necessário inventá-la. Dela se sabia pouco; talvez as condições iniciais: escuta, comunicação, abertura, desapego. O resto veio menos de palpites, mais de lampejos. O resto foi resto; e nele esteve quase tudo. Tateamos um projeto futuro que só existia no presente; na presença da gente. Um projeto de sociedade singular em sua criatividade e universal em sua problemática, que fosse ético às pistas escutadas, aos detalhes mais quentes da estrada, à vida que chamava. Crítica e criatividade caminharam juntas. Não sabia-se o destino; mas foi decidido caminhar, pois:

Ao contrário, o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente. Para isso é preciso, num certo nível, se deixar levar por esse campo coletivo de forças. (BARROS e KASTRUP, 2012, p. 57)

Entregar-se às afetações da cidade não significou lançar a integridade do corpo à sorte. A selva foi atravessada com prudência, corpo acesos e permeáveis, atentos aos avisos e alardes das alteridades. Como bichos, reviraram os lixos, questionaram os caprichos, os indícios

acontecimentos de maio de 68 e que foi um dos pilares teóricos pra que fosse pensada a pesquisa-intervenção. Para mais informações a respeito do movimento institucionalista ver Lourau (2014), Aguiar e Rocha (2007), L’abbate (2007).

e juntos ao fluxo vivo reconheceram as brechas da conexão, do atravessamento; a fim de construir um espaço com maior coeficiente de transversalidade. Segundo Aguiar e Rocha (2007), “transversalidade implica a ativação da circulação, da comunicação e dos agenciamentos enquanto produção de outros modos de ser, de sentir e atuar” (AGUIAR E ROCHA, 2007, p. 658).

Partiu-se da compreensão da transversalidade como uma alteração no plano comunicacional comum, visto que desestabiliza a noção de verticalidade – em que predominariam hierarquias - e horizontalidade – em que se pressupõem relações de igualdade. A transversalidade, então, seria um terceiro plano comunicacional em que se “se experimenta o cruzamento das várias forças que vão e produzindo a partir dos encontros entre os diferentes nós de uma rede de enunciação da qual emerge” (PASSOS e EIRADO, 2012, p. 116), dando vazão a agenciamentos, aonde as pessoas se reconheçam, se estranhem e escutem o que está por vir; se choquem e, se for preciso, se refaçam. É circulação de desejos e de possibilidades, de formas e de forças e, consequentemente, de lugares.

Nas oficinas, quando agenciamentos aos atravessamentos da cidade, o grupo despertou e experimentou as vicissitudes e as dificuldades dos encontros. Nos corpos ficaram pequenas marcas, advertências, que, mesmo quando singelas, resgataram uma importante lembrança: somos faíscas, um tanto de corpo palpável e outro tanto de energia; a lembrança da “dimensão afetiva dos espaços cotidianos” (HISSA e NOGUEIRA, 2013, p. 74).

Assim caminharam, advertidos que as exigências e normas urbanas não deviam ser ignoradas ou gratuitamente transgredidas, mas que podiam e, às vezes, deviam ser reinventadas. Em cada corpo, uma cidade pediu passagem. Desobstruir os canais, dar vazão, misturar; eis a intervenção. Foi de “algum modo perceber-se participante na constituição de uma autogestão urbana não formalizada”. (COSTA; MIZOGUCHI; FONSECA, 2004, p. 189)

Ao processo diário de colonização foi declarado o retorno do índio que habitava calado, porém vivo. A selva foi o mapa. Hoje de pedra e aço, ganha o nome de cidade. Mas ainda é selva e, pra muitos, casa. Nela estiveram inscritas as rotas de fuga ao sufoco urbano. Porém, não se pretendeu traduzi-las e sim percorrê-las. A linguagem do desejo foi metade dedução, outra metade criação. Não houve escape, não houve prisão. Houve terceira; a via do atravessamento.

4.1 OUTRAS VIAS AO JUÍZO

Na moral, o homem não se trata como um indivíduo, mas como um dividuum. (NIETZSCHE, 2006, p. 71)

Dos medos que nos faziam divididos aos emudecidos impulsos que nos faziam únicos, uma brecha se abriu para quem fuxicou. Aos que se permitiram escaparam à esteira, houve outras avenidas.

Para enveredar a dimensão do “entre” foi necessário que as oficinas estéticas fossem pautadas em sensibilidades, ou seja, foi necessário viver a cidade de maneiras outras, diferente daquelas esperadas nos espaços urbanos. As intervenções não foram pautadas pela sujeição aos estatutos dominantes. A obediência, que enrijecia os corpos, foi transfigurada em ação. Do juízo, um dos desdobramentos da moral, foi pensada a prudência, que tem a ética como guia.

Entende-se que à moral está atrelada a ideia do “Outro” evitável, a quem se teme encontrar e que por saber o que é certo ou errado, julgaria ou repreenderia alguns atos; talvez punisse, talvez aclamasse. O resultado: permanece-se paralisado, interdito, pois ninguém quer ser punido de fato, tão pouco aclamado, não merecemos tamanhas injustiças. O ser humano que carrega o fardo da moral permanece imobilizado por medo do julgamento do “Outro” imaginário.

A prudência, por sua vez - movida pela ética ao próprio desejo e ao desejo do outro (em letra minúscula, outro de carne e osso) – é resultado do reconhecimento da existência de pessoas das quais invariavelmente sou extensão, outros com quem se estabeleço trocas que aumentam a *potência de vida* e, por isso, outros com quem se deseja encontrar.

Partiu-se do entendimento que as relações pautadas na ética não pretendem derrubar os valores, apenas reinventá-los e tecer novos olhares às questões relativas ao convívio, sem que nenhuma pessoa precise ser esmagada, banida, oprimida. O *bom encontro* está além da perda e do ganho; o rio arranca terra da margem ao passo que ela acrescenta terra ao rio. A ética é um rearranjo dos territórios existenciais; emerge do contato direto ou indireto entre duas ou mais pessoas. Vemos com Nietzsche (2007, p. 86) que “nenhum povo poderia viver sem primeiro fixar seus valores; mas, se quer conservar-se, não deve adotar valorações como as valorações de seu vizinho”. Conforme sugere o filósofo, a cada nova relação, novos caminhos.

A mesma moral que organiza os coletivos pode isolar o indivíduo, pois é comum que se faça dela muro de contenção aos fantasmas do dia-a-dia; os fantasmas das relações. A ética, por sua vez, é a prática de comunicar os afetos; de estabelecer os vínculos desejados ou apenas os possíveis; os fantasmas se tocam, se atravessam. No segundo caso, não significa que os limites e os valores não existam, porém são apresentados, reinventados e reacordados no ato de cada cena. Os limites são o tempero do prato, desafiam o pulo do gato.

Vemos em Deleuze (2002) a crítica, apontada desde Spinoza, que problematiza as concepções de “Bem e Mal”. Estas - atributos da moral - devem dar lugar à noção de “bom e mau”. A partir dessa diferenciação, Deleuze denuncia a moral que sustenta a primeira, responsável por reduzir a experiência e o contato entre as pessoas.

Moralizada e moralizadora, a concepção de “Bem e Mal” é acompanhada pelo desconhecimento e pela distância em relação àquilo que julga; são ideias prévias que definem os limites antes de conhecer o terreno. Funciona como leis que devem ser praticadas em obediência a um Deus transcendente ou a um Estado – o “Outro” onipresente, temível, punitivo - que declara as condutas de “Bem” que devem ser praticadas em lugar daquilo que é “Mal”.

Em contrapartida, a ética é um tipo de relação formada a partir da noção de bom e mau, a partir do conhecimento, do contato, da relação; o que é bom e o que é mau estão em constante processo de mutação. As relações que subtraem a potência de agir de determinada pessoa, ou seja, que interdita bons encontros ou obstruem os fluxos da vida, podem ser tidas como algo que faz mau e, conseqüentemente, relações evitáveis ou problematizáveis. Em contrapartida, aquilo que aumenta a potência pode ser considerado algo bom. Quem considera bom ou mau são aqueles que vivem a experiência do afeto e não um mandamento ou alguém exterior ao acontecimento (SPINOZA, 2014).

A despersonalização proposta por Deleuze (2002) parece ser um exercício fundamental para que - nas situações em que ocorrem tensões/choque de ideias ou de intenções, ou seja, quando há demanda para que uma relação ética venha a ser construída - aqueles que estiverem presentes consigam olhar de outros lugares que não aqueles já engessados e consigam fazer dar novas diretrizes ao acontecimento, que não sejam pautadas em julgamentos prévios ou punição/opressão.

O exercício da relação ética exige implicação. As leis que ali operam existem enquanto acontecimentos, logo se (des)fazem. Propiciam encontros aonde reconhecemos e refazemos os próprios deuses, o próprio estado – nunca descolados dos dominantes, mas

jamais subordinados - e neles temos aliados de nossas buscas, não os castradores. São deuses que, apesar de autorais, foram arquitetados em congruência, parceria e prudência às linhas que nos limitam: o outro. Os desejos dos outros que convivemos são, ao mesmo tempo, os nossos limites e nossas possibilidades. Liberdade é tocar fronteiras. O toque, por si só, já é transformação: deixa e leva um tanto; às vezes mais outras menos, porém jamais sai ileso aquele que toca e é tocado. Liberdade não é isolamento, e sim contato.

Ainda em Spinoza, acrescenta Deleuze, que “o bom existe quando um corpo compõe diretamente a sua relação com o nosso, e, com toda ou com uma parte de sua potência, aumenta a nossa” (DELEUZE, 2002, p. 28). Assim, não existe um “Bem” que se praticado garante a harmonia ou um “Mal” que inevitavelmente provocaria desarranjo. O que existe são as consequências a que devemos responder quando ignoramos as escolhas ou a liberdade do outro, ou seja, quando lhe imputamos um mau.

O que pode ser bom ou mau é verificado em cada experiência; são descobertas, tentativas, decisões, acordos efêmeros, resignificados e recriados a cada novo encontro em que tal arte se fizer necessária. O que é mau em determinada situação pode não ser em outra, e se caso vier a ser, não é passível de punição aos seus agentes; ao contrário, apresenta uma situação que possibilita novos acordos, novas ideias e, porque não, novos amigos.

Reverberando essa perspectiva nas oficinas estéticas da pesquisa, vimos o “reconhecimento” necessário às relações éticas, ganhando forma a partir das situações em que as pessoas que se sentiram afetadas com as intervenções urbanas se apresentaram, participaram e se permitiram constituir junto conosco a reinvenção da cidade.

A partir das relações que se criaram nesses momentos, desabrocharam outras estéticas e, delas, novas éticas de convívio. Os desejos, geralmente mantido como promessa na cripta dos limites morais, ganharam novos circuitos, pautados nos deslizamentos entre aquilo que se aspira e aquilo que se legitima entre as pessoas do convívio comum, pois:

Não é possível sacrificar os outros em nome da liberdade ou da felicidade de uns: os valores aspiram à universalidade. Ou, dizendo de outra maneira, para a ética os fins não justificam os meios quando eles sacrificam a liberdade ou a consciência moral e não se espera que princípios

como a liberdade, a dignidade ou o respeito sejam retirados de uns em favor de outros. (SCHIMIDT, 2008, p.393)

Assim, considerando os outros fluxos, pretende-se assumir posições de responsividade e prudência perante a urbe. As intervenções provocaram, do breque ao choque, novos critérios, velhos mistérios. Eis que emergiu, ainda que efêmera, outra cidade: metade inovação e metade resgate, uma mescla de cinza e chama, trama suburbana do caos e da lama: as entrelinhas insurgentes das vias de mão tripla.

5 OS ACONTECIMENTOS

Um homem de gênio não se engana. Os erros dele são volitivos e constituem os portais para a descoberta. (James Joyce, 1998, p. 11).

Imaginemos um círculo. Agora imaginemos um corpo se deslocando ao longo da linha que compõe o perímetro do círculo. A cada volta completa, o ponto retornará ao local de partida e reiniciará o percurso. Após a primeira volta, os locais pelos quais ele passará começarão a se repetir infinitamente ou até que seja provocada uma ruptura.

Os caminhos percorridos no círculo podem ser pensados como representante do transitar dos habitantes das grandes cidades. Cada um dos habitantes da urbe produz seus anéis, pelos quais se desloca, dia-a-dia, em rotas conhecidas. Os detalhes estrangeiros, inevitavelmente presentes no fluxo urbano (e na vida de modo geral), costumam permanecer despercebidos (e evitados) aos olhos da grande massa, o que pode fazer com que a vida pareça repetição contínua; como se percorrêssemos o perímetro do mesmo círculo.

Evidentemente nunca serão repetidos os percursos, nem as paisagens, tampouco as pessoas com as quais cruzamos no trajeto, porém, é a organização das experiências na arca das experiências passadas - o olhar rígido do transeunte - o que permite pensarmos a vida cotidiana a partir da repetição. Não raramente classificamos e organizamos o que vemos a partir do que conhecemos e, assim, tornamos reprodução o que poderia não ser. A vida certamente não cessa sua reinvenção, mas há olhares que não admitem o erro. Os locais, assim como as experiências, podem parecer os mesmos, porém, é a sensibilidade dos olhos e do corpo de forma geral, que malogra e veta a percepção dos detalhes, a dobra das curvas.

O olhar distraído, flutuante, ao contrário, detecta formas para além do xadrez, registra as minúcias, fotografa o silêncio. Se a repetição se dá na dimensão do sensível, é a partir daí que pensaremos as rupturas possíveis.

As supostas repetições estão para além da geografia urbana e das paisagens – ruas, instituições, praças, padarias. O que veicula no asfalto é a intimidade que o corpo expulsa de sua morada, a cidade corre para além da carne e retorna. A reincidência invade e é invadida pelo cenário menor. O olhar que reprisa as vivências macros, também o faz na

dimensão do micro. Ainda somos os mesmos. Os corpos repetem a cada esquina o ensaio íntimo de si.

Assim, o corpo urbano se resume ao esforço de tentar manter as condições necessárias para a manutenção do olhar quadriculado, ensurdecido ao singular. Os cidadãos geralmente não se esbarram, não trocam palavras – exceto em caso de acidentes ou quando lhes faltam dados para prosseguir sem erros. Não adentram ruas inéditas – exceto quando não há outra escolha. O padrão da cidade é circular.

No clássico trecho de Ítalo Calvino, nos relatos das viagens de Marco Polo ao imperador Kublai Khan, podemos sentir o fardo - e a deliciosa promessa - da solidão coletiva, arquétipo comum das grandes cidades,

Em Cloé, cidade grande, as pessoas que passam pelas ruas não se reconhecem. Quando se vêem, imaginam mil coisas a respeito umas das outras, os encontros que poderiam ocorrer entre elas, as conversas, as surpresas, as carícias, as mordidas. Mas ninguém se cumprimenta, os olhares se cruzam por um segundo e depois se desviam, procuram outros olhares, não se fixam. (CALVINO, 1990, p. 51)

Após o passeio proporcionado por Calvino, retomemos o exemplo do círculo para agregar a ele alguns conceitos de Gilles Deleuze.

Pensemos o perímetro – o que inclui tanto as vias urbanas quanto as relações na cidade – a partir do conceito de *história*.

Segundo Deleuze, história diz respeito às condições que configuram, organizam e reconhecem a composição e o caminhar dos corpos, é o ponteiro que não deveria falhar - a parte periférica do círculo, pois nomeia e estrutura sua forma. Nas palavras do filósofo, “a história não é a experimentação, ela é apenas o conjunto das condições quase negativas que possibilitam a experimentação de algo que escape à história” (DELEUZE, 1992, p. 210).

O círculo é historicamente reconhecido como círculo e o esforço no sentido de negar sua forma poderia parecer loucura sem um objetivo claro, despenderia um gasto elevado. Porém, conforme afirma Deleuze, há um possível escape à história, o que não é o mesmo que negá-la e que, apesar de beirar a loucura, também não se configura como tal. Escapar do círculo que compreende e direciona os fatos é experimentar outras formas possíveis de caminhar, olhar e inscrever-se na existência.

A história cede quando algum personagem, no estuor de sua singularidade e de seu lugar único na peça, rompe com o premeditado e resgata o respiro da vida, geralmente sufocada pelas leis dos arranha-céus. É o devir que inscreve sua marca - pequena, sublime, inefável - nos jargões da existência. Devir nunca é imitar, por isso não é repetição (DELEUZE, 1997).

A partir da possibilidade de devir podemos concluir que, apesar de soberana, a maquinaria vacila. E é justamente no vacilo da maquinaria – o tropeço da história – que incide a potência do pensamento deleuzeano (FONSECA e TRINDADE, 2009).

A história foi relatada nos dias que antecedem o hoje e o presente desatento afirma esse lugar fatídico; indica o percurso circular no perímetro do anel, o olhar que não vê além das páginas passadas. Mas aquilo que a faz cindir apresentará, invariavelmente, uma estética até então desconhecida; um acontecimento por vir. A história que ainda não foi contada. O *devir* é “um desvio na história para criar algo novo” (DELEUZE, 2002, p. 211). Aquilo que vinha, mas não se via; o emperrar da maquinaria. O inesperado corte no anel. A história rompida se recria.

Vamos agora imaginar o efeito produzido no perímetro a partir do corte na linha que compõe o círculo. Que formato a linha assumiria? Um formato possível, sugerido por Augusto Campos em seu poema nomeado *SOS*⁹, é o espiral. Os corpos que retornavam ao mesmo ponto agora vazam em direção ao infinito temporário e abrasador do núcleo. É o intempestivo que se apresenta.

Analisemos, então, os círculos das oficinas realizadas com os jovens, em especial aqueles que foram cindidos. Analisemos os cortes. Os erros produzidos na história. Segundo James Joyce (1998), “os portais para a descoberta”.

5.1 PERÍMETRO URBANO: CÍRCULO, INTERDIÇÃO E VAZÃO

Neste capítulo foram produzidos olhares a um acontecimento específico: o enquadro policial na praça pública, evento que permitiu a emergência de uma série de rupturas nas diretrizes das oficinas da pesquisa. A abordagem realizada pelos policiais e seus desdobramentos

⁹ O poema concreto de Augusto de Campos, intitulado *SOS*, recria um olhar interessante ao processo da cisão das instituições, sugerindo o movimento espiral como consequência. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/augustodecampos/sos.htm>.

se apresentaram como curva na linearidade das relações que vinham se estabelecendo, por isso mesmo notável pelos efeitos desencadeados.

O evento mencionado ocorreu em meio a uma saída à cidade no dia em que seria realizado o momento último da oficina de estêncil. No entanto, ao contrário do que previa o calendário, ao invés de concluir fundou uma série de acontecimentos outros. O corte produzido, de tão bruto, desnorteou qualquer possibilidade de que a linearidade/previsibilidade referente às relações e ao cronograma fossem reestabelecidas tão cedo.

Antes de narrar o fato mencionado acima, foco de análise desse capítulo, serão dedicadas algumas linhas a acontecimentos que ocorreram duas semanas antes, na primeira incursão do grupo à cidade, dia da oficina de lambe-lambe. São esses acontecimentos prévios o terreno fértil para a emergência do enquadro policial e seus efeitos.

5.1.1 Prenúncios

Tarde de quarta-feira, meados de abril, dia da oficina de lambe-lambe¹⁰, cuja pauta era percorrer a cidade em busca de locais para intervir com os cartazes produzidos na semana anterior.

Assim que colocaram os pés pra fora da ONG, algo de caótico já se anunciava. Grupo enérgico, disposto a fazer ruído e a desafiar de todas as formas possíveis as cidades instituídas. Aparentemente não havia limites para a maioria das vinte e três pessoas presentes¹¹. A figura do pesquisador oscilava; às vezes representava mais uma figura de autoridade a ser desafiada, às vezes mais um colega transgressor no grupo. O desafio naquele momento era destituir-se e assumir um terceiro lugar, aonde fosse possível reinventar, e nesse sentido subverter, o que os jovens esperavam dele e o que ele esperava dele mesmo.

Permaneceu tentando. Quanto mais tentava encontrar uma saída ou intervenção possível, mais as possibilidades se distanciavam.

¹⁰ A oficina de lambe-lambe costumava inaugurar as incursões à cidade para a prática da arte urbana com os jovens na pesquisa. A escolha é pautada na ideia de que, geralmente, colar cartazes é aparentemente menos impactante do que a intervenção com spray de tinta, ou seja, é uma maneira de praticar a arte urbana de modo gradual, para que o grupo (o que inclui o pesquisador) reconheça aos poucos os movimentos da rua, do grafite e do próprio grupo.

¹¹ Estavam presentes no dia, vinte e três jovens que frequentavam a ONG, o pesquisador e um auxiliar de filmagem.

Cartazes foram colados sem censura em quaisquer que fossem os muros, inclusive no posto da polícia militar sem que a ação fosse notada.



Figura 3 Cinco jovens colando lambe-lambe em frente ao posto policial. É possível visualizar uma viatura no reflexo do vidro do ponto de ônibus.

Inicialmente, o movimento caótico do grupo gerou desconforto e medo ao pesquisador, mas algo o autorizava a reconhecer a imprevisibilidade (e os perigos) como a condição constituinte da pesquisa e, imerso, deixou que ela, a corredeira, conduzisse. Não havia muita escolha. Ou deixava a vida se apresentar em sua magnitude ou imperava uma palavra de ordem que, talvez, conteria o movimento temporariamente. A escolha não foi a ermo; optou por Nietzsche: “não deveríamos tentar deter a pedra que já começou a rolar morro abaixo; o melhor é dar-lhe impulso” (NIETZSCHE, 2011, p.35).

Ao pesquisador ocorriam menos respostas do que dúvidas; seu imaginário não alcançava ideias possíveis para mediar o movimento do grupo. Após colarem um cartaz na parede de trás do distrito policial e prosseguirem ilesos, o grupo se encorajou ainda mais. Eram cinco as pessoas que assumiam a liderança do caos, porém contavam com o apoio dos demais. Dentre os cinco, destacavam-se dois: o primeiro, um garoto com a planta da *cannabis* estampada no boné e o segundo que, por questões de sigilo, nomearei de “Leomar”. Ambos remetiam ao oceano em dias de ressaca.

Dedico algumas linhas para detalhar um pouco mais alguns dos trajetos de Leomar, pois era naquele momento um estímulo para mim.

Leomar começou a frequentar as oficinas no dia de colar os cartazes com o lambe-lambe - três semanas após o início das atividades gerais do grupo. Inicialmente demonstrou indiferença em relação ao pesquisador – supostamente a figura de maior autoridade no contexto das oficinas. Se por um lado estava aparentemente disposto a desorganizar ou burlar a ordem vigente, por outro se mostrava disposto a agir, mesmo que às avessas, ou seja, disposto a estimular o movimento e a (de)composição do grupo. Retornaremos a Leomar mais adiante.

Naquele momento, uma das poucas coisas que não queria o pesquisador era se posicionar conforme a vigilância, ou então seria apenas mais um alvo da mira dos transgressores. Além de saber o que não fazer, restava-lhe escutar, conforme sugere Kastrup, “através da detecção de signos e forças circulantes, ou seja, de pontas do processo em curso” (KASTRUP, 2012, p. 33). É a atenção do cartógrafo que se processava junto ao acontecimento implacável chamado vida. A autora acrescenta que no processo de escuta “a atenção tateia, explora cuidadosamente o que lhe afeta sem produzir compreensão ou ação imediata. Tais explorações mobilizam a memória e a imaginação, o passado e o futuro numa mistura difícil de discernir.” (IBID, p. 40).

Com o distanciamento necessário à construção da análise, foi possível significar a atitude do pesquisador conforme sugere a cartografia. Vemos que,

A ausência do controle purificador da ciência experimental não significa uma atitude de relaxamento, de “deixar rolar”. A atenção mobilizada pelo cartógrafo no trabalho de campo pode ser uma via para o entendimento dessa atitude cognitiva até certo ponto paradoxal, onde há uma concentração sem focalização. (BARROS e KASTRUP, 2012, p. 57).

Mas naquele momento, no calor dos acontecimentos, a situação incomodava. As transgressões assumiram condição de norma e a cidade não apresentou barreiras às intervenções frenéticas do grupo. Tampouco foram notados pela polícia. O pesquisador, por sua vez, flutuou. Na falta de um saber, olhou. Olhou com o corpo todo, que às vezes suave, feito lágrimas derramadas.

Transgrediram as normas, mas não transgrediram a si mesmos. Molecada revestida com as roupas da transgressão obrigatória. Subverter era a forma que assumiam seus círculos, suas repetições. Naquele momento demonstraram uma única maneira de viver as oficinas na cidade; essa maneira era a negação de qualquer norma instituída e da subversão à força. A transgressão era a lei; opressora. A aparente malandragem era na realidade a servidão daqueles garotos, seus anéis, agiam feito peças da maquinaria. Mas algo ali era inegavelmente potente: eles movimentavam a cena. Desafiavam a polícia que habita cada um de nós. O território supostamente seguro e muitas vezes supérfluo que marcava os corpos – da pesquisa, da cidade, dos agentes – tremia. O redemoinho sugava, e não havia por onde escapar.

5.1.2 (Des)praça

Não tenhamos melhor conhecimento/ Do que nos coube que de que nos coube/ Cumpramos o que somos/ Nada mais nos é dado. (Fernando Pessoa, 2009, p. 185)

O dia do lambe passou. Feito um maremoto. No encontro seguinte foram trabalhadas as técnicas e a produção dos moldes do estêncil e, como era de costume, foi realizada uma roda de conversa a respeito da saída à cidade na semana anterior. Porém, a neblina que embaçava a visão do pesquisador (e talvez da maioria ali presente) permanecia. Não sabia ao certo qual caminho percorrer, por isso apenas tasteava o terreno. O grupo, por sua vez, se mostrava empolgado para voltar às ruas. Dedicaram-se de modo notável à produção dos moldes. E naquele momento isso bastava ao pesquisador.

Na semana seguinte foi o dia de voltar à cidade, dessa vez com sprays e moldes vazados: era o dia de colocar em prática o estêncil. Dia em que emergiu o enquadro policial.

Como ocorria geralmente nos dias de saída à cidade, o grupo seguia sem rumo pré-definido; através dos desejos eram guiados às veias da cidade. Conforme alguém sugeria um desvio - esquinas, escadarias, saídas - acordavam no grupo e seguiam. Quando um muro propício era eleito para ser carimbado, a sugestão era pensada com os demais. Geralmente era realizada a intervenção. Porém, a peculiaridade do grupo em questão era o fato de alguns ali escolherem os muros mais arriscados e não hesitarem na ação. Não escutavam o pesquisador. Ou o

pesquisador não os escutava? A via de mão dupla, ao que tudo indica, e a tripla ainda escondida. Talvez estivessem ensurdecidos para outro aspecto que não estritamente humano. A vida fala baixo.

No dia do estêncil, quando alguns quarteirões já haviam sido percorridos e alguns muros metamorfoseados pela ação do grupo, foram surpreendidos por uma praça pública, aonde decidiram parar por algum tempo, comer¹² e - por que não? - modificar a estética de alguns bancos.

Acontece que, além da intervenção com as tintas, havia outra maior. O grupo fazia barulho; como se não bastasse a quantidade elevada de pessoas presentes (vinte e três jovens, o pesquisador e um auxiliar de filmagem), o time era constituído por uma parcela da população que não costumava frequentar aquelas redondezas. Era a periferia penetrando nos interstícios dos espaços sorrateiramente reservados aos modos burgueses. Só o fato de transitar em um grupo composto por vinte e tantos jovens já era uma maneira de intervir no funcionamento aparentemente ordenado da cidade, porém esse cenário se intensificava devido à condição dos jovens: condição periférica, condicionada, condicionante e com dicionário: *contorno de uma figura curvilínea; numa cidade, os bairros mais afastados do centro*¹³. Era o redemoinho funcionando para inverter o estatuto histórico daquela praça; a periferia escoava ao centro. Pouco tempo na praça foi suficiente para que o primeiro morador de uma das casas saísse para questionar a presença do grupo, na tentativa de reafirmar a história.

Apresentou-se como membro da associação de moradores do bairro e artista (escultor de peças em barro). Inicialmente demonstrou resistência e intolerância às intervenções com estêncil, mas após alguns minutos de conversa com quatro pessoas do grupo que se aproximaram dele, simpatizou com a ideia e até parabenizou o trabalho.

Após algum tempo foi a vez da moradora de outra residência sair para conferir os “estragos na praça”, segundo palavras dela. Nesse momento o diálogo estava mais delicado e dificultado; ela demonstrava-se bastante indignada e disparava ataques. A situação que já não estava

¹² Quando a oficina era realizada na rua, o grupo carregava o lanche oferecido pela ONG e escolhia algum local da cidade para fazer a refeição. Geralmente eram momentos de descontração, risadas, afetos e (des)construção; a cidade se transformava em lugar de convívio.

¹³ Conceito de *periferia* (MICHALIS, 2009, P. 666).

fácil piorou com a chegada de uma terceira moradora¹⁴. A patrulha se anunciava.

Demonstravam pouquíssima abertura para um diálogo que não fosse pautado em berros e agressões verbais, e se recusavam a escutar qualquer pronunciamento do grupo. Elas não queriam saber. Suas perguntas já continham em si as respostas; sabiam em demasia: eram vândalos destruindo a sua praça e ponto final. Às vezes era possível responder alguns dos questionamentos, mas rapidamente eram atropelados por novos inquéritos ou agressões verbais. A todo o tempo acusavam o grupo de *pixadores*, e diziam que estávamos “destruindo” a praça que ela tanto cuidava: “até a grama eu corto”, afirmou uma delas. “Retire esses moleques daqui” – falavam com os olhos enfurecidos ao pesquisador, que tentava junto com o grupo explicar (e entender) do que se tratavam as intervenções.

Afirmavam que não pretendiam estragar a praça; que as intervenções com pintura apenas se somavam aos cuidados delas em cortar a grama; que aquilo que o grupo fazia definitivamente não era *pixação*, pois esse é outro tipo de linguagem estética. Porém, o estardalhaço se sobrepunha; as duas mulheres quase não escutavam para além das próprias vozes, para além das verdades do espelho.

De repente, uma delas apontou (com um quê de satisfação investigativa) uma escrita que havia surgido na parte de trás de um banco e que se diferenciava da estética do estêncil.

Nesse momento o pesquisador reconheceu que aquela manifestação sim, aproximava-se da *pixação*¹⁵, ainda que não fosse exatamente. Acrescentou, ainda, que aquela intervenção fugia à proposta do trabalho e que se fosse desejo dela, poderiam conversar a respeito, problematizar o e talvez cobrir a “pixação” do banco. Porém quase não foi escutado. A satisfação delas era encontrar algum motivo que criminalizasse a ação do grupo; os bancos da praça já não eram o assunto principal. Talvez nunca tenham sido.

¹⁴ A praça em questão é relativamente pequena e encontra-se cercada de casas por todos os lados. Conforme ficou evidenciado em alguns discursos, alguns dos moradores das residências ao redor consideravam a praça um espaço praticamente particular; uma extensão de suas propriedades.

¹⁵ Em dias de saída à cidade, o grupo era orientado a intervir apenas a partir da linguagem trabalhada no dia, ou seja, que não se manifestassem inscrevendo outro tipo de linguagem, nesse caso, que não realizassem outra inscrição que não o estêncil.

Foi possível notar, passado algum tempo, que o problema central que tanto incomodou as moradoras foi a ruptura da circularidade; satisfaziam-se em sair todos os dias de suas residências e ver aquilo que elas acreditavam ser a mesma praça, protegida das interferências urbanas que fazem lembrar que a vida é repleta de (a)diversidades. A praça era apenas um pretexto para reivindicarem a manutenção da norma. Temiam mesmo era a reinvenção da periferia. Temiam o espiral.

Mas antes que pudessem acrescentar qualquer outro comentário, um ruído ainda mais alto interrompeu a atenção e os comentários de todos ali. Um carro aproximava-se em alta velocidade, freando bruscamente ao lado da reunião na praça. Era a polícia; a voz mais alta da lei da rua (até que seja verificado o contrário).

- Quem é o responsável por isso? - soou em alto e bom som a primeira pergunta do policial ao sair da viatura.

- A princípio eu, senhor, trabalho como educador social¹⁶ na ONG Escrava Anastácia – respondeu o pesquisador.

- Educador de merda você – acrescentou o policial.

Apesar de apreensivos, o grupo manteve a serenidade necessária a um enquadro policial.

- Na realidade eu não sou o único responsável. Somos todos. Inclusive vocês policiais e as duas moradoras – retificou o pesquisador.

A partir daí, o enquadro que iniciou bruto e ofensivo, começou a declinar cada vez mais para um diálogo, visto que o grupo respondeu e assumiu o lugar das intervenções, mas não aderiu ao tom agressivo e acusatório dos discursos. Assumiram o feito, mas não o erro. Ao menos não esse erro incriminador que tentavam cunhar os policiais e as duas moradoras. Se é que existia algum erro, é melhor pensarmos no “erro da história”, conforme Deleuze, e se um erro dessa ordem estava se anunciando, realmente não era possível apontar um único autor. Quando a vida se pronuncia em sua potência de devir, as pessoas que se encontram presentes no contexto se tornam diferentes responsáveis na medida em que se apresentam e, uma vez que é engendrado um *bom encontro*, já não são necessários autores, apenas vozes. E era ela que se anunciava – a vida. Sem respostas. Mas viva como o cão.

As duas mulheres, porém, apesar de partícipes fundamentais no processo, não puderam permanecer nas trocas que seguiram daí pra frente, pois não baixaram o tom de suas vozes e insistiam na tentativa de direcionar a conduta dos policiais durante a abordagem. Foi necessário

¹⁶ Educador Social era o termo utilizado na ONG para se referir aos coordenadores das oficinas da instituição.

que um deles exigisse que elas se retirassem da praça e regressassem às suas casas. Elas obedeceram.

Quando o tom de guerra baixou, os diálogos com os policiais se tornou possível. Começaram a haver trocas ao invés de tapas. Eles questionavam e escutavam as respostas; estavam realmente interessados em saber do que se tratavam as oficinas. Ao grupo da pesquisa cabia o trabalho de criar respostas, cunhá-las no calor do ato. Conforme o encontro se desenrolava, as pistas que iam emergindo conduziam a comunicação. As intervenções começavam a ganhar sentidos. E retirá-los também. Alguns lugares se afirmavam, outros se desfaziam. Da periferia ao centro e do centro à periferia.

Conforme encontravam espaços, os jovens escreviam cada qual a seu modo, novas linhas no corpo da pesquisa. Os policiais participavam de forma ativa do processo; oscilavam e se revezavam nos lugares momentaneamente ocupados pelas pessoas grupo.

Vemos com Passos e Barros que “objeto, sujeito e conhecimento são efeitos coemergentes do processo de pesquisar” (PASSOS e BARROS, 2012, p. 18). Assim como o corpo teórico da pesquisa, as relações tecidas e os lugares (provisoriamente) ocupados em seu contexto não estão pré-definidos. O pesquisador possui algumas pistas, porém percorrer e desenhar esse traçado depende da participação ativa das pessoas envolvidas. Seu trabalho é agenciar-se à vida e permitir que ela vaze, sem a pretensão de explicá-la; “é a experiência entendida como um saber-fazer, isto é, um saber que vem, que emerge do fazer”. (IBID, p. 18).

Houve um momento em que um dos policiais disse que “o trabalho do educador exigia muita responsabilidade, já que se propunha a ensinar”.

- Você deveria ter mais cuidado com isso – concluiu ele.

Em resposta, o pesquisador incluiu o policial no seu ofício, ressaltou que a maneira como eles abordavam ou se direcionavam ao grupo também entrevistavam nos seus modos de subjetivação¹⁷ e também “educavam”. Incluiu também os jovens enquanto educadores, pois quando aqueles que se supõem adultos falhavam em suas escolhas, eram eles – os jovens - que ensinavam; eram eles que faziam.

¹⁷ Os termos utilizados no momento em que o acontecimento se desenrolava na praça eram adequados ao contexto. Utilizava-se um linguajar comum às pessoas presentes.

Era o plano da experiência que vinha sendo traçado e que tornava a cada um dos vinte e sete presentes¹⁸ no contexto da pesquisa responsável e imprescindível na costura do pano roto e remendado, porém possível, chamado vida. Ainda com Passos e Barros (2012) vemos que,

a intervenção sempre se realiza por um mergulho na experiência que agencia sujeito e objeto, teoria e prática, num mesmo plano de produção ou de coemergência – o que podemos designar como plano da experiência. A cartografia como método de pesquisa é o traçado desse plano da experiência, acompanhando os efeitos (sobre o objeto, o pesquisador e a produção do conhecimento) do próprio percurso da investigação. (PASSOS E BARROS, 2012, p. 18)

A abordagem e seus desdobramentos tiveram a duração média de quarenta minutos e tomaram rumos diversos ao longo desse tempo. As lacunas que emergiam, entre perguntas e respostas, iam sendo preenchidas pelas pessoas presentes, cada qual à sua maneira, à sua estranheza; até os que permaneceram em silêncio, constaram. Todos estavam ali. Mesmo quando quietos. Vivos.

A abordagem rumou ao desfecho quando um dos policiais, decididamente intransigente à prática do grafite, conforme ele mesmo afirmou durante a conversa, pronunciou a seguinte questão:

- Tem um grafite embaixo de um viaduto perto da minha casa e nele há o desenho de uma mulher com um cigarro na boca e mostrando os seios. Imagina se eu passo com a minha filha de seis anos e ela me pergunta o que significa aquilo? Você acha isso certo?

Um respiro. E a resposta:

- Sinceramente? Não acho certo nem errado. Apenas acho que seria uma oportunidade pra vocês conversarem. As curiosidades fazem parte da vida e tem muita gente ou meios de comunicação dispostos a responder, por que você enquanto pai não pode ser uma dessas respostas.

Um suspiro. E a contra resposta:

- Se fosse sua filha você não acharia certo.

O segundo policial, que estava na viatura redigindo o termo de compromisso retornou e o diálogo foi encerrado. A decisão tomada foi

¹⁸ Nesse momento somavam-se ao grupo os dois policiais.

uma intimação para que os bancos da praça fossem novamente pintados de verde dentro do prazo de quinze dias, caso contrário, um processo em nome do pesquisador seria iniciado. Pediram para que o termo fosse assinado e, caso desejasse o pesquisador, poderia incluir alguma observação no espaço destinado a isso. Eis que outra pista se revelou¹⁹:



Figura 4 Fotografia da abordagem policial no momento que o pesquisador redigia suas observações no relato.

¹⁹ As observações: “Eu, Renan, estava utilizando a cidade como espaço para constituição dos jovens que eu educo, assim seguirá meu trabalho após a intervenção policial. Meu trabalho de educação está apenas começando”. É possível identificar parte do olhar romantizado em relação ao seu trabalho, por exemplo, quando utiliza a expressão: “constituição dos jovens que eu educo”. Romantismo este que os próprios jovens ajudaram a desconstruir ao longo do processo.

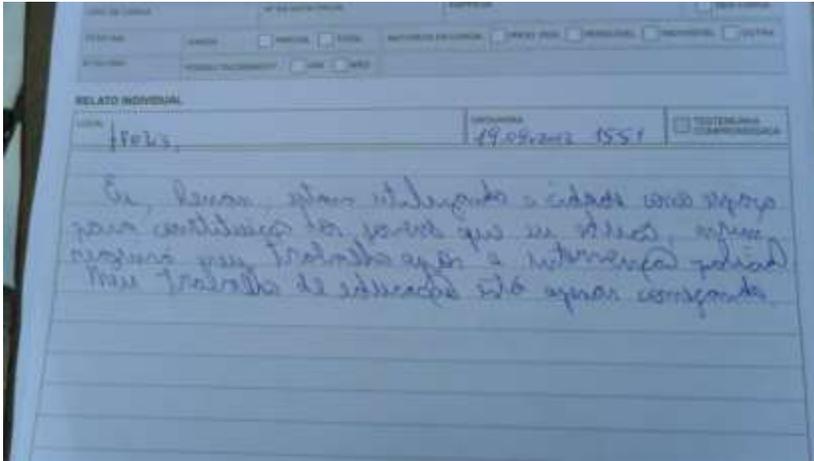


Figura 3 Fotografia que retrata as observações redigidas pelo pesquisador no relato policial.

Os policiais entraram na viatura e seguiram seus rumos. Nós, sem rumo previsto, pudemos sentir, talvez pela primeira vez, a brisa branda que soprava na praça. A brisa da terceira via.

O relógio marcava vinte minutos a mais do que o horário normal do encerramento da oficina, porém, mais da metade das pessoas presentes escolheu não partir. Ficamos uns quinze minutos mais. Respirando a praça e comentando algumas nuances do acontecimento.

O pesquisador perguntou quem havia pichado o banco. “Apenas por curiosidade”, ressaltou ele.

- Fui eu – respondeu uma garota.
- Em que momento isso ocorreu?
- Quando aquele mulher louca estava xingando a gente.
- Não foi apenas você a responsável pela pichação. Talvez a ‘mulher louca’ tenha sido a principal autora. Porém, não cabe pensar em mais ou menos responsável, fomos todos nós. Estamos juntos – acrescentou o pesquisador.

Antes de qualquer fechamento, o grupo concluiu quase ao mesmo tempo, que os bancos deveriam ser pintados na semana seguinte, no próximo encontro das oficinas.

- Faremos uma rifa pra comprar a tinta? – sugeriu o pesquisador, já que isso havia sido feito em outro momento na ONG pelos próprios jovens.

- Não, professor, vamos fazer uma ‘vaquinha’, a rifa vai demorar muito – retrucou um deles.

Essas foram as deliberações emergentes. As decisões confluíram e o silêncio predominou outra vez. O grupo e a ética. Os bancos e a estética.

5.1.3 Bancamos: o grupo e a ética; os bancos e a estética

(...) olhar para todas as direções, para o visível e o invisível; rememorar, imaginar e projetar cenários (des)conhecidos e (im)possíveis; vê-los e transvê-los, para além do que o olho físico permite, entretecendo nesse movimento arte, ciência e vida. (ZANELLA, 2013, p. 39)

Por questões logísticas, o material que seria utilizado para repintar os bancos da praça foi comprado no decorrer da semana com recursos do projeto integrado de pesquisa da professora orientadora Andréa Vieira Zanella. A tinta verde e os rolos foram então apresentados aos jovens na semana seguinte, no dia de retornar à praça. O pesquisador informou que conseguira o material e que não precisariam mais fazer “vaquinha” para comprá-lo, porém acrescentou que poderiam contribuir com qualquer valor que achassem pertinente.

O grupo demonstrou alegria pelo fato da tinta já ter sido comprada. Com exceção de uma pessoa, os demais não contribuíram com quantia alguma. Leomar chamou o pesquisador pra fora da sala, retirou uma nota de dois reais do bolso e entregou em mãos. Logo em seguida acrescentou mais um, somando três reais de contribuição. O garoto não disse uma palavra, porém olhando firme no olho apertou a mão do pesquisador. Os dois se olharam como se agradecessem mutuamente um ao outro. O silêncio contemplou a comunicação, expandiu a linguagem.

Naquele momento se concretizou algo ao mesmo tempo inapreensível e potente: uma ética era firmada, e não era restrita apenas aos dois, mas através dos dois - representantes de uma potência mais expansiva do que seus nomes poderiam comportar - algo maior acontecia; a ética emanava ao grupo e do grupo. A relação era de outra ordem. Olhavam além do que os olhos físicos permitem e do que a palavra alcança objetivar, conforme sugere Zanella (2013).

O dinheiro possuía uma função além da utilitária/econômica. Revelava a implicação de uma pessoa que até duas semanas anteriores

ao dia da abordagem policial demonstrava-se aparentemente indiferente ao pesquisador e ao trabalho em grupo (ou o fazia às avessas). Com aquele gesto Leomar afirmava-se disposto a fazer junto. O ato em si emanava do corpo daquele garoto, mas não se resumia a ele; revelava a implicação do grupo e do processo que vinha ganhando consistência. Leomar, ao implicar-se com a questão da contribuição financeira comunicava algo maior. Era ele o porta voz de uma pluralidade e uma polifonia irreduzível e vibrante que começava a cantar naquele grupo.

O fluxo do oceano embriagava, não mais num movimento de ressaca, mas no vai e vem de uma força delicadamente bruta e convidativa. Conforme afirmam Fonseca e Trindade (2009), um acontecimento brutal e irreversível que nos coloca na corredeira da vida. E a maior parte dessa mensagem era passada em silêncio, em gestos. Ou nas sutilezas dos sussurros.

Retornaram à roda do grupo que já estava formada na sala, conversaram um pouco - talvez o essencial - e dirigiram-se todos à praça. Munidos de comida, tinta verde e rolos. Foram juntos.

Ao chegarem à praça, a dinâmica se anunciou. Não foram realizadas instruções prévias a respeito da utilização do material ou do que deveriam ou não fazer durante o momento em estivessem lá; no entanto, como num movimento de bando a organização aos poucos foi ganhando a cena.

No vão entre os polos universalizantes e individualizantes - a via terceira - uma mescla entre ordem e caos envolveu o cenário da praça. Os caminhos foram apontados por todos e às vezes por ninguém. O pesquisador, por sua vez, retirava um peso das costas ao perceber que o grupo (e não mais ele) coordenava o processo. Era apenas um a mais. Ou um a menos. E isso era o bastante.

O tecido que envolvia aquela tarde revestia o movimentar dos corpos e descobria a vergonha do nu. Na medida do possível e de maneira espontânea era praticada a inversão dos lugares ocupados, conforme vinha sendo tecido desde o dia da abordagem policial na semana anterior. Os direcionamentos transbordavam e acordos floresciam. Conforme afirma o quinto mandamento de Spinoza, “uma Natureza que é ela própria um indivíduo variando de uma infinidade de maneiras” (DELEUZE, 2002, p. 127). Não havia aptidão, e sim potência. Não havia culpa, e sim responsabilização. Havia terceira.

Um plano diferenciado envolvia as pessoas daquele grupo desde o dia da abordagem. A partir da ótica de Spinoza, Deleuze evoca alguns apontamentos a respeito do plano de imanência, aonde os corpos se encontram e se potencializam num movimento complexo de aceleração

e desaceleração. Afirma que esse plano, apesar de imanente, deve ser construído (DELEUZE, 2002). O plano não é uma criação, visto que emana. Porém, agenciar-se a ele é aonde se constitui a criação, a construção. O acesso é uma arte, e como toda arte, um acidente da razão.

Já não importava mais se a praça ficaria melhor com os bancos pintados de verde ou grafitados, ou seja, não importava discutir se os policiais, as moradoras ou os grafiteiros tinham razão. Essa discussão era demasiadamente pequena e humana perante o plano que se circunscrevia e o processo de (de)composição que se firmava. Tampouco poderíamos definir com exatidão quem foram os policiais ou os grafiteiros no dia do acontecimento na praça. A própria moradora, conforme ficou evidente no discurso da garota que “pixou” o banco, foi corresponsável no processo, ou seja, transitou e ocupou temporariamente o lugar de pixadora/grafiteira ou como queiram nomear.

Evidentemente que a moradora não apertou o bico do spray, porém não foi necessário. Embarcar na esteira do pensamento de Spinoza é assumir que os corpos não são definidos por sua forma ou por sua substância, mas pela capacidade de afetar e de ser afetado (DELEUZE, 2002). Ou seja, mesmo sem tocar a lata de spray, “pixou”. A razão pode não alcançar, mas o corpo fala para além do que os olhos podem enxergar.

Se a razão escreveu a moral, a responsabilização desenhou a ética, e era justamente - a sensação de experimentar uma ética e um lugar que nos permitia a reinvenção – o que nos alimentava, nos transbordava e nos agenciava naquele momento. Ninguém tinha razão e era enormemente satisfatório poder pensar de outras formas que não a partir do intelecto apenas. O corpo falava com e escutava a vida, não como se fizesse parte do todo, mas como se fosse esse todo. Éramos praça.

Nenhum dos moradores apareceu nesse dia. Uma garota chegou a dar a ideia de tocar a campainha das casas das mulheres do dia da abordagem, mas logo o grupo desencanou. Decidiram (e perceberam) que não seria necessário. Já não pintavam o banco para elas nem para os policiais; o fazer acontecia para além das ordens e a satisfação retornava em imediato.

Mesmo realizando a pintura em ritmo tranquilo, o trabalho foi finalizado uma hora e meia antes do horário de encerramento da oficina, o que fez com que o pesquisador perguntasse o que fariam naquele

tempo que restava. A pergunta foi respondida de maneira instantânea e irrecusável por um garoto:

- Vamos jogar bola numa praça que eu conheço.

Enquanto um deles foi buscar a bola na ONG, o grupo foi se dirigindo à praça onde aconteceria o jogo.

Três times formados: dois em campo e um à espera na arquibancada. O time que levasse dois gols deixava a quadra para que entrasse o que estava de fora. O sol rebatia quente na cabeça, a bola rolava viva no pé. Todos descalços. Retirar os tênis foi decisão tomada por todos os jogadores. Jogo de rua.

A “mulecada” ensinava como a vida deve ser vivida. Não havia corpo mole. Depois que a bola rolou pela primeira vez, o jogo “tá valendo”, e o pesquisador tava lendo demais, jogando de menos. Depois da terceira ou quarta partida no cimento bruto e escaldante da quadra, uma bolha estourada em carne viva na sola do pé. Não teve escolha, o pesquisador foi à arquibancada assistir o jogo da vida. O que não foi menos proveitoso. O jogo fluía, o corpo corria. Era bonito de ver.

Naquele dia o pesquisador experimentava não apenas a transição de lugares com os jovens, mas era obrigado a reconhecer que no intervalo que compreendia o tempo desde a proposta do jogo na praça até o final da oficina, o território era muito melhor percorrido pelos jovens do que por ele. Ou seja, ali os jovens “mandavam”; não de maneira arbitrária ou imperativa, apenas porque ali sabiam fazer a bola correr, quase sem querer. A selva em que estavam – que não era um lugar palpável, mas um plano de imanência – era mais familiar aos jovens. Só cabia ao pesquisador escutar e apreender as sutilezas daquele cenário, daquela gente.

Aprendizagem essa que teve seu ápice quando, ao final da partida, o grupo se reuniu na arquibancada e ali permaneceu, flertando e sintonizando as minúcias do tempo e do espaço.

Um dos jovens falou ao pesquisador:

- Ei professor, saber por que o senhor machucou o pé?

- Por quê?

- Porque tu não tá acostumado! Né não? - falou se dirigindo a outro jovem – lá na nossa quebrada ‘nóis’ joga todo dia no asfalto e ‘não dá nada’.

O outro jovem apenas concordou com a cabeça. Era inegável. O pesquisador por um instante chegou a pensar em se esquivar, afirmar que também jogava e que aquela era apenas uma fatalidade que podia suceder a qualquer um. Mas não. Apenas entendeu e confirmou o fato.

Havia pouca coisa que poderia ser dita pelo pesquisador naquele momento. A eloquência do grupo falava por si só. Observar e absorver eram as escolhas mais sensatas. Inclusive, e principalmente, na cena que se desenrolou para finalizar aquela tarde.

Uma garota se dirigiu a um dos garotos como “neguinho”²⁰. O menino, que de fato era negro, mas que não havia cedido essa intimidade para aquela garota, respondeu:

- Você me conhece pra me chamar assim?

Mas a garota sem responder de volta fez cara de deboche e se retirou de cena, andando em direção à bola que estava parada a uns quatro metros de distância deles.

O garoto levantou e foi na direção dela. Foi possível escutar outro garoto incentivando a ação com a seguinte frase:

- Dá-lhe uma nela.

Quando ele chegou bem perto disparou um soco que iria pegar no rosto dela (não era tanta a força, mas o suficiente para machucar).

Todos na plateia, inclusive o pesquisador, assistiam mudos à cena. Em questão de segundos, muitas coisas passaram pelo imaginário acadêmico daquele jogador que havia estourado uma bolha no pé jogando bola; possibilidades de intervenção, mediação, discussão de gênero e racismo. Todas elas por água a baixo na corredeira do rio.

A garota defendeu o soco numa firmeza e reflexo poucas vezes presenciado pelo pesquisador. Segurou a mão do garoto, olhou firme no seu olho e falou alguma coisa. Ele retrucou. Não foi possível escutá-los.

O mesmo garoto que estava na arquibancada e que havia falado para “Dar-lhe uma” voltou a comentar:

- Ele ia dar-lhe ‘memo’.

E assim a história morreu. Sem agressões físicas e sem prolongamento do assunto. Ficara evidente que a questão se resolvia ali e que qualquer mediação que fosse tentada seria descabida. Talvez pudesse ter ocorrido alguma intervenção por parte do pesquisador. Talvez. Mas o ponto central da questão emergiu apenas nas análises e produções posteriores da pesquisa.

O tempo possibilitou perceber que não era necessário pensar se cabiam ou não intervenções naquele momento, pois a intervenção havia ocorrido, só que noutra direção. Dos jovens pesquisadores ao

²⁰ Era comum que eles se dirigissem uns aos outros daquela maneira. Porém, o que parecia estar em questão naquele momento não era a referência à cor da pele, e sim o fato da garota não ter intimidade o suficiente para se dirigir ao garoto daquele jeito.

pesquisador jovem. As pessoas envolvidas naquele último acontecimento realizaram a intervenção nos modos de perceber, subjetivar, contemplar (e tentar compreender a vida) que operavam no repertório do pesquisador. Reviraram sua bagagem.

Naquele momento, o pesquisador não entrevistou porque não sabia. Por isso escutou. E despencou do lugar privilegiado do especialista para o piso comum da não resposta. O piso da pergunta. Despencou para o lugar mais elevado da vida.

Aquela oficina encerrava ali. O grupo se dispersava feito fumaça. De forma lenta e progressiva. E o pesquisador, pulando em uma só perna, aos trancos, se dirigia à ONG para remendar o estrago. Aquela ferida, no entanto, nunca mais cicatrizou.

5.1.4 O que ficou...

Se as possibilidades de transitar e participar da (re)construção dos espaços urbanos demonstraram-se, por um lado, demasiadamente restritas, por outro, apresentaram na própria restrição as possibilidades de ressignificação.

As interferências – até mesmos as mais agressivas – ao contrário do que aparentavam a princípio, viabilizaram intervenções que tocam a questão norteadora da pesquisa: a formação ética, estética, política.

A abordagem policial e a intervenção das pessoas que residiam próximas à praça não significaram o encerramento ou o declínio da atividade; ao contrário, possibilitaram abertura a trabalhos outros junto com os jovens, que permitiram prosseguimento à práxis nos espaços urbanos. Apesar da tensão e do alvoroço, foi possível olhar a abordagem policial como acontecimento que potencializou as atividades da pesquisa, proporcionando rumos outros.

Nesse sentido, é possível pensar as abordagens a partir da inversão inspirada em Pelbart (2003). Não é a mais a maquinaria e sua força opressora que merecem atenção especial, e sim as possibilidades de manobras que os corpos inventam para escapar dos dispositivos de captura. É a potência de reinvenção do desejo – a biopotência - o foco de investimento do pesquisador; um caminho mais desafiador, talvez, porém menos violento e mais certo no que diz respeito ao desmonte da maquinaria.

Ao grupo foi necessário responder pelas intervenções, assumir posições, dialogar, se responsabilizar pelos desdobramentos, escutar e construir uma cidade diferente, uma cidade possível. Foi a implicação no processo individual e coletivo o que permitiu, a partir das

intervenções na praça, o acesso a um plano outro. A reconstrução dos espaços concretos correspondeu e reverberou na construção do “plano de Natureza que distribui os afetos – o plano de imanência” (DELEUZE, 2002, p. 129).

Os questionamentos à moral vigente não se resumiram apenas às críticas e aos apontamentos. As pessoas que presenciaram o processo, cada uma à sua maneira, posicionaram seus corpos no núcleo da crítica. Apesar de indispensáveis, não eram apenas as ideias que operavam na desconstrução ou nos questionamentos das normas instituídas. Os corpos pronunciaram a potência que possuem quando se disponibilizam a problematizar, investir, criar, o que possibilitou, para além da tentativa de destruir uma moral, estabelecer uma ética.

O “enquadro policial”, como se costuma nomear entre os jovens esse tipo de abordagem, não se efetivou conforme a tradição. Os esforços das figuras autoritárias em resumir os integrantes do grupo aos seus enquadramentos não teve êxito. Eles impuseram as vozes, mas o grupo, na medida do possível, fez música do sermão. E dançou.

O corpo se apresentou como uma potência que pulsa conforme as veias de uma cidade. O silêncio da madrugada pode até iludir o passante com a falsa impressão de que a rua está rendida, mas o contragolpe, geralmente repentino, revela o contrário. A cidade não para.

Nas oficinas da praça, os integrantes do grupo colocaram à prova a resistência dos corpos à irredutibilidade extrema e à morte. Vemos que,

(...) quando o controle vence qualquer “liberdade individual”, a própria vida como fenômeno genérico se rebela, e a vida, essa potência subversiva e incontrolável por natureza, triunfa. O indivíduo, ao se identificar com o próprio fenômeno vida, colhe para si os louros dessa vitória; ele crê piamente que a liberdade da própria vida é a sua liberdade, e, portanto, a própria vida se torna um fenômeno essencialmente político – eis que surge uma biopolítica (FONSECA e TRINDADE, 2009, p. 237).

Foi a cidade, corpo incontestavelmente vivo, o palco da criação e do exercício da escuta. Mas não só ela. O corpo de cada pessoa presente foi extensão desse palco, tornando quase indiscernível a oposição de um

dentro e um fora. Ao fazer emergir outra cidade, cada pessoa do grupo simultaneamente emergiu da cidade, ou seja, brotaram daquilo que na cidade botaram e a cidade desabrochou dos esforços daquilo que ela cultivara. Não foi a vida que voltou a se pronunciar, mas nós que voltamos a escutá-la.

5.2 TENSIONANDO O PANÓPTICO: A VIA NADA

Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. (FOUCAULT, 1987, p. 167)

Retomemos o exemplo do círculo apresentado no capítulo anterior para problematizar outros acontecimentos das oficinas realizadas com os jovens.

Se anteriormente as análises realizadas tinham como foco as relações instituídas historicamente na cidade e as possibilidades de rupturas sob a ótica de Deleuze, pensemos agora o acontecimento a partir de outro enfoque teórico; a proposta é problematizar um mecanismo específico de poder - apresentado e analisado por Michel Foucault - cujos efeitos produzem relações de sujeição e disciplina: o *panóptico* e as possibilidades de tensioná-lo.

Os acontecimentos que serão problematizados no presente capítulo, assim como evento na praça apresentado no capítulo anterior, são semelhantes: consistem em situações que tensionam a engrenagem dominante, cujo funcionamento opera estratégias para efetuar a manutenção da *história* e garantir a previsibilidade dos fatos e a docilidade das massas – constituída por funcionários da maquinaria - impedindo ao máximo os motins e as sublevações do desejo. A função da engrenagem é garantir o lucro e a inércia estatal, a fim de “aumentar a produção, desenvolver a economia, espalhar a instrução, elevar o nível da moral pública; fazer crescer e multiplicar” (FOUCAULT, 1987, p. 172). Muitas são as tecnologias que operam nessa empresa, muitos são os mecanismos de disciplina e controle, porém variadas são, em contrapartida, as formas de resistências a estes.

A diferença, porém, entre os mecanismos de captura apresentados no caso da praça e os que seguirão no presente capítulo são as formas pelas quais as coerções se apresentaram. Na praça tivemos a presença da polícia, instituição explicitamente responsável por se ocupar das transgressões às leis, enquanto que nos casos a serem problematizados a seguir a vigilância se apresentou a partir de pessoas que apenas

transitavam na cidade e, o que é mais curioso, a partir do próprio grupo – o que revela como o poder pode também operar de maneira sutil.

Serão problematizados os permanentes processos de disciplinarização e controle ao qual estamos sujeitos diariamente. O foco agora é possíveis efeitos do poder praticado através da vigilância real e fictícia, em especial as que são exercidas a partir de uma tecnologia específica, o *panóptico*, que embora faça parte da civilização ocidental desde o século XVIII, hoje opera, principalmente, a partir de um controle sensível. (FOUCAULT, 1987)

Pensemos, então, o perímetro do círculo como o local em que estão confinadas as pessoas vigiadas pelos olhares da ordem, transitando em círculos, em velocidade controlada. No centro do perímetro imaginemos que estão instalados os mecanismos de vigilância do estado. Os desejos, confinados na periferia, pulsam. Os mecanismos da ordem, instalados ao centro, latem: câmeras de vigilância, policiais, guaritas, cidadãos, janelas de edifícios e tudo o mais que o imaginário persecutório puder perceber e/ou imaginar.

A ilustração imagética proposta dessa maneira – circular, cuja vigília opera a partir do centro - é baseada na estrutura panóptica real, “uma figura de tecnologia política que se pode e se deve destacar de qualquer uso específico” e que “muitas vezes se faz dele uma utopia do encarceramento perfeito” (FOUCAULT, 1987, p. 170); uma arquitetura utilizada como mecanismo de vigilância principalmente no século XIX e início do século XX.

Desenvolvido por Jeremy Bentham, um jurista e filósofo iluminista inglês que propôs a construção de uma reforma radical para garantir a normatização social da época (FOUCAULT, 1987), o *panóptico* foi uma construção pensada primeiramente para o sistema prisional, mas facilmente adaptável a qualquer instituição - escolas, hospitais, exércitos. Seu funcionamento opera da seguinte forma:

na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravessasse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um

doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito de contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. (FOUCAULT, 1987, p. 165)

A estruturação do dispositivo *panóptico* foi extremamente vantajosa para as forças que trabalhavam para conter e manter a disciplina. Sua tecnologia aperfeiçoou o exercício do poder, pois permitiu,

reduzir o número dos que o exercem, ao mesmo tempo em que multiplica o número daqueles sobre os quais é exercido. Porque permite intervir a cada momento e a pressão constante age antes mesmo que as faltas, os erros, os crimes sejam cometidos. Porque, nessas condições, sua força é nunca intervir, é se exercer espontaneamente e sem ruído, é constituir um mecanismo em cadeia. (FOUCAULT, 1987, p. 170).

As pessoas confinadas e vigiadas nas instituições em que o *panóptico* operava não tinham acesso às informações do centro de vigilância. A sujeição às ordens que essa tecnologia proporcionava chegou a tal ponto que o fato de haver alguém ou não na torre de vigilância já não era tão importante. A obediência era garantida mesmo com a torre vazia. Foucault acrescenta, trata-se de um “dispositivo importante, pois automatiza e desindividualiza o poder” (FOUCAULT, 1987, p. 167). Apenas a possibilidade de estarem sendo vigiadas era suficiente para que as pessoas confinadas se mantivessem comportadas.

O que parece fundamental a ser problematizado hoje, já não é mais a arquitetura *panóptica*, visto que parece já não estar mais tão difundida no corpo social, mas sim os desdobramentos desse dispositivo na transição das sociedades disciplinares para as sociedades de controle. Vemos que,

São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares. “Controle” é o nome que Burroughs propõe para designar o novo monstro, e que Foucault

reconhece como nosso futuro próximo. Paul Virilo também analisa sem parar as formas ultrarrápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado. (DELEUZE, 1992, p. 220)

O processo de disciplinarização produz efeitos aonde já não é necessária uma vigilância de fato e nem uma ameaça real. A ameaça hoje se dá no plano virtual e se materializa através de acordos implícitos e explícitos; de sujeição e obediência a um estado onipresente.

A arquitetura do *panóptico* era fundamental para a manutenção do poder em um tipo de organização social que Foucault denominou de *sociedades disciplinares*, cuja estratégias para manter as engrenagens produtivas, era espalhar no corpo social e, principalmente nas instituições modelos a serem seguidos e mecanismos de vigilância para garantir a punição dos ditos subversivos, loucos, doentes, ou seja, os que desviavam dos modelos dominantes.

Porém, como afirma Deleuze (1992), o próprio Foucault sabia da brevidade desse modelo; as disciplinas “conheceriam uma crise em favor de novas forças que se instalavam lentamente (...) sociedades disciplinares é o que já não éramos mais, o que deixávamos de ser (...) são as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares” (DELEUZE, 1992 p. 220)

Nesse novo modelo social, a estrutura *panóptica* deixa de ser necessária, porém continua operando de modo eficaz e silencioso. O *panóptico* representa, do ponto de vista do estado, uma conquista para além das torres de vigilância, “sem se desfazer nem perder nenhuma de suas propriedades, é destinado a se difundir no corpo social; tem por vocação tornar-se aí uma função generalizada” (FOUCAULT, 1987, p. 171). O *panoptismo* se instala no corpo da cidade de forma que não são necessárias vigilâncias reais; a ficção produzida no interior de cada morada dá conta da ordem; a vigilância foi internalizada; os deveres, difundidos.

A construção, rara nos dias de hoje, permanece afetando. Se antes já não era necessário que a torre central estivesse ocupada para garantir a obediência, agora a própria torre deixa de ser necessária; apenas o medo de estar sendo vigiado, de sofrer represália, de ser diferente, é o bastante para garantir o bom comportamento e a manutenção da norma. Vemos com Foucault (1987), a respeito da certidão redigida em *Leçons*

sur lês prisons (1831) pelo médico alemão que reformou o sistema prisional na Prússia, Nikolaus Heinrich Julius, que

Poucos anos depois de Bentham, Julius redigia a certidão de nascimento dessa sociedade. Falando do princípio panóptico, dizia que nele se via bem mais que um talento arquitetural: um acontecimento na “história do espírito humano”. Aparentemente não passa da solução de um problema técnico; mas através dela se constrói um tipo de sociedade. (FOUCAULT, 1987, p. 178)

Para que a engrenagem se mantenha em função da lógica do estado - pragmática e produtiva - é necessário que as pessoas que transitam no perímetro, subordinadas e utilitárias, nele permaneçam, sem questionar os esquemas de controle e sem se aproximar de seus segredos, mantidos escondidos no centro do perímetro; a cripta do poder.

Imaginemos os habitantes do perímetro, programados, conduzidos em círculos, enquanto uma força expelida do centro os repele da região central; para que não fuxiquem, para que não inventem. Circulam como máquinas, como peças de uma engrenagem funcionando em frequência uníssonas, batida.

Mesmo que seja retirada a torre de vigilância, a circulação rotunda da periferia permanece funcionando. As sociedades de controle já não precisam tornar evidentes suas forças. O peso das normas opera de maneira sutil, penetra por todos os poros. Cada um de nós alimenta dentro de si um *panóptico*.

Obedecer às demandas capitalísticas tornou-se um dever cumprido e exigido pelos próprios confinados. Qualquer deslize pode ser apontado como aberração pelos próprios prisioneiros; não é necessária a figura oficial da lei; as pessoas vigiam a elas mesmas; a cidade vigia a cidade.

A respeito dos mecanismos sutis de controle é que se atêm as análises que seguem. Conforme o percurso que vem sendo trilhado na pesquisa, reinventar a lógica dominante é percorrer um traçado de pistas, fazer circular os fluxos em sentidos inusitados, olhar de outros lugares, emperrar. Ou seja, o desmonte se dá na dimensão do sensível, nas minúcias do olhar, no “devenir revolucionário das pessoas” (DELEUZE, 1992, p. 211).

Para visibilizar o modo como essa dinâmica opera, serão problematizados neste capítulo, três acontecimentos das oficinas na cidade que tornaram perceptíveis mecanismos de controle e de coerção ao grupo, efetuados pelas pessoas que transitavam na rua e pelo próprio grupo. Um dos acontecimentos evidencia a sutileza dos mecanismos de captura e a transição daquilo que Foucault denominou sociedade disciplinar à sociedade de controle, sobretudo a partir da tecnologia do *panóptico* e, principalmente, permite verificar algumas formas de resistências a ele.

Se antes pretendíamos romper com a lógica dominante a fim de *devir*, assim seguiremos. Porém, pensando os mecanismos de captura mais detalhadamente; a partir do *panoptismo* - “processo técnico, universalmente difundido, da coerção” (FOUCAULT, 1987) - sobretudo a partir das possibilidades de desviar de suas amarras tecendo uma linha de fuga cujo foco, assim como nas análises anteriores, permanece sendo as possibilidades de emperrar a maquinaria. Analisemos os desmontes.

5.2.1 Mar à vista

Vêm ao mundo homens em demasia; para os supérfluos inventou-se o estado. (NIETZSCHE, 2009, p. 74)

Outra vez era o dia de saída à cidade com as produções em estêncil. O grupo era composto pelo pesquisador, o assistente de filmagens, doze jovens e alguns outros da cidade que se agregaram a eles.

Nas saídas à cidade, como sempre, um sentimento de medo pairava no ar. O pesquisador apenas sentia, observava, tentando escutar pistas, entremeios. O gatilho para o ensejo. A prudência é o néctar que nasce da matéria prima do medo; e o medo, a contracapa do desejo. Da inércia ao movimento, cautelosos, serenos; entre ser não e ser sim, do início ao fim, o que valia era o meio.

O grupo nesse dia estava tranquilo, a quantidade reduzida de pessoas permitia que caminhassem próximos e que conversassem assuntos banais; olhando muros, olhando gente. E quando a hora demandava, uma nova grafia era impressa no corpo urbano. Sem pressa.

Haviam percorrido, em média, uns oito quarteirões e realizado umas cinco pinturas, até se depararem com a base da “Marinha do Brasil”. Território enorme localizado no bairro do no, abrangendo um quarteirão inteiro cortado pela principal via do bairro. Ao longo desse

trajeto, os muros eram impecavelmente brancos, com pintura nova e reluzente. Constantemente militares transitavam ou faziam a guarda em frente aos portões. Seus rostos costumavam esboçar seriedade; distribuir disciplina aos que por ali transitam.

Enquanto percorriam esse trecho, pareciam ter adentrado um território proibido para intervir. Pairava no ar um acordo implícito e quase inquestionável que dizia que o território militar deveria terminar para que pudessem novamente pensar em pintar.

As pessoas do grupo costumavam decidir juntos quais muros seriam pintados, mas naquele trecho parecia que não havia o que ser questionado. Ninguém falava nada, apenas seguiam, calados, sentidos.

Eis que um garoto rompe a barreira do silêncio; em tom de ironia, faz um convite ao proibido:

- Vamos fazer nesse muro. – apontando para uma das paredes branquíssimas da Marinha.

Logo depois sorriu quase se desculpando em resposta à represália silenciosa dos demais integrantes do grupo, que recusaram o convite apenas com olhares e com a ininterrupção da caminhada. O garoto foi irônico em seu comentário, falou em tom de piada, porém é comum que a ironia muitas vezes revele o desejo de gozar praticando aquilo mesmo que ironiza. Piadas costumam serem pistas.

Nesse momento o pesquisador interrompeu a caminhada do grupo:

- Por que não?

Desconcertados, a maioria ficou sem resposta. Alguns responderam simplesmente “porque não”, outros permaneceram mudos. Talvez não soubessem se era uma proposta de fato, apenas uma hipótese, ou outra “piada”. Porém, para tornar a decisão ainda mais delicada, uma garota apontou para o outro lado da rua:

- Estão vendo a gente - mostrando um detalhe que até então passava despercebido.

Era uma construção cujo funcionamento remetia a um *panóptico*; uma torre de um andar, tipo uma guarita, com os vidros selados de película escura, localizado no território da Marinha, mas ao outro lado da rua, oposto ao muro em que cogitavam pintar. Não era possível saber se havia ou não alguém observando, mas se a sensação antes de saberem do *panóptico* já era de vigilância, com a constatação da guarita a certeza só aumentou.

Novamente o grupo ironizou a possibilidade de pintar ali²¹. Quase retomaram a caminhada para abandonar a zona de perigo. Porém, os dispositivos operavam e, como tudo aquilo que oprime, instigavam à constatação, ao rebote. Negá-los já era impossível, assim como sair dali com o rabo entre as pernas também se tornava cada vez mais difícil.



Figura 4 Fotografia que retrata o momento em que as pessoas do grupo discutiam, no ponto de ônibus em frente à Marinha, se pintariam o muro.

– Eu também tenho a sensação de estar sendo vigiado, isso é comum comigo na rua, mesmo quando não tem uma guarita na minha frente – afirmou o pesquisador ao grupo, que nesse momento formava uma roda em frente ao muro.

A maioria dos integrantes do grupo confirmou a estranha sensação de perseguição:

– Nossa, eu sempre acho que tem alguém me olhando – acrescentou a mesma garota que havia identificado a guarita.

– “Eu também tenho essa sensação. Sempre penso que não posso fazer nada de errado”. – acrescentou outro garoto.

Alguns instantes de silêncio e retomaram a conversa; porém a questão avançava um passo:

²¹ O grupo em questão não era o mesmo do acontecimento na praça. Além de um número menor de pessoas, os integrantes eram mais tranquilos; a subversão não era a marca característica deles.

- E mesmo que tenha alguém nos olhando, o que poderiam fazer? – suscitou o pesquisador ao grupo.

A problemática já não era mais pensar se estavam sendo vigiados ou não, mas pensar, e talvez experimentar, a possibilidade de permitir com que alguns desejos circulassem às claras, sem que as constantes ameaças das leis, que muitas vezes operam sem justificativa plausível, fosse o motivo da passividade ou da recolha. E se os militares os vissem aplicando o estêncil no muro, o que poderiam fazer?

A ação do grupo não tinha por intenção agredir instituição alguma, ainda que isso pudesse acontecer. A questão já não era mais com a Marinha, e sim com eles mesmos. Pretendiam instituir, apenas. E para isso, talvez fosse preciso levar às últimas consequências a mania de perseguição; jogar; operar com ela; não para desafiar a lei, mas para desafiar a eles mesmos no exercício íntimo dos desejos.

Estavam cogitando pintar na parte mais amarelada do muro, ao lado do ponto de ônibus; o estêncil, a figura de uma bicicleta, queria circular, apenas isso. Caso os militares se sentissem feridos, o grupo estava disposto a conhecê-los, escutá-los e, se fosse o caso, nada que uma pincelada de branco não sumisse com figura inofensiva da bicicleta e resolvesse o pequeno delito.

Mas antes de prosseguir com a narrativa e os desdobramentos da Marinha, serão introduzo outros dois acontecimentos que problematizam a vigilância disseminada e reproduzida pela própria população. A voz da ordem habita os corpos disfarçada; mas às vezes se pronuncia.

Três semanas antes do evento aqui narrado, outros dois acontecimentos fizeram emergir o senso de vigilância exercido por transeuntes da cidade, que na ausência de figuras de autoridade, tentaram cumprir com o papel a elas reconhecido.

No primeiro deles, o grupo estava colando lambe-lambe. Enquanto grudavam uma das produções em um poste, um rapaz que transitava na calçada parou para questionar. Assim se apresentou:

- Vocês não podem colar isso aí, esse poste não é de vocês. É do estado.

Afirmou sem interromper a caminhada, tentando prosseguir sem permitir que um diálogo fosse iniciado. Porém, o pesquisador o convidou a permanecer e falar um pouco mais, disse que seria interessante que expusesse sua opinião e que escutasse o grupo também.

O rapaz um pouco resistente e de maneira ríspida afirmou que estava com pressa, mas acabou parando, repetindo a afirmação que o poste era do estado e que era proibido o que o grupo fazia.



Figura 5 Fotografia que retrata o momento em que o rapaz se dirigiu ao grupo.

O compromisso do rapaz era com a ordem estatal, não com as infinitas possibilidades de existência; com os valores morais, não com questões éticas. Tentou anunciar a voz da ordem e seguir sem responder pela própria interferência. Temos com Nietzsche que “vossos juízos de valor e vossas teorias do bem e do mal são meios de exercer o poder.” (NIETZSCHE, 2009, p. 159). Ele estava disposto a anunciar as forças instituídas, nós, as instituintes. Havia uma tensão e, com ela, uma brecha para intervenção.

Se o objetivo da pesquisa é reinventar as relações através da reinvenção de olhares, ali se anunciava uma situação que pode potencializar a reinvenção. Eram as relações de poder que se evidenciavam. Naquele momento eram justamente elas que se elevavam para impedir a circulação sanguínea, estancar as veias e os fluxos libidinosos da cidade.

O grupo apenas queria colar cartazes na cidade, mas, para isso, desmanchar relações de poder, refletidas e respingadas em todas as pessoas implicadas naquela ocasião, era, às vezes, necessário.

- Concordo com você. – afirmou o pesquisador ao rapaz.

E aproveitou para questioná-lo:

- E quem é o estado?

Não foram necessárias mais reflexões a esse respeito; o próprio rapaz nesse momento reconheceu e, um pouco desconcertado, respondeu:

- Sim, somos nós. Mas mesmo assim acho que vocês deveriam pedir uma autorização formal antes de saírem fazendo isso na cidade.

Parecia que era a primeira vez que aquele rapaz reconhecia ou pelo menos pronunciava a afirmação de que o estado “somos nós”. Não que importe se aquela era a primeira ou a vigésima vez, mas sim que na sua afirmação algo de novo soava no timbre da sua voz, ou na escuta do grupo. Novamente não importa a exatidão. Soava no ar.

O pesquisador falou um pouco do trabalho das oficinas e acrescentou que, à respeito da autorização, o grupo preferia recebê-la das pessoas na própria cidade, ou seja, que cada um que estivesse passando e se sentisse afetado com a intervenção, praticasse o exercício de se reconhecer governante e contribuísse com as deliberações do grupo. A intenção não era subtrair/excluir; ao contrário, queríamos conhecer a cidade quando a nós ela se dirigisse.

Nesse dia apenas o pesquisador dialogou. O restante do grupo assistiu de forma ativa, mas não se pronunciou com a voz. O momento foi muito rápido, devem ter totalizado uns cinco minutos desde que o rapaz parou até o momento em que partiu. Além de que, aparência e seus gestos esboçavam poder, o que pode ter intimidado o grupo. Utilizava óculos escuros, tinha um físico robusto e vestia roupas justas. Possuía entre trinta e trinta e cinco anos. Carregava documentos na mão. Falava firme.

A conversa se desdobrou um pouco mais. O clima amansou. O rapaz retirou os óculos escuros. O pesquisador finalizou perguntando o que ele, enquanto representante do estado, achava da intervenção. Para a surpresa do grupo, o rapaz partiu parabenizando:

- Agora que eu sei que não estão estragando, legal, parabéns pela intervenção.

Não importa se de fato ele gostou do cartaz estampado no poste ou apenas afirmou para encerrar o encontro e prosseguir com seus compromissos. Porém, o que pareceu fundamental foi perceber que um discurso de autoridade, de opressão, pode ser mais frágil do que se apresenta. Nesse exemplo, aquilo que iniciou ostentando não se sustentou. Foi interessante perceber, também, como, às vezes, uma simples troca de olhares e de palavras entre desconhecidos pode ser suficiente para inverter a direção das opiniões e para canalizar os afetos.

Isso não ocorreu em outra ocasião que pode ser acrescentada à discussão em questão, quando outro homem que caminhava se deparou

com as intervenções do mesmo grupo com lambe-lambe, uma semana antes do acontecimento com o rapaz de óculos escuros. Interferências foram provocadas, mas dessa vez, aquele que interferiu, fugiu.

A primeira vez que passou pelo grupo, apenas resmungou algo que não ficou claro²² e continuou caminhando; não foi possível convidá-lo a dialogar, pois cruzou rápido demais e resmungou sem olhar para trás. O grupo prosseguiu com a colagem. Apesar de disposto às trocas, elas não se apresentaram.

Já eram os momentos finais da oficina, então os jovens terminaram de colar os últimos cartazes – novamente em um poste - e o encontro foi finalizado ali mesmo, na rua. Despedimo-nos e eles tomaram seus rumos, mas dois permaneceram com o pesquisador, sentaram na calçada enquanto organizavam o material.

Eis que algum tempo depois voltou o homem que havia passado e resmungado; dessa vez do outro lado da rua. Um dos jovens o reconheceu:

- Olha o cara que reclamou da gente. – apontou o garoto.

O pesquisador decidiu alcançá-lo para tentar algum diálogo, mas quando foi chegando perto viu que o homem se apressava em abrir o portão do prédio, provavelmente sua residência. Ainda deu tempo de convidá-lo para conversar antes que entrasse:

- E aí, tudo bom? Vi que você fez algum comentário a respeito da intervenção no poste, mas não pude escutar, se quiser conversar.

Mas o homem quando percebeu a aproximação acelerou ainda mais a entrada no edifício, demonstrando medo.

Logo depois que estava seguro dentro do prédio começou a gritar:

- Isso é proibido, eu vou chamar a polícia, vão limpar aquele poste se não eu chamo a polícia.

Separados por um portão, o pesquisador tentava estabelecer uma conversa, mas o homem ia se afastando cada vez mais em direção ao interior do edifício. Ele não queria escutar nada, apenas continuava gritando, cada vez mais alto, que iria chamar a polícia. Falava conforme adentrava ao interior do prédio, das grades. Trancafiava-se em seu presídio domiciliar, local de isolamento comum na sociedade moderna; uma forma de proteção às ameaças que a heterogeneidade típica da rua pode oferecer; na impossibilidade de chavear apenas os loucos, agora se trancam todos (COSTA; MIZOGUCHI; FONSECA, 2004). O

²² A única palavra escutada foi “proibido”.

pesquisador tentou, mas o homem, aficionado na ideia de chamar a polícia, preferiu não se misturar.

Não foram possíveis mais trocas com o homem do prédio. Ao grupo que permaneceu, restou sorrir, com uma estranha sensação de liberdade. Sentimento típico de quem se permite parar e sentar no degrau de uma calçada. Atentos. À toa.

Um dos garotos que permaneceu até o final e presenciou a cena, na semana seguinte, colocou em palavras aquilo que parece ter mais lhe afetado. Ao final da oficina em que foi dialogado com o rapaz que veio questionar o grupo em nome do estado e finalizou parabenizando, enquanto caminhava em direção à ONG, o garoto, que será identificado pelo nome fictício de Elias, se pronunciou em diálogo com o pesquisador. Uma das frases ditas pelo garoto ainda ressoa:

- As pessoas às vezes têm muito medo, 'né' professor? Têm medo de fazer coisas diferentes e ficam recriminando aqueles tem coragem de fazer. Tipo aquele cara da semana passada. – se referindo ao homem que se protegeu no interior do edifício.

- Pois é, Elias, a vida tem dessas coisas. – respondeu o pesquisador.

Essa foi a maneira, uma semana depois, de o garoto organizar e significar os acontecimentos, de dar sentido às rupturas. Sentidos novos. Criados pelo próprio garoto. E pela cidade. No entre das relações.

Retomemos, então, os acontecimentos do dia da Marinha.

O grupo estava ainda indeciso se a bicicleta seria ou não pintada no muro dos militares. Sob os efeitos da possível óptica de uma vigilância real, e da óptica real de uma vigilância imaginada, decidiram pintar.



Figura 6 Fotografia que retrata o molde da bicicleta pronto para ser pintado no muro.

Apertavam o bico do spray como quem libera um nó proibido de ser desatado, mas que aos poucos deixava de ser tão condenado, tão sufocante. Em alguns segundos a bicicleta estava lá, estampada na fronteira. Havia uma senhora no ponto de ônibus. Alguns, curiosos, olharam para ver sua reação. Ela apenas dava risada, como se resgatasse alguns tons da infância. Parecia ter gostado da intervenção.

Novamente o redemoinho despertava e a periferia escoava em direção ao centro. Das amarras do entorno aos segredos da torre central. Apesar das leis maiores que habitavam o coração do poder, protetoras, protegidas; as leis menores que habitavam os corpos de cada um protagonizavam, circulavam outra vez. Em espiral.

Ao finalizarem a pintura, alguns ainda olharam para o outro lado da rua, talvez para verificar se da guarita blindada não sairiam os justiceiros do além. Mas não. O grupo seguiu dando risada, assim como a jovem senhora. Leves. Com um policial a menos em cada corpo. A via nada.

5.2.2 Ópticas

Os três acontecimentos narrados neste capítulo revelam de diferentes maneiras dispositivos de captura das sociedades de controle,

que substituíram as sociedades disciplinares e que, segundo Deleuze (1992), têm o modo de funcionamento similar a uma empresa.

Nas sociedades geridas através da disciplina, o funcionamento remetia às fábricas. A manutenção da ordem nas instituições - fábricas, escolas, famílias, exército (instituições que estavam em alta nas sociedades disciplinares) - era efetuada quase exclusivamente por vigilâncias reais, disciplina e punição. Em cada instituição operavam regras e penas específicas (FOUCAULT, 1987). A disciplinarização dava conta de normatizar, de fazer funcionar a máquina.

Porém, nas sociedades de controle encontrou-se uma forma mais econômica e imediata de manter a produção e a ordem; a vigilância, independente do contexto, passou a ser exercida permanentemente; agora é capaz de invadir qualquer espaço, pois está instalada na carne. Em cada corpo, uma cela. Em cada cela, um juiz. As próprias pessoas que sofrem com o desgaste provocado pela engrenagem e que pagam caro pelo sofrimento reproduzem o pânico, o utilitarismo, a vigilância, a punição, as normas. Está tudo sob controle.

Segundo Deleuze,

As antigas sociedades de soberania manejavam máquinas simples, alavancas, roldanas, relógios; mas as sociedades disciplinares recentes tinham por equipamento máquinas energéticas, com o perigo passivo da entropia e o perigo ativo da sabotagem; as sociedades de controle operam por máquinas de uma terceira espécie, máquinas de informática e computadores, cujo perigo passivo é a interferência, e, o ativo, a pirataria e a introdução de vírus. (DELEUZE, 1992, p. 223)

O *panóptico*, analisado por Foucault, era mais difundido (estruturalmente) nas sociedades disciplinares, apesar de sua arquitetura sobreviver ainda hoje, como por exemplo, na base da Marinha ou ao pé da ponte Colombo Salles na entrada da ilha de Florianópolis. Porém, o que permanece operando como mecanismos na sociedade de controle, resquício da sociedade disciplinar, é o *panóptico* alimentado em nós. Hoje são as próprias pessoas que propagam a moral vigente, que se ocupam com a manutenção da higiene.

No dever cumprir da ordem nas sociedades de controle, as pessoas se mantêm desarticuladas, afastadas por barreiras cujas matérias prima são os valores morais e as demandas das normas. Temos que “a empresa introduz o tempo todo uma rivalidade inextinguível como são

emulação, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo.” (DELEUZE, 1992, p. 221).

Agora, quem pratica o senso de vigilância e punição é qualquer um que seja alimentado pelo sonho de tornar-se herói, famoso; a ilusão de chegar ao topo, ao lugar mais alto do pódio. É o medo de não ser alguém. E de não ter uma medalha em nome próprio. Temos que,

Sem dúvida a fábrica já conhecia o sistema de prêmios, mas a empresa se esforça mais profundamente em impor uma modulação para cada salário, num estado de perpétua metaestabilidade, que passa por desafios, concursos e colóquios extremamente cômicos. Se os jogos de televisão mais idiotas têm tanto sucesso é porque exprimem adequadamente a situação da empresa. (DELEUZE, 1992, p. 221)

O olhar que vê, identifica e aponta o desvio, está a serviço de um estatuto enrijecido e formatado para as demandas da empresa.

Ficaram evidentes nos acontecimentos narrados essas duas formas de controle operando no grupo: o controle exercido por pessoas que não tinham por função a vigilância; e o controle praticado pelo grupo em censura ao próprio grupo.

Nos casos que em que a interferência das pessoas que passavam tinha o intuito de reprimir as intervenções do grafite na cidade, coube ao grupo a tentativa de escutar e tentar perceber de que forma operava esse tipo de censura, sobretudo, perceber que uma conversa às claras e uma postura ética de responsabilização podem, às vezes, amenizar o conflito, desmanchar a moral que sustenta os discursos disciplinares e, eventualmente, até desdobrar a situação em uma relação ética entre pessoas até então desconhecidas.

No caso da Marinha, coube ao grupo verificar, no exercício estético e político do próprio corpo, os limites da autocensura. A imersão na cidade apresentou pistas a serem seguidas. Através delas, conforme sugere a prática da cartografia, buscou-se intervir na realidade para conhecê-la ao invés de tentar conhecê-la para intervir. É a inversão sugerida por Passos e Barros (2012) em que,

O desafio é o de realizar uma reversão no sentido do sentido tradicional de método – não mais um

caminhar para alcançar metas prefixadas (*metá-hodos*), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas. A reversão, então, afirma um *hodos-metá*. A diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados. (PASSOS e BARROS, 2012, p. 17)

O próprio caminhar na cidade e as situações que se apresentaram propícias foram perscrutadas para que a intervenção ganhasse corpo e relações de poder pudessem ser desmontadas.

Ao mundo, que às vezes amargo parece (e muitas vezes o é), um pequeno sopro de alívio. Ao corpo de cada participante das cenas narradas, que parece marcado pelos micros e macros fascismos de cada dia (e muitas vezes o é), um pequeno suspiro. O sopro e o suspiro são sutis, com certeza, mas são vias. Vias para o “além homem” proposto por Nietzsche (2009). Vias para alimentar a credibilidade no mundo proposta por Deleuze:

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos (...) É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. (DELEUZE, 1992, p. 218)

Não são vias grandes, nem pequenas. Apenas vias terceiras, quartas ou quintas, não importa. São outras vias. Desabrochando em outras cidades.

5.3 AS TRÊS VIAS DA ESCOLHA

E eis que subitamente, às portas da Grande Cidade, surgiu ante ele, impedindo-lhe a entrada com os braços estendidos, um louco furioso (...) Aqui nada tens a achar, mas tudo a perder. Para que queres meter-te neste lodaçal? (...) Cospe

sobre a porta da cidade e segue teu caminho.
(NIETZSCHE, 2009, p. 234)

Já nos preparativos para a saída, como ocorre geralmente nos dias de atividades na rua, o grupo já estava alvoroçado no início do encontro. Os jovens - ansiosos para colarem suas produções nos muros - e o pesquisador - vivendo os efeitos das estranhas sensações que corriam pelo seu corpo por saber que novamente iriam encarar os mistérios da cidade - faziam os últimos preparativos para a imersão às ruas. A oficina era de lambe-lambe.

Porém, nesse dia, o que sobressaía era o alvoroço de uma garota em específico; desde os preparativos, ainda dentro da ONG, afirmava convicta que queria colar o cartaz que ela havia produzido no “Aderbal”. O pesquisador perguntou o que era o “Aderbal” e ela respondeu:

- Uma escola, mas não a minha.
- E por que quer colar lá?
- Não sei – respondeu Edilene.

Geralmente o grupo vai à cidade à passeio, sem destinos previamente definidos e decide os rumos conforme surgem ideias e sugestões. Porém, esse dia, guiados pela garota - aqui referida pelo nome fictício Edilene - o grupo saiu da ONG com destino. Dirigiram-se ao “Aderbal”, a escola escolhida por ela.

O pesquisador imaginava que a escola, por ser pública, teria seus muros degradados e/ou pixados/grafitados, no entanto se surpreendeu quando chegou ao local. Muros brancos e recém pintados, jardim gramado e bem cuidado, e um segurança uniformizado no portão de entrada.

Ao ver muros impecáveis e um vigilante guardando o portão, o pesquisador deduziu que não seria fácil colar o lambe-lambe ali; pensou que talvez nem fosse inteligente a tentativa. Chegou a classificar como ingênua a intenção da garota, e que enquanto pesquisador supostamente responsável pelo grupo deveria adverti-la da imprudência.

Mas a garota, sem cerimônia alguma, apontou o muro em que pretendia colar o cartaz. Ainda indeciso e com receio, o pesquisador desconfiava que seriam coibidos pelo segurança, que inclusive já havia notado a presença do grupo. Questionou uma vez mais a garota, perguntando se era isso mesmo que ela queria. Ela, convicta como uma criança, respondeu que sim.



Figura 7 Fotografia que retrata o desenho que seria colado. Ao fundo, o segurança já notava o movimento.

O pesquisador, mesmo resistente, concordou. Estava disposto, e essa é uma das condições para que a cartografia aconteça, a entrar na dança. Vemos com Zanella (2013) que a pesquisa é

Imersão em que o pesquisador se encharca dos discursos/água do contexto investigado, em que permite se deixar levar pelas correntezas para compreender suas forças e movimentos, para depois emergir, molhado, transformado, transtornado. (ZANELLA, 2013, p. 61)

O movimento foi iniciado: o pesquisador e a garota aproximaram-se do muro, abriram o recipiente onde armazenavam a cola e, com o pincel, começaram a misturá-la, como quem ganhava um tempo extra para ver a reação do segurança. As outras pessoas do grupo olhavam, pareciam curtir o suspense, à espera do próximo capítulo. Bastaram poucos segundos para que o segurança se aproximasse e com rispidez questionasse o que pretendiam fazer.

O pesquisador iniciou falando que se tratava de uma intervenção artística com colagem, mas antes que pudesse continuar a explicação, o segurança respondeu rispidamente que “não”; o cartaz “não podia ser colado”. Tentou um diálogo, mas ele não demonstrava interesse algum em escutar e muitos menos em conceder o muro. Inclusive foi bem ríspido ao se dirigir ao assistente de filmagem ordenando que ele parasse de filmá-lo.

Nesse momento parecia terem encontrado um limite e que deveriam reconhecê-lo, buscando um novo muro. Mas Edilene não estava disposta a desistir; continuou tentando uma comunicação com o guarda que, por sua vez, negava em alto e bom tom.

A pergunta que urgia naquele momento era: seria possível transpor essa primeira barreira que aparentava vetar qualquer tentativa de diálogo? Em outras palavras, como reinventar “o espírito tornado besta de carga” que “atira sobre si todos estes pesados fardos; e igual ao camelo, que se apressa para alcançar o deserto, também ele se apressa para alcançar o seu deserto?” (NIETZSCHE, 2009, p. 40). Este fardo afetava o grupo, uma vez que o “dever cumprir” do guarda se tornava também a ordem a qual deveriam se posicionar: escolher se se submetiam ou se tentariam encontrar as brechas para refazê-la. Seria possível reinventar, ali no “Aderbal”, o camelo nosso de cada dia?

A intenção não era questionar o trabalho daquele que fazia a segurança da escola, muito menos identificar e apontar lugares de sujeição. O lugar do camelo, obviamente, é habitado não apenas por ele, mas em alguns (ou vários) momentos da vida por todos, que, naquela situação, viam na imagem do vigilante da escola o reflexo dos fardos que também carregavam. Camelos todos são. Como experimentar não sê-lo?

A pretensão da pesquisa era tensionar os limites e os lugares instituídos. Caso não fosse possível encontrar as brechas para colar o lambe-lambe no muro da escola, reconheceriam, mas desejavam percorrer as pistas que os levassem o mais perto possível. O deserto já pesava demais.

Antes que o grupo pudesse pensar em estratégias ou mesmo em desistir da colagem, a vida pensou por si só. O alvoroço causado no portão foi o bastante para que uma mulher que estava na recepção da escola percebesse o movimento e intervisse. Perguntou o que estava acontecendo; e Edilene e o pesquisador, novamente, iniciaram a explicação. Ela parecia estar um tanto desconfiada e outro tanto curiosa, mas como estava distante do grupo – ela estava dentro do prédio da escola e nós do lado de fora do portão – não conseguia escutá-los bem, então resolveu fazer o convite para que entrassem e explicassem.

Entraram por uma brecha; aos caminhos do desejo. Nada que garantisse a concretização, mas também nada que vetasse. Voltavam à estaca zero. Porém, um pouco mais vivos. E menos pesados.

5.3.1 Não é (im)preciso

Para conquistar sua própria liberdade, o direito sagrado de dizer não, até ante o dever, para tanto, meus irmãos, é preciso ser leão. (NIETZSCHE, 2009, p. 41)

Entraram: o pesquisador, Edilene, a irmã de Edilene e o auxiliar de filmagem. O restante do grupo aguardava no gramado em frente ao portão²³. A moça que havia convidado a entrar era coordenadora pedagógica e, pela primeira vez, o pesquisador imaginou que talvez conseguissem permissão para colar o cartaz, já que ela demonstrava-se disposta a escutar. A condição de troca já estava estabelecida, ali se iniciava um *bom encontro*, conforme sugere Espinoza (2014). Conforme a comunicação fluía, a permeabilidade aos argumentos alheios emergia; tanto da nossa parte, quanto da parte dela.

A coordenadora pediu para ver o desenho que seria colado. Era um fantasma - o que não a agradou nem um pouco. Ela disse que era muito mórbido e perguntou o motivo daquele desenho.

Edilene respondeu que o “Aderbal” tinha um aspecto mórbido, era “meio morto” segundo ela. A coordenadora retrucou dizendo que por isso mesmo ela não deveria deixar a escola com “mais cara de morta ainda” e perguntou se não havia outro desenho. Abriram a mochila que carregavam com o material das colagens e a irmã de Edilene retirou o desenho que ela havia produzido; um personagem mais alegre e colorido. A coordenadora preferiu o segundo, mas respondeu que, apesar de “até gostar da ideia”, não poderia autorizar, pois somente a diretora poderia tomar esse tipo de decisão.

O grupo se deparava naquele momento com outro “não”, porém diferente do primeiro. O “não” da coordenadora era estruturado, ela conhecia os valores que o sustentavam, tanto que podia nos escutar e desmanchar alguns de nossos argumentos. O não parecia se uma escolha. Mesmo que reconhecesse também algumas possibilidades de revertê-lo em sim, escolhia dizer “não”. O camelo – que foi atravessado no portão - não pode conceber o “sim”, pois não é nem senhor do próprio não. Porém, “criar valores novos, nem mesmo o leão pode; mas a liberdade para a criação nova, isso pode o poder do leão” (NIETZSCHE, 2009, p. 41).

²³ Nesse dia estavam presentes quinze jovens. Foi acordado com eles que aguardassem do lado de fora para evitar tumulto na escola.

Contudo, a pretensão não era - assim como no momento de camelo - identificar o poder do leão apenas, senão encontrar as brechas para reinventá-lo.

Quando a coordenadora pronunciou o termo “diretora”, a expressão de seu rosto não foi animadora. Novamente parecia que estávamos conhecendo outro limite, talvez mais difícil de atravessar. Porém, o que poderia parecer um interdito, foi escutado por Edilene como uma brecha; com a mesma decisão de quando havia saído da ONG, a garota perguntou se podia falar com a diretora.

A coordenadora demonstrou um pouco de resistência, talvez pensando em não levar problemas desnecessários à diretora, provavelmente ocupada com coisas mais importantes. Mas a importância mais sincera naquele momento, e muitos ali eram afetados por isso, era a importância que dava Edilene àquele colégio, ao lambe-lambe e à própria escolha. Em outras palavras, a importância que Edilene dava às relações.

Então a coordenadora, ao mesmo tempo resistente e disposta a abrir portas, pediu que aguardassem e foi à diretoria da escola.

Após alguns minutos ela retornou com o pedido da diretora para que fossem à sua sala, que ficava no andar superior, para uma conversa.

5.3.2 Assim falava Edilene

Na verdade, meus irmãos, para brincar o brinqueado dos criadores é necessário ser uma santa afirmação: o espírito quer agora a sua vontade; tendo perdido o mundo, quer ganhar para si o seu mundo. (NIETZSCHE, 2009, p. 42)

Subiram os quatro – pesquisador, Edilene, sua irmã e o auxiliar de filmagem.

A partir daí o pesquisador já estava advertido da ineficácia das expectativas. Seus pensamentos já tinham oscilado entre sim e não diversas vezes. Sua razão dava um nó e ele já não conseguia mais deduzir coisa alguma. Escolheu parar de imaginar e se entregar ativo ao que viesse; pronto para se implicar com as decisões nos momentos em que fosse possível. Agora apenas queria aprender aonde poderia chegar essa viagem cada vez mais inusitada. Nas palavras de Zaratustra: “Mas disse-me irmãos: que pode fazer a criança, onde o próprio leão foi incapaz?” (NIETZSCHE, 2009, p. 42)

Ao chegarem à sala, os quatro foram convidados a entrar e sentar. Com uma curiosidade aparentemente sincera e permeabilidade necessária a trocas, a diretora quis primeiro conhecer quem eram os viajantes para depois saber o que queriam. Perguntou nomes, o que fazia cada um e de onde vinham. Só depois questionou a colagem.

Ao percorrer outros caminhos antes de questionar aquilo que aparentemente era o objetivo que os levava até ali, a diretora tecia novos lugares, novas escutas. Parecia conhecer da vida e saber que os “porquês” não se comunicam na linguagem da alma. A diretora ensinava que no reinventar da vida o conteúdo da fala costuma ser menos importante que o timbre da voz.

Ao chegar, porém, ao assunto (e assunto não é o mesmo que motivo) que os levavam até a sua sala, a diretora – que nesse momento não mais dirigia; mas acompanhava o processo, conforme sugere Barros e Kastrup (2012) - questionou principalmente Edilene, a marinheira do barco, evidentemente a pessoa mais implicada com a questão; a conversa naquele momento era, definitivamente, menos com qualquer outra pessoa do que com ela.

As justificativas de Edilene eram diferentes dos argumentos que o pesquisador estava acostumado a utilizar, como por exemplo, as contribuições das intervenções artísticas nos espaços da cidade, a formação ética, política, estética, etc. Eram diferentes, mas não menos potentes. Apesar de justificativas aparentemente singelas, o que estava em questão ali não era o conteúdo em si, mas a capacidade de afeto que possuía cada palavra que a garota lançava, cada olhar. Transcendiam as palavras, residiam na garota, emanavam do seu corpo, para além dos significantes da linguagem. Predominavam os significados da intenção, simples e arrebatadores.

Logicamente todos participaram da canalização dos afetos e eram corresponsáveis pelo processo, mas era Edilene quem conduzia ao rio. Ela era o afluente, nós os navegadores. Quando finalmente o rio fosse conquistado, todos seriam água. E aconteceu: “a máquina do mundo se entreabriu”²⁴.

Ficaram uns quinze minutos com a diretora. Ela contou que na infância “passava dificuldades financeiras” e que sua mãe fazia cola com polvilho, assim como a utilizada no lambe-lambe, pois não tinham dinheiro para comprar cola pronta. Ao escutar os relatos da diretora,

²⁴ Trecho do poema *Máquina do Mundo* de Carlos Drummond de Andrade apresentado no início do capítulo.

Edilene perguntou surpresa se ela “já tinha sido pobre”. A diretora respondeu que “sim”.

A vida nesse momento já pulsava soberana. A via conduzia ao sim com fluidez digna de um rio. Havia.

Por fim, ela pediu que Edilene e o pesquisador escrevessem no caderno de registros da escola as intenções da intervenção. Depois de finalizada as inscrições a diretora desmanchou os “não’s”; a autorização foi cedida. A escola foi conquistada.

Os quatro desceram as escadas e retornaram à cidade. Os jovens que aguardavam do lado de fora estavam curiosos em saber o motivo de tanta demora e, principalmente, ansiosos em saber se colaríamos ou não. O pesquisador abriu o recipiente com a cola, Edilene escolheu o local em que desejava colar seu desenho, esfregou o pincel molhado como quem desmancha um hábito e devagar colou seu desenho, como quem atravessa um fantasma.



Figura 8 Fotografia do lambe lambe colado por Edilene na porta do Aderbal.

Abanaram as mãos ao segurança e à coordenadora que assistiam ao movimento e seguiram viagem. A diretora, não por acidente, mas por sabedoria, não compareceu para assistir a colagem. O primeiro dos oito princípios da esquizoanálise, colocados por Guattari (1977), diz para “Não atrapalhar. Em outras palavras, deixar como está. Ficar bem no limite, adjacência do devir em curso, e desaparecer o mais cedo possível” (GUATTARI, 1977, p. 139). Ela sabia das coisas da vida.

O pesquisador deixava para trás, além das redondezas da escola, algumas prévias certezas. Edilene, além do cartaz, deixava um antigo lugar. Os outros jovens? Deixavam rolar. O grupo seguiu adiante.

5.3.3 Os lugares e as danças

A máquina do mundo se entreabriu, para quem de a romper já se esquivava, e só de o ter pensado se carpia. (DRUMMOND, 2001, p. 177)

Pensemos o acontecimento narrado a partir dos modos de fazer pesquisa da cartografia problematizando, principalmente, suas fronteiras com a clínica.

Vemos que o fazer cartográfico se constitui como “dispositivo capaz de produzir crítica a respeito do instituído e seu próprio desviar-se leva-nos a dotá-lo de potencialidade clínica.” (FONSECA e KIRST, 2004, p. 305)

Faz-se necessário, porém, tecer novos olhares à subjetividade e às possibilidades de reinventá-la. Nesse sentido, pesquisa e clínica assumem lugares de quebra, que exigem a reinvenção tanto de uma quanto da outra; são interrupções nos modos dominantes de pensar, agir, intervir; para dar passagem e afirmar intensidades que escapem ao mundo das máquinas.

O desejo de colar o lambe-lambe no “Aderbal” Edilene afirmou convicta desde o momento em que conversavam sobre onde iriam intervir naquele dia. Isso por si só já se constituía como pista; como pretexto de imersão ao processo de ruptura. De nada adiantou a tentativa do pesquisador em perguntar o “por que” da escolha do local. Honesta e direta foi a resposta da garota: “não sei”.

Pensemos: mesmo que houvesse em algum lugar um por que escondido, isso facilitaria com que Edilene colasse o desenho na escola? Provavelmente não. Se na vida houvesse respostas certas, não representaria aos humanos a garantia de que conseguiriam vivê-la. Não são respostas o que falta para a imersão; são mergulhos. O que moveu Edilene, e conseqüentemente o grupo, foi justamente o não saber; a vontade de conferir. Os nós que atavam ela ao “Aderbal” eram anteriores à oficina de lambe-lambe. A colagem era apenas um pretexto para a imersão. Imersão que compreende tanto o universo da escola quanto o universo subjetivo de Edilene, cada vez mais misturados a cada passo que a garota dava rumo à intervenção. A vida - constante pergunta e trajeto - convidava ao encontro.

No encontro entre a garota e a escola, pensemos o sujeito, conforme sugere Deleuze, como uma dobra que concentra atributos e intensidades daquilo que circula fora. O sujeito, segundo o filósofo, não é pensado como uma interioridade fechada, e sim como uma dobra que processa as intensidades que o atravessam (DELEUZE, 2002). Os afetos que arquejam no interior da dobra e mobilizam o sujeito em direção à vida, imploram por circulação e não por respostas. Desejam assumir-se enquanto diferença, e não como completudes. A partir das variações, do entrecruzar das forças díspares e,

destes dispositivos conceituais, podemos traçar a rede que aproxima e, poderíamos dizer, mistura as questões da cartografia e da clínica (...) Pensamos que as mesmas se articulam por seu modo de buscar inserir dentro e fora em um espaço compartilhado. (FONSECA e KIRST, 2004, p. 309).

Edilene deu as pistas para a imersão à via dos afetos; a via do cartógrafo. No desenrolar da caminhada, e das rupturas do impossível, misturavam-se e resignificavam-se, de corpo aberto, questões subjetivas, que convocam a refletir a respeito de que subjetividade e de que tipo de intervenção está sendo falado.

Pensar a subjetividade sendo constituída e resignificada em espaços ampliados, como por exemplo, a cidade, e conceber as intervenções e as práticas pertinentes a esses locais significa problematizar o fazer “psi”, principalmente no tocante às discussões em torno da clínica.

A clínica que interessa e que está balizando a análise em questão é a clínica considerada a partir do desvio e sustenta intervenções pautadas na inventividade e na vazão do intempestivo, considerando não o sujeito como uma estrutura fechada, e sim como uma enxurrada de afetos e agenciamentos que conduzem a lugares inimagináveis e imprevistos. Ou seja, a intervenção clínica é fundamentada no sentido de arquitetar junto com aqueles com os quais atua possíveis vias de legitimação da diferença (PAULON, 2004); (ROMAGNOLI, 2006).

Nesse sentido, o desejo de Edilene despertava intervenções pautadas na invenção, convocava a afiar a escuta e fabular estratégias que conduzissem ao diferente, ou seja, que possibilitassem a colagem do lambe-lambe; desejo aparentemente vil se olhado a partir de uma ótica capitalística, utilitária.

A escolha da garota não cedeu às barreiras que se apresentaram. Não cedeu, mas reinventou-se, dançou, remexeu. As trocas - com o segurança da escola, com a coordenadora pedagógica, com a diretora e com os outros ali presentes - formaram um rizoma, uma rede de circulação e sustentação que possibilitou conexões entre aquilo que escapa - portanto reinventa - os dispositivos de controle dominantes e, portanto, reinventa a clínica.

Não são quaisquer trocas que propiciam a criação de uma rede de intensidades. No “Aderbal”, a primeira troca com a escola - a recusa do segurança - quase vetou o processo. O pesquisador por pouco não desistiu naquele “não”, que representava uma comunicação ordinária, uma troca passiva, cuja finalidade era constituir,

uma certa homogeneidade dos seres, garantindo-lhes o apaziguamento por meio de operações de e de estancamento da própria matéria pulsional, que, de seu escorrer e transbordar constantes, faz-se como ameaça e perigo aos mundos conhecidos e amados tão somente por sua condição de domesticados e familiares. (FONSECA e KIRST, 2004, p. 306)

Por receio de instalar-se no fluxo das diferenças, por pensar ser praticamente impossível conseguir uma permissão, com um motivo aparentemente banal diante de um “não” tão decidido, o pesquisador pensou em desistir, ou seja, em permanecer no percurso das confortáveis e seguras trilhas do dispositivo ao invés de mergulhar nas tortuosas, porém originais, veias da viagem proposta por Edilene.

No entanto, se dispôs a dançar mesmo sem conhecer a música; só era preciso escutar. Cartografar é percorrer os caminhos que propõem os desejos e estes só podem ser vividos no decorrer dos processos; o lugar do desejo é estrada. Vemos que “longe de buscar leis gerais e universalidades, o cartógrafo é movido pela escuta daquilo que ainda nunca foi dito e visto” (FONSECA e KIRST, 2004, p. 309). Já não importava a banalidade ou magnitude da intenção; o que importava era a novidade dela.

O receio do pesquisador se tornava menor que a curiosidade e continuava diminuindo conforme o rio ganhava ritmo. Temer era menor que desejar, inversão essa engendrada pela aparente ingenuidade de Edilene, que parecia desconhecer as “regras de etiqueta” e o “bom senso” cotidiano. A garota ignorou, naquele momento, os “não’s” que

surgiam em seu caminho. Porém, antes de ter certeza de um “sim”, o que poderia ser invasivo, arrogante e, portanto, prejudicial ao seu objetivo, tinha consigo outra pergunta: “por que não”? Pergunta essa que reverberou e percorreu mundos. Pergunta essa que somente um espírito de criança poderia fazer e que foi capaz de desmanchar os ditames da ordem.

A vontade de potência de Edilene encontrou na oficina de lambe-lambe as vias para seu aumento. A aparente ingenuidade em relação ao não-dever-fazer da norma, desmanchou um certo quantum da força proibitiva. Falava Zarathustra que “inocência é a criança, o esquecimento, novo começar, jogo, roda que gira sobre si mesma, primeiro movimento, santa afirmação” (NIETZSCHE, 2009, p. 42)

Dali pra frente o convite emanou. Quem aceitou entrar na dança, rejuvenesceu. Os acontecimentos que emergiram depois dessa transposição inicial, fez com que a intervenção transbordasse aos liames entre clínica e pesquisa. Se é que houve intervenções clínicas – e há motivos pra pensar que sim – é necessário pensá-las segundo os preceitos de Guattari (1977) no capítulo intitulado “Pistas para uma esquizoanálise – os oito princípios”. O autor localiza da seguinte maneira:

Não se trata, como podemos perceber, de uma nova receita psicológica ou psicossociológica, mas de uma prática micropolítica que só tomará sentido em relação a um gigantesco rizoma de revoluções moleculares, proliferando a partir de uma multidão de devires mutantes: devir mulher, devir criança, devir velho, devir animal, planta, cosmos, devir invisível...- tantas maneiras de inventar, de “maquinar” novas sensibilidades, novas inteligências da existência, uma nova doçura. (GUATTARI, 1977, p. 139)

Conforme aconteceu na oficina, poder-se-ia acrescentar: devir barragem, devir transborde, devir colagem.

Os nomes próprios, os títulos, as idades, os lugares, enfim, tudo aquilo que aparentava ser estanque, se desfazia com o fluxo do rio, que lavava tudo que era lugar comum. A intervenção reverberou. Houve os que se encharcaram e os que beberam apenas respingos. Porém, o quarto princípio adverte que “o inconsciente molha os que dele se aproximam” (...) “torna-se impossível ficar neutro, pois esta escolha de matéria

arrasta em seu curso todos aqueles que encontra no caminho.” (GUATTARI, 1977, p. 140). Às vezes molha moderadamente, mas são importantes fluidos para reinvenções futuras.

No poema que abre o presente capítulo, Drummond adverte nos versos finais que o rio sucessivamente para de correr e, aos poucos, aquilo que era abundante, seca e permanece como marca na história. Assim compõe o poeta: “a máquina do mundo repelida” se vai “miudamente recompondo” (DRUMMOND, 2001, 180). Aos que mergulharam, uma flor desabrochou. Nem feia, nem bonita; apenas flor. E como o rio, a flor também morrerá, mas deixará como herança o canal pela qual emergiu tornando mais esburacado o corpo da qual foi habitante, desobstruindo as vias que podem conduzir a devires. O corpo respira por poros.

Os poros que se abriram naquele dia – e outros que talvez ainda estejam sendo abertos - não são mensuráveis. Não por preguiça ou teimosia; mas pela infinitude da vida.

O “clínico-cartógrafo” nesse sentido, é aquele que pode ser pensado como um navegante do infinito, “habitante da passagem, que deseja o vazio, o intervalo, o mundo a constituir e que lhe confere um ritmo de futuro” (FONSECA e KIRST, 2004, p. 311). O infinito nem sempre é agradável, nem acolhedor; pode inclusive angustiar, fazer tremer, assustar. Mas põe a caminhar.

Na jornada que iniciou após a colagem do lambe-lambe, alguns tremores seguiram junto, afetando velhos lugares. Edilene já não poderia mais afirmar como afirmou quando saiu da ONG que “aquela escola não era dela”. Não significa que possa dizer o contrário; a escola continua “não sendo dela”. Porém, algo aconteceu ali. Depois da intervenção, já não existia com tanta força a fronteira que a separava do “Aderbal”. Ao grudar o desenho no muro, ela passava a ser a escola e a escola passava a ser ela. Algo dela ali se cravava, ao passo que algo da escola nela morria. Edilene pode dar um passo para o lado e ver a escola de outro lugar. Novos olhares, novos lugares, novos reflexos.

A diretora, talvez a maior cartógrafa que o grupo se deparou durante as oficinas, não era pesquisadora de fato, mas sabia escutar, acompanhar, inventar, transitar. Sabia métodos que conduzem à vida. Sabia o essencial.

O segurança, assim como a coordenadora pedagógica, somos nós. Difíceis de desatar. Mas possíveis. Há vias.

6 DIÁRIO DE CAMPO: UMA PASSAGEM

Neste caso, falarei de um texto ou de uma escrita que é puro devir. O novo texto é texto-traço, traço como corpo da escrita, traço como nova pele escorregadia – saliva, suor, lágrimas, esperma, secreção vaginal, sonhos molhados. Uma escrita, pois, rizomática que não cheira à imitação, mas à vida como plenitude desumana: Agora vou escrever ao correr da mão: não mexo no que ela escreve. (LINS, 2004, p. 153).

Neste último capítulo a escrita se volta para o processo de escrever e os efeitos que posso, na atual condição espaço-temporal e corpórea, visibilizar, sentir, pensar a partir dos registros realizados no diário de campo.

Os registros dos acontecimentos foram realizados logo após o final de cada encontro, uma tentativa para que a distância entre as afecções vivenciadas no processo e as anotações fosse mínima. O pesquisador, assim que as atividades com os jovens encerravam, caminhava pela cidade sem rumo definido; quando encontrava algum lugar que lhe agradasse - como, por exemplo, calçadas, degraus de escadarias, bancos de praça, canteiros, tal como a porta do comércio que estava fechado visualizado na figura 4 – sentava e ali permanecia fazendo os registros. As escritas, então, não foram apenas realizadas na cidade, mas junto com a cidade.



Figura 9 Fotografia tirada na porta de um comércio fechado; um dos locais em que o pesquisador escolheu para escrever o diário.

Os relatos não consistiram em um registro sistemático de informações. Apesar de conterem dados relativamente precisos e objetivos, o diário funcionou principalmente como um meio de variação das intensidades e dos atravessamentos das atividades; foi mais um dos processos de devir da pesquisa. Ali se concentrou um punhado de lembranças, rabiscos e anotações à flor da pele. Nem mais nem menos intenso do que os atravessamentos que ocorreram durante as oficinas, o diário foi a continuação delas; foi parte do processo; um devir-escritura.

Conforme sugere Lins (2004), a caneta correu; o pesquisador não mexia naquilo que escrevia e, na medida do possível, não filtrava o conteúdo ou o formato em que as impressões emergiam, apenas jogava no papel. As anotações foram movidas para além dos comandos do pensamento ou da mão; escrevia-se com o corpo todo. Conforme mais potente era, para o pesquisador, a oficina, maior era a quantidade de fluxos que escorriam da caneta.

Escrever de maneira inabitual foi muito intenso e, sobretudo, novo para o pesquisador; as palavras emergiam de maneira fluída, sem que a mão tivesse que frear elaborar ideias. Duas, três, quatro, às vezes cinco páginas, eram preenchidas em pouquíssimo tempo. Uma nova vivência em relação à escrita era experimentada a cada término de oficina; a fluidez com que a caneta deslizava era um verificador das intensidades vivenciadas com os jovens na cidade.

A partir dos traços, versos, vômitos que a tinta da caneta transmitia, foi possível realizar um percurso pelas fissuras dos dispositivos tecidas ao longo do processo; fissuras essas que podem levar às minúcias das moléculas da alma e às imensidões do infinito. O que interessa, contudo, não é uma nem outra isolada; mas sim os possíveis encontros.

Quando o pesquisador retornou aos relatos para rever o que havia ficado, após a conclusão das oficinas com os jovens, se deparou com um vasto registro cujo formato e estética remetiam a estrofes de poemas. Ao reler, percebeu que eram sentidos mais em suas intensidades do que em seus conteúdos.

O desafio que emergia, então, era lançar novos olhares para o diário e pensar/sentir/descobrir de que maneira os relatos, que eram fortemente marcados pelas impressões do pesquisador, poderiam ser utilizados²⁵ nas produções escritas da pesquisa.

Eis que uma primeira pista foi encontrada:

A partir do momento em que nos atrevemos a escrever de forma singular, é possível trazermos a público a experiência de afecção. A referida afecção faz nascer um espetáculo e com ele a contaminação e o entusiasmo por mais sabermos daquilo em que diferimos e daqueles que nos acompanham. (FONSECA et al., 2006, p. 656)

Conforme sugere Fonseca et. al (2006), o diário pode ser pensado como contaminação, entusiasmo, ou seja, um modo de transmissão de afetos, deliberações, penumbras, disparos que, ao ser tornado público, transfere uma parte das intensidades do processo e, portanto, intensifica a experiência do leitor. O diário seria, então, não apenas o relato das intensidades que aconteceram e ficaram para trás, e sim continuidade do processo, uma vez que a escrita-potência convida o leitor a se agregar nas intensidades e perpetuá-las nas próprias experiências, na própria vida.

A produção do relato convidou o pesquisador a enveredar as brechas, tecer possíveis olhares e trazer a público, além do registro,

²⁵ O único relato que havia sido aproveitado até então era o diário de campo espontâneo que emergiu no acontecimento da praça - o registro do pesquisador no boletim da polícia - que foi inserido no capítulo *(Des)Praça*.

desdobramentos, pistas, lampejos, atravessados pelas intensidades que ainda pulsavam e que permitiam conectar pistas desta cartografia.

A escrita apresentou uma enxurrada de sentidos, falou em diversas direções, visto que foi dita por diferentes vozes e poderá ser lida de diferentes lugares. O desafio, porém, consistiu em conectar as intensidades do diário às pistas que vinham sendo trilhadas no percurso da pesquisa, ou seja, tecer olhares que sejam reflexo e vazão das linhas de fuga aos dispositivos dominantes que vem sendo constituídas durante o processo e pensar o que fez daquela escrita um espetáculo no seu sentido singular e coletivo, único e universal; uma escrita impregnada das (des)construções engendradas até então.

6.1 ESCUTANDO VOZES

Ele não vai da metáfora à impressão, nem do elemento sensível ao seu valor significante; ele vai da figura nomeada à morte do poeta que nela se pronuncia (como se vai do brilho do diamante ao seu núcleo carbônico); e a imagem então aparece como o outro lado, o avesso visível da morte: depois que está morto aquele que fala, sua palavra ronda na superfície das coisas, não lhes arrancando outro sentido a não ser o de sua desapareição. (FOUCAULT, 2001, p. 190)

Foi escolhido para análise nos capítulos anteriores apenas o trecho de uma anotação do diário, visto que, por motivos que serão explorados neste capítulo, foi um dos mais significativos registros da pesquisa. O relato, apesar de representar um pequeno recorte, não se restringiu apenas ao dia em que foi redigido, portanto não deve ser considerado em sua extensão, e sim em sua intensidade, pois apresenta ramificações que conduzem a outros processos engendrados na pesquisa.

Durante toda a escrita do relato aqui apresentado²⁶, o movimento da mão não cessou nem hesitou; o corpo a conduziu; não foi planejado, lapidado ou construído; foi jorrado. Nos relatos dos outros dias esse processo também aconteceu (em maiores ou menores intensidades), porém no que é trazido neste capítulo, o rio correu mais ligeiro.

²⁶ O registro original contém quatro paginas, porém foi selecionado e recortado apenas um trecho para análise.

Trago, então, a público, dentre as 122 páginas de diário que foram produzidas ao longo de dois semestres de oficina, o relato que foi selecionado; talvez o mais marcante e mais marcado:

Se a rua só passa não há graça,
 Por amor me enlaça,
 Me tira do banco, me joga na praça,
 A vida me invade,
 Faz do meu corpo sua cidade,
 E vice versa,
 Com menos conversa e mais vontade,
 A oficina deu vazão,
 Agora é pura poesia que transborda da caneta fria,
 puro cordão,
 Conectado às veias que pulsam na minha mão,
 Escuto o coração, a perna, o pé, a garça, o barulho
 do mar, toda essa praça,
 Seus cochichos, rabiscos, trilhos e estribilhos.
 Apreendi com um menino,
 Cujo nome eu já não sei,
 Não importa, atravessei,
 Abriu a porta e eu entrei,
 Agora estou na beira do precipício,
 Sou abismo que se cala,
 Vejo mais que a sala,
 Sou toda morada,
 Aquilo tudo que não cabe,
 Sou nada,
 Não hesito, não escolho, não palpito,
 Sou imensidão,
 Pesquisa que dá vazão,
 Atalho-intervenção,
 Delírio, escuta, respeito,
 Tomada de decisão, plug-in da conexão,
 Agora eu já vou indo,
 Preciso regressar para provar que não sou louco,
 Preciso compartilhar meu sonho.

O trecho apresentado foi escolhido por alguns motivos. A começar pela intensidade com que o relato migrou dos acontecimentos ao papel. O pesquisador não apenas escreveu: transferiu ao diário uma parte do processo de ruptura constituído ao longo dos encontros. Foi menos autor do que veículo do relato-intensidade. Da mesma maneira

que não foi o único autor nos acontecimentos das oficinas, também não poderia ser no momento da escrita, já que esta consistiu em continuidade daqueles. Conforme sugere Barros e Kastrup (2012), a processualidade se estende ao relato e o próprio relato torna-se processo.

Interessante observar que os registros apresentados neste capítulo foram realizados após uma oficina em que não houve acontecimentos muito significativos. Era o primeiro dia das atividades que iniciariam o segundo semestre. O cronograma foi o reconhecimento dos integrantes do grupo e uma breve introdução do que seria abordado nos próximos encontros.

Mas se o registro não se limitava à oficina do dia em que fora produzido, quais eram as intensidades que o moviam? Em outras palavras, qual era o processo que vinha sendo constituído e que ganhava continuidade no exercício daquela escrita?

Para essa pergunta não há uma resposta pronta nem unívoca; há olhares. É possível percorrer, a partir de pistas dos próprios versos trazidos, um percurso que conduz a acontecimentos das oficinas e que permita costurar uma rede; mas não uma rede tipo teia fechada e concisa como máquina; e sim uma rede operando como rizoma; dando vazão a uma multiplicidade de processos outros, alimentando e sendo alimentada por águas novas. Ou seja, que permita seguir pistas que liguem partes do processo engendrado para que ganhe corpo novas deliberações e, principalmente, que possibilitem evidenciar os lugares daqueles que foram corresponsáveis na construção e direcionamento das intervenções.

Vemos que a pesquisa é processo coletivo tecido no próprio curso da vida. Nesse sentido, cabe ao cartógrafo se instalar num território já existente e a partir das possibilidades que o campo apresenta engendrar junto com os outros habitantes desse território os processos de criação e reestruturação de suas fronteiras. Ou seja, os participantes não são meros objetos da pesquisa; ao contrário, são eles que captam junto com o pesquisador (apenas mais um habitante do território) as vias de escape ao instituído (BARROS e KASTRUP, 2012).

Nas páginas do diário eram outras vozes que falavam, além da voz daquele que conduziu a caneta. Escutando as pistas que elas ressoavam foi possível dar continuidade à produção que o coletivo vinha engendrando. Para imergir os afluentes apresentados pelo diário, primeiramente foi realizado um trajeto pelos trechos do próprio relato, para deles extrair disparos que conduzissem aos processos aos quais ele poderia remeter.

Uma leitura consideravelmente simples da narrativa sugere algum tipo de mudança/transformação, algo como um acesso a outro lugar; um *Rito de Passagem*. É possível verificar esses indícios no texto de forma geral, porém há trechos que é evidenciado com mais clareza, como por exemplo: “Aprendi com um menino/Cujo nome eu já não sei/Não importa, atravessei/Abriu a porta e eu entrei”.

Conforme sugere o relato, havia um atravessamento, uma passagem. Ou seja, algum lugar ficava para trás. Algumas perguntas podem se desdobrar a partir desse olhar, como por exemplo, a que porta se referia além das que já tinham sido atravessadas até então?

Transbordou ao diário a corredeira engendrada não apenas no dia da oficina ao qual ele se refere; ali foi despejada a força do processo vivido ao longo das oficinas, ou seja, o processo de atravessamento, de transformação estava sendo urdido há algum tempo. Ao que sugere a data em que foi escrito o diário (primeiro dia do segundo semestre), o processo vinha sendo instituído no primeiro semestre das oficinas, já que o a segunda metade do ano estava apenas iniciando. Ou seja, a “porta” que vinha sendo atravessada não representou um acontecimento pontual, mas o próprio processo em curso ao longo das oficinas realizadas até então²⁷.

A passagem de um semestre ao outro representou a transição de lugares que vinha sendo tecida há algum tempo na pesquisa; representou uma passagem. É possível, porém, escutar um pouco mais e perceber que, apesar de não constituir um acontecimento pontual, houve acontecimentos específicos em que emergiram com mais intensidade algumas facetas do processo, assim como, apesar do processo haver sido inquestionavelmente coletivo, houve, também, pessoas mais implicadas que, nas sutilezas ou notoriedades de seus gestos, tornaram alguns movimentos mais evidentes. Ou seja, houve acontecimentos e pessoas que tracejaram ritos de passagem²⁸ que celebraram e marcaram o curso das intervenções.

O dia da passagem (ou o rito, como vem sendo chamado) é o próprio relato que dá pistas em sua terceira linha, ao apresentar a palavra

²⁷ Os acontecimentos que foram narrados nas análises ocorreram predominantemente no primeiro semestre de oficinas, com exceção do dia em que o estêncil foi grafado no muro da marinha.

²⁸ Vale lembrar que os grupos de jovens com os quais as oficinas foram realizadas são chamados *Rito de Passagem*. Neste capítulo o termo assume maior importância, visto que remete, para além do nome do grupo, aos ritos vivenciados no processo da pesquisa.

“praça”. O fluxo do rio sugere que o evento na praça - o dia da abordagem policial – foi acontecimento fundamental para que algumas mudanças no trajeto da pesquisa fossem delineadas, já que foi na praça que o pesquisador – junto com o grupo - percebeu que no limite da (im)possibilidade (a tentativa de interdição policial e das moradoras das casas vizinhas) havia uma mola. Da secra desértica do concreto urbano e seus mecanismos de controle e homogeneização, a pesquisa encontrava uma fonte que verte rio. A cidade, naquele dia, foi um novo lugar; lugar de intervenção.

Evidentemente, os espaços urbanos já foram e continuam sendo lugar de inúmeras pesquisas em diferentes contextos e condições²⁹, porém, o acontecimento da praça validava uma pesquisa em específico: “Jovens, Arte e Cidade: a via de mão tripla”. O evento da praça parecia ser a primeira verificação empírica de que a pesquisa-intervenção proposta - imersa no caos urbano com os jovens do CCEA - se afirmava enquanto possibilidade.

Há outras pistas que conduzem a pensar o dia da praça como acontecimento-passagem, como por exemplo, no registro do pesquisador no boletim policial – tido como diário de campo não planejado:

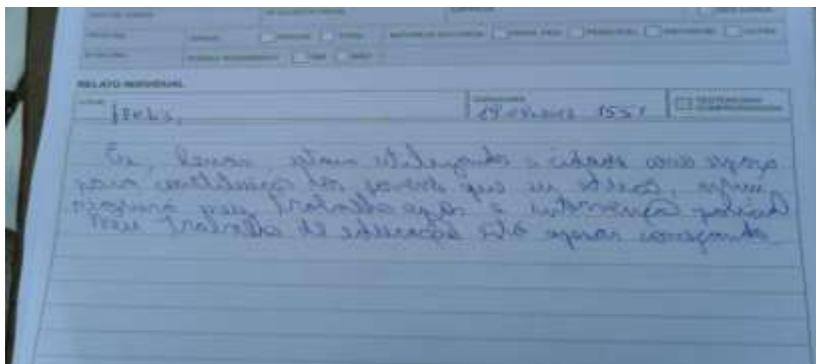


Figura 10 Fotografia do registro do pesquisador no relato policial

O termo “apenas começando” sugere a ideia de início/passagem. O trabalho que “estava apenas começando” não era exatamente de “educação”. Conforme aparece no relato, fazia referência ao termo “Educador Social”, modo pelo qual se referiam na ONG às pessoas que

²⁹ São exemplos de pesquisas realizadas na cidade: Hissa e Nogueira (2013); Zanella e Barboza (2014); Castro (2001); Passos e Macerata (2015).

ministravam oficinas. O trabalho que começava era a pesquisa, ou melhor, as intervenções da pesquisa.

Ao passo que operavam a inversão dos olhares ao acontecimento, ou seja, conforme o grupo transformava a abordagem policial em continuidade e não interdição ao processo (teciam um *bom encontro*), todos compunham a circulação de lugares; constatavam a volatilidade da vida.

Mas quais lugares circulavam? Que papéis ali eram revezados e quais emergiam?

Das possíveis respostas a essa pergunta, uma parte já foi problematizada no capítulo dedicado ao acontecimento da praça, porém é possível ampliar as análises e pensar a partir de um detalhe que passou oculto, mas que o diário encoraja a esmiuçar.

É necessário, pois, percorrer por partes. Há um trecho do registro - “Aprendi com um menino/Cujo nome eu já não sei” - que aponta para uma possível pessoa que, segundo o relato, havia sido alguém crucial nas intervenções e aprendizagens da pesquisa. Quem poderia ser essa pessoa?

Se o acontecimento na praça, ainda que não o único, se constituiu enquanto principal rito de passagem, nada mais razoável do que pensar que foi Leomar o principal, ainda que não o único, parceiro do processo; o “menino” que aparece no relato.

Logicamente não há protagonista único no momento em que o rio da vida transborda; cada pessoa, ao passo que se incorpora no fluxo da vida, acaba sendo protagonista da sua própria história e das histórias de todos os partícipes do processo, porém, talvez tenha sido Leomar a pessoa que acompanhou lado a lado, por mais tempo e de maneira mais intensa, o processo da pesquisa em curso; aparentemente um dos mais implicados. Na “vaquinha” para comprar a tinta para repintar os bancos, foi o único que “pagou pra ver”³⁰.

Leomar, evidentemente, não era o único responsável nem a única pessoa implicada no processo, mas era a partir da figura, dos atos e dos afetos dele que as intervenções ganharam potência. Era o lugar de pesquisador que emergia, sendo ocupado em cada momento por uma nova pessoa. Talvez a primeira vez, inclusive, que a pessoa que estava ali supostamente coordenando as oficinas deslizava para ocupar, temporariamente, esse lugar que foi ocupado por diferentes pessoas no decorrer dos encontros.

³⁰ Ver página 57.

Irrefutavelmente não há acontecimento que seja capaz de garantir posição permanente. A cada novo encontro ou nova demanda de intervenção o suposto pesquisador precisou se despir dos títulos, conquistas e lembranças de intervenções anteriores (ou apenas tê-las em um sentido muito particular) e engendrar novos rumos pautados no calor e nas possibilidades das situações inéditas. Ou seja, ali não se constituía um pesquisador enquanto um território definitivamente conquistado, mas a possibilidade de.

Ao inaugurar as intervenções da pesquisa, Leomar anunciava a inauguração de um lugar; o de pesquisador. Ao que indicam as pistas, é possível pensar que foi ele que, mesmo sem saber que sabia, soube fazer e cravou o pé no solo da investigação; apontou o primeiro rumo da cartografia que ali emergia, enquanto a sola do pesquisador, que tentava pisar com força, sangrava.

E qual lugar ficava para trás quando, os dois juntos, pisavam o território da pesquisa?

Eram dois jovens conhecendo novas possibilidades de se posicionar perante a cidade, as autoridades e a vida. A necessidade de enfrentamento esmorecia; e o leão, por um instante, deixava de rugir.

Sim! O pesquisador aprendia a fazer pesquisa e a perceber caminhos para deslizar do lugar de jovem com os próprios jovens. Com eles, compreendia a pluralidade da vida e a imprecisão dos termos. Aprendiam juntos a sair do lugar.

Não eram apenas os frequentadores da ONG que viviam mudanças, passagens, ritos. O pesquisador, junto com eles, se instalou na vibração do campo e atravessou portas; viveram na pele as dores e as delícias dos ritos de passagem. Vemos que,

O cartógrafo, imerso no plano das intensidades, lançado ao aprendizado dos afetos, se abre ao movimento de um território. No contato, varia, discerne variáveis e um processo de produção. Assim, detecta no trabalho de campo, no estudo e na escrita, variáveis em conexão, vidas que emergem e criam uma prática coletiva. (BARROS e KASTRUP, 2012, p. 74)

É razoável e sincero pensar que, na prática coletiva da pesquisa, Leomar tenha sido uma figura distinta, pois além da evidente implicação no processo, marcou as intervenções iniciais da pesquisa. Porém, a cartografia convida a pensar não necessariamente da forma mais

razoável, lógica, coerente. Transbordemos, então, o significante “menino” para outros nomes além de Leomar.

Evidentemente não foi (nem nunca será) possível perceber todos que estiveram implicados e ativos no processo e mesmo os que participaram de maneira mais tímida podem ter contribuído em alguns ou vários momentos das intervenções. Porém, a condição limitada da percepção do pesquisador só poderia captar intensidades restritas; algumas das forças desejanter. Eis os nomes ou as referências que teceram os capítulos das análises. A estes, então, o lugar forjado na escrita do diário com o significante “menino” lhes pertence. Leomar deu o pontapé inicial, mas todos aqueles que foram citados no decorrer da dissertação mantiveram viva a energia necessária ao movimento. Àqueles e àquelas que engendraram a sabotagem - temporária, mas necessária - à maquinaria dominante, uma nota: a vida agradece.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para escapar de algumas armadilhas da lógica unissonante, percorro um mapa. Cidade e tinta são dois dispositivos dessa imersão. O sertão fala baixo, mas não cessa sua pronúncia. Inscrever a imensidão é um detalhe, uma busca. Não é grafite, é cidade. Eis o habitat. (Trecho extraído do diário de campo do pesquisador)

Este último capítulo se apresenta como possibilidade de algumas palavras mais sobre o processo de pesquisar e o que o tornou mais fecundo, desobstruído, potente, enfim, menos petrificado.

A partir dos acontecimentos que emergiram nas oficinas na/com a urbe constatei que os mecanismos de controle que atuam para manter as exigências do estado estão amplamente difundidos no corpo social; ávidos para operar na tentativa de reestabelecer a ordem quando interrompida. No entanto, a partir das intervenções com os jovens, percebi que as brechas para afirmar desvios às instituições dominantes revelaram-se mais acessíveis do que se supunha no início da pesquisa, ou seja, a cidade se apresentou menos voraz e mais suscetível a legitimar diferenças do que eu imaginava.

A pluralidade dos espaços urbanos, apesar de aparentemente ofuscada pelo peso da norma, revelou-se viva e pulsante, ainda que acanhada. A cidade evidenciou transformações, abertura ao novo e reinvenções aflorando constantemente; para perceber e se agregar a esses processos foi preciso, no caso das intervenções realizadas com os jovens, menos força e mais jeito, ou seja, demandou principalmente mudanças nos modos de olhar, significar e transitar na cidade do que um esforço no sentido de convertê-la. Quanto mais sutilezas foram oferecidas à cidade, tanto mais ela nos devolveu *bons* afetos e possibilidades de afecção.

No início da pesquisa calculei que fosse preciso levar poesia à cidade, salvá-la de uma suposta seca. Não que não haja uma seca, abundante inclusive. Porém, a surpresa na pesquisa foi perceber que a cidade está se metamorfoseando permanentemente. Para ler seus versos é preciso olhá-la a partir de outros lugares (o que não é pouco) e se implicar nas brechas que ela oferece; é preciso se agregar à sua transformação e somar forças ao processo em curso. Ao mesmo tempo em que a seca abunda, também são inúmeros os afluentes que conduzem ao rio. Verifiquei que para emergir (e emergir outro) depende menos de

levarmos algo que seja novo à cidade do que se agregar ao desconhecido que transita latente.

As mudanças na maneira de olhar a que me refiro dizem respeito ao tipo de relação que se estabelece com a cidade. A implicação, a escuta, a permeabilidade ao outro (e filtragem quando necessário) e a prontidão de agir quando a vida convoca, são condições que operam e potencializam o olhar estético necessário às intervenções e às relações que se pretendem éticas, estéticas e políticas.

O termo “cidade”, amplamente utilizado na pesquisa, depois das intervenções, passou a ganhar nomes e características mais singulares. Afinal quem é ou o que é a “cidade”? Não é possível responder essa pergunta de conotação unívoca, pois como afirmei anteriormente, a urbe está em constante mutação, é plural, é devir, é processo. Porém, é possível afirmar quem foi.

A cidade com a qual a pesquisa dialogou ganhou atributos e qualidades na medida em que seus atores foram dando as caras. Todos os jovens que se implicaram no processo e todas as pessoas que admitiram, em maior ou menor intensidade, demonstrar a potência de seus afetos, constituíram a “cidade” com a qual me deparei no decorrer das atividades. Conforme afirmei anteriormente, essa cidade demonstrou-se mais poética do que embrutecida. Melhor dizendo, a cidade se mostrou aparentemente bruta, mas não sustentou sua dureza. Na grande maioria das intervenções, a austeridade com que se apresentaram as pessoas que a habitam ao grupo da pesquisa facilmente esmoreceu e potencializou o processo e os objetivos da pesquisa. Eles, elas e nós, tecemos caminhos possíveis e experimentamos percorrê-los, engendrando, juntos, desvios às exigências das normas.

Os jovens, indiscutivelmente, conforme apresentei nos capítulos de análise, constituíram-se como mestres; foram eles que me situaram na onda e evidenciaram as vicissitudes da pesquisa. Escutá-los foi um desafio; um tanto de angústia outro tanto de encantamento. Porém, inegavelmente foram eles que souberam fazer primeiro. Ensinaaram-me que quanto mais cedo possível construirmos relações pautadas em uma ética dos *bons encontros*, mais sutis, silenciosas e implacáveis serão as intervenções e mais fluidamente reestabeleceremos as conexões com a vida.

Ensinaaram-me a acalmar-me e escutá-los. Vi que só assim saberia quem eram: constante metamorfose (assim como a cidade). Logo, eu deveria ser constante escuta para prosseguir e tecer as intervenções nas oficinas. Os jovens foram uma demonstração de cidade, e a cidade, embaralhada nos atributos deles, se fez jovem.

A permeabilidade que foi sendo constituída no meu corpo durante as oficinas, esburacado com tantas agulhadas que me atravessaram, me tornou advertido da imprecisão das minhas convicções (o que me levou à condição de escuta) e, portanto, quiçá preparado para continuar trabalhando com jovens, oficinas estéticas e cidade. Que eu esteja pronto seria imprudência afirmar, porém posso sustentar: com desejo de.

O degrau a que me lanço preconiza aberturas. Escutando possíveis pistas, percebo que há possibilidade de continuação do trabalho com educadores envolvidos com jovens, no sentido de uma formação ética, estética e política, visto que as demandas para que sejam engendradas saídas criativas aos desafios da vida, urgem. São pistas que, se forem percorridas, ao que a experiência me mostrou, provavelmente serão eles, os educadores, que me mostrarão as trilhas, as vias, os versos, para que possamos somar forças e compreender (quantas vezes forem necessárias, pois compreender é intervir) que a criação é processo coletivo, social e implicado com as exigências e desafios de uma vida que se pretenda mais dialógica e, portanto, mais relacional.

REFERENCIAS

AGUIAR, K. F.; ROCHA, M. L. Micropolítica e o Exercício da Pesquisa- intervenção: Referenciais e Dispositivos em Análise. Brasília, Psicologia Ciência e Profissão, p. 648-663, 2007.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: Eduardo Passos; Virgínia Kastrup; Liliana da Escóssia. (Org.). Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre, Sulina, 2012, p. 52-75.

BARROS, R. B.; PASSOS, E. Diário de bordo de uma viagem-intervenção. In: Eduardo Passos; Virgínia Kastrup; Liliana da Escóssia. (Org.). Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre, Sulina, 2012, p. 172-200.

BUENO, G. Política, subjetividade e arte urbana: o graffiti na cidade. Florianópolis, 2013.

CALVINO, I. As cidades invisíveis. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CANEVACCI, M. A Cidade Polifônica: ensaios sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo, Studio Nobel, 2010.

COIMBRA, C. M. B.; COSTA, E. A. P. Nem criadores, nem criatura: éramos todos devires na produção de diferentes saberes. Psicologia & Sociedade, Porto Alegre, v.20, n.1, Jan./Apr. 2008.

COSTA, L. A.; FONSECA, T. M. G.; MIZOGUCHI, D. H. Corpoartecidade: (inten)cidades dos corpos urbanos. In: Tânia Mara Galli Fonseca; Selda Engelman. (Org.). Corpo, arte e clínica. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004, p. 171-190.

DELEUZE, G. Conversações. São Paulo, Editora 34, 1992.

_____. Espinosa: filosofia prática/Gilles Deleuze. São Paulo, Escuta, 2002.

_____. Mil platôs. São Paulo, Editora 34, 1997.

DRUMMOND, C. A. In: Italo Moriconi. (Org.). Os cem melhores poemas brasileiros do século. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

FONSECA, T. M. G. et al. O delírio como método. Rio de Janeiro, Estudos e pesquisas em psicologia, p. 169-189, 2010.

_____. et al. O toque no impensado. Psicologia em estudo, Maringá, v. 11, n. 3, Sep./Dec., 2006.

_____.; KIRST, P. G. O desejo de mundo: um olhar sobre a clínica. In: Tânia Mara Galli Fonseca; Selda Engelman. (Org.). Corpo, arte e clínica. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004, p. 305-312.

_____.; REGIS, V. M. Cartografia: Estratégias de produção de conhecimento. Fractal, Rio de Janeiro, Fractal Rev. Psicol., v. 24, n. 2, May/Aug., 2012.

_____.; TRINDADE, D. D. Que política é possível com o pensamento deleuziano? Fortaleza, Revista Subjetividades, v. 9, n. 1, 2009.

FOUCAULT, M. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001.

_____. Vigiante e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987.

GIL, J. N. Abrir o Corpo. In: Tânia Mara Galli Fonseca; Selda Engelman. (Org.). Corpo, arte e clínica. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004, p. 13-28.

GUATTARI, F. Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo. São Paulo, Brasiliense, 1977.

HISSA, C.; NOGUEIRA, M. L. M. Cidade-Corpo. Revista UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p. 54-77, jan./jun., 2013.

JOYCE, J. Música de Câmara. São Paulo, Iluminuras, 1998.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: Eduardo Passos; Virgínia Kastrup; Liliana da Escóssia. (Org.). Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre, Sulina, 2012, p. 32-50.

_____; BARROS, L. P. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: Eduardo Passos; Virgínia Kastrup; Liliana da Escóssia. (Org.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre, Sulina, 2012, p. 76-91.

LEMINSKI, P. *Toda poesia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

LINS, D. Clarice Lispector: a escrita bailarina. In: Tânia Mara Galli Fonseca; Selda Engelman. (Org.). *Corpo, arte e clínica*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004, p. 147-160.

LISPECTOR, C. *A paixão segundo G.H.* Rio de Janeiro, Rocco, 2009.

MICHAELIS. *Dicionário prático da língua portuguesa*. São Paulo, Melhoramentos, 2009.

NIETZSCHE, F. *A gaia ciência*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

_____. *Assim falava Zaratustra*. Rio de Janeiro, Vozes, 2007.

_____. *Humano, Demasiado Humano*. São Paulo, Escala, 2006.

_____. in: Percy, A. (Org) *Nietzsche para estressados*. Rio de Janeiro, Sextante, 2011.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: Eduardo Passos; Virgínia Kastrup; Liliana da Escóssia. (Org.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre, Sulina, 2012, p. 17-30.

_____; _____. Por uma política da narratividade. In: Eduardo Passos; Virgínia Kastrup; Liliana da Escóssia. (Org.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre, Sulina, 2012, p. 150-170.

_____; EIRADO, A. Cartografia como dissolução do ponto de vista do pesquisador. In: Eduardo Passos; Virgínia Kastrup; Liliana da Escóssia. (Org.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre, Sulina, 2012, p. 109-128.

PAULON, S. M. Clínica ampliada: que(m) demanda ampliações? In: Tânia Mara Galli Fonseca; Selda Engelman. (Org.). Corpo, arte e clínica. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004, p. 259-274.

PELBART, P. P. O corpo do informe. In: Tânia Mara Galli Fonseca; Selda Engelman. (Org.). Corpo, arte e clínica. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004, p. 41-64.

_____. Vida Capital: Ensaio de biopolítica. São Paulo, Iluminuras, 2003.

PESSOA, F. Citações e Pensamentos de Fernando Pessoa. Alfragide-Portugal, Casa das Letras, 2009.

ROCHA, M. L. Psicologia e as práticas institucionais: A pesquisa-intervenção em movimento. Revista Eletrônica Psico, v. 37, n. 2, p. 169-174, mai./ago., 2006.

ROMAGNOLI, R. C. Algumas reflexões acerca da clínica social. Niterói, Revista do Departamento de Psicologia UFF, v.18, n.2, jul./dez., 2006.

SCHMIDT, M. L. S. Pesquisa participante e formação ética do pesquisador na área da saúde. Ciênc. saúde coletiva, vol.13, n.2, pp. 391-398, 2008.

SPINOZA, B. Ética. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2014.

ZANELLA, A. Perguntar, registrar, escrever: inquietações metodológicas. Porto Alegre, Sulina, 2013.

_____; SAIS, A. Reflexões sobre o pesquisar em psicologia como processo de criação ético, estético e político. Análise Psicológica, Lisboa, v. 26, n. 4, 2008.